

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 19 de Outubro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1142 • Director: Carlos Brito

No 25º aniversário da Inter

CGTP mantém exigências

• Disposto ao diálogo, o Conselho Nacional da Intersindical quer respostas concretas aos problemas

Pág. 7

A Regina ameaçada

Uma história amarga



• Henrique Custódio

Centrais

A hora da verdade

• Artigo de Octávio Teixeira

Pág. 18

TOMATOGATE na UE

ou a história de uma subordinação anunciada

• Anabela Fino

Págs. 24/25

Açores

Abandono de Mota Amaral altera profundamente a situação na Região

Pág. 21

Fenprof

Propõe 20 medidas ao Governo sobre Educação

Pág. 9

Direcções Regionais analisam eleições

CDU sobe dois mil votos em Setúbal e passa para segunda força

A Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP reuniu na quinta-feira passada para apreciar os resultados das eleições legislativas e analisar a situação social e política no distrito, após o que divulgou o comunicado que a seguir transcrevemos.

«1. A DORS do PCP saúda os trabalhadores, a população, os jovens do distrito de Setúbal que, fazendo ouvir a sua voz, nos protestos e lutas desenvolvidas, e agora nas urnas, deram um importante contributo para a defesa dos seus interesses e para a derrota do PSD e da direita.

«Os resultados das eleições legislativas de 1 de Outubro consagram importantes alterações. O primeiro e importante significado das eleições foi a grande derrota do PSD e de

Cavaco Silva, expressão da condenação da política de direita que praticou, traduzida numa enorme redução do número de votos e deputados e no seu afastamento do poder após 16 anos de permanência consecutiva no Governo, oito dos quais em maioria absoluta.

«A DORS do PCP tem múltiplas razões para se congratular com a derrota do PSD, o seu afastamento do Governo e a colocação da direita em minoria na A.R., um dos grandes objectivos políticos que definiu

para estas eleições. Nenhuma outra força política deu, como o PCP, um contributo tão forte, coerente e continuado no combate à política do PSD, na sua acção política, na intervenção nas instituições, no estímulo à luta dos trabalhadores e das populações.

«A vida mais uma vez mostrou que qualquer governo com uma política contra os interesses nacionais e populares, por maior maioria absoluta que tenha, por maior demagogia que faça, por maior instrumentalização do aparelho do Estado que promova, por maior arrogância e postura repressiva que tenha, não é imune aos protestos e movimentações populares, nem pode escapar à penalização pelas consequências da sua política.

PSD
perde 60 mil

«No distrito de Setúbal o PSD perdeu mais de 60 mil votos e passou de 6 para 3 deputados. Paralelamente, o conjunto dos partidos da direita (PSD e CDS/PP) foi colocado em minoria na Assembleia da República e sofreu, apesar da subida do CDS/PP, uma acentuada redução da sua expressão eleitoral e representação institucional. No Distrito passou de 37,7% para 25,6% e de 6 para 4 deputados. O crescimento do CDS/PP, que lhe permitiu, tal como em 1983, eleger um deputado pelo Distrito, advém no essencial, a par da atracção que o seu discurso demagógico e populista exerceu, de uma rearrumação dos votos nos partidos da direita em que este partido recuperou uma parte dos votos que o PSD lhe tinha retirado a partir de 1985.

«O PS teve um grande êxito eleitoral, atingindo no País e no Distrito a sua maior votação de sempre, com cerca de 44% dos votos e 112 deputados, 9 dos quais eleitos pelo distrito de Setúbal - uma votação que traduz acima de tudo uma grande vontade de mudança.

«A DORS considera que o resultado eleitoral da CDU, ficou aquém das expectativas e das necessidades para a concretização de uma nova política e

não permitiu atingir o seu outro grande objectivo eleitoral - o reforço da votação e do número de deputados. A CDU baixou ligeiramente a percentagem, (de 8,8% para 8,6%) perdeu dois deputados mas, no essencial, manteve a sua votação, subindo mesmo ligeiramente o número de votos.

CDU
é segunda força

«No distrito de Setúbal a CDU passou de terceira para segunda força eleitoral. Apesar de ter tido menos 1,1 pontos percentuais na votação, subiu cerca de 2.000 votos e elegeu 4 deputados. A perda do quinto deputado (que em 1991 foi eleito apenas por 817 votos) foi devida à elevada concentração do votos no PS, que beneficiou da grande quebra eleitoral do PSD e do método de Hondt na distribuição de deputados.

«O esforço a que temos assistido em alguns sectores para transformar o resultado insatisfatório da CDU numa grande derrota, com a estafada referência ao declínio irreversível do PCP, traduz acima de tudo a insatisfação daqueles que sonharam que com o crescimento eleitoral do PS o PCP desapareceria eleitoralmente, - como quase aconteceu com o CDS quando o PSD atingiu a

sua máxima expressão eleitoral.

«No quadro extremamente desfavorável em que se desenvolveu a pré-campanha e a campanha eleitoral, marcado pela bipolarização e pela discriminação do PCP - designadamente no acesso aos grandes meios de comunicação social, pelos apelos à maioria absoluta e pela propaganda da ideia enganosa de que para derrotar o PSD era preciso votar no PS, o resultado da CDU, sendo insatisfatório, mostra que a CDU resistiu a condições adversas, mantendo no essencial a sua influência eleitoral, política e social.

«O PCP afirma-se como um partido com forte influência e capacidade de intervenção.

«Em todos os planos da vida nacional e regional, como grande força de esquerda voltada para o futuro, indispensável para uma nova política e decisiva para o desenvolvimento do distrito de Setúbal.

«A DORS saúda os militantes do PCP e os seus aliados na CDU, a JCP e os jovens que participaram na Juventude CDU, todos aqueles que contribuíram para a importante campanha eleitoral que a CDU realizou no Distrito, com demonstrações de apoio e simpatia e uma grande participação popular e juvenil cujo significado e efeitos extravasam e perduram para além das eleições.

Os tristes votos das mulheres do vereador e do motorista

O vereador da cultura de uma Autarquia do interior veio a Lisboa recentemente, trazendo dezenas de originais de poesia apresentados ao concurso literário que regularmente a Câmara promove.

Encontrámo-nos, para me entregar a encomenda, a fim de passar à sua leitura, e a conversa avançou para os resultados eleitorais. O seu concheiro é ainda marcado por uma forte densidade de assalariados e um sentimento de esquerda que vem dos tempos da resistência ao fascismo. Por isso, não foi de estranhar que ele, apesar de eleito do PS, tecesse comentários sobre a questão do «voto útil» e dos mais recentes resultados. A sua tendência era nitidamente pela necessidade de a esquerda se unir e avançar, discurso considerado pela generalidade dos analistas como ultrapassado, mas sempre latente na vida dos seres humanos que por aí andam e pressentem os problemas reais.

— Foi pena a CDU não ter tido mais votos, mas olhe, em minha casa, pela primeira vez um voto, o da minha mulher, foi para o PS. Ela decidiu isso, com medo do PSD voltar a ganhar... Andou que tempos a matutar. Deixei-a pensar e ela decidiu assim, pronto, mas os resultados agora já a fazem torcer a orelha.

Na mesa, palavra que foi verdade, estava o motorista da Câmara Municipal que conduziria o carro. Escutou a conversa do vereador e depois disse:

— Em minha casa aconteceu o mesmo. No dia em que fomos votar, à saída, a minha mulher disse: «Olha, que voto tão perdidinho»... Tinha votado no PS pela primeira vez e já estava a tremer de desgosto, mas o medo de o PSD ganhar também a levou a deixar de votar na CDU.

«Coisas da vida», pensei, perante aqueles homens. O motorista era, desde os tempos de operário numa zona industrial do sul, um

militante e votante no PCP. A mulher era um voto sempre seguro na força unitária da esquerda em que o PCP se insere. Hoje, é possível encontrar tantos milhares de situações deste tipo, de votos sérios e firmes que o medo da continuação do cavaquismo desviou para o PS. Cabe agora ter uma atenção cuidadosa à evolução da situação política, ao trabalho que é necessário continuar a fazer, na defesa e afirmação dos interesses mais legítimos dos trabalhadores e das populações. Com a certeza de que, se não houver respostas positivas do próximo governo, estes votantes que foram atrás do medo e de expectativas pouco fundamentadas terão motivos de sobra para ficarem mais desiludidos com miragens e promessas...

Cá estaremos, para ver e participar. Na despedida, estes dois amigos do interior, o vereador e o motorista da Câmara, continuavam atentos e confiantes na amizade que nos une desde há anos.

— Vamos lá ver... Vamos lá ver... Por mim, o caminho era só um - diz o vereador da cultura.

E sei que falava com cultura e sinceridade.

Desta simplicidade tão complexa das coisas não sabem certos analistas da praça, mas sabem os que vivem a vida de todos os dias e já perceberam que só há uma saída: unir as forças, à esquerda, no quotidiano das lutas e do trabalho pelo desenvolvimento integrado dos concelhos, das regiões e do país.

Atrás de uma eleição outra vem, e ficam as lições que advêm das realidades concretas. A ver vamos, mas que seja sem medos nem oscilações.

O exemplo que aqui fica vale o que vale, mas servirá para a ponderação de cada um de nós, voltada para a luta e para a frente.

■ Modesto Navarro

Viseu

O voto na CDU não foi um voto perdido

A direcção da Organização Regional de Viseu do PCP reuniu no passado dia 15 de Outubro, para analisar os resultados eleitorais no Distrito e a situação deles decorrente, e perspectivar a actividade do Partido nos próximos meses.

No quadro da análise efectuada, a DORV do PCP saudou calorosamente os candidatos e os activistas da CDU que, com o seu dinamismo e empenhamento, possibilitaram o desenvolvimento de uma campanha eleitoral extensa, profunda e esclarecedora, que permitiu o contacto directo com vários milhares de eleitores de todo o Distrito, agricultores, trabalhadores, feirantes, comerciantes, jovens,

mulheres e reformados, e dezenas de contactos institucionais com organizações sociais, económicas e culturais e outras estruturas representativas do Distrito», lê-se na nota entretanto divulgada.

«A DORV do PCP saúda também, com especial consideração, todos aqueles que confiaram corajosa e esclarecidamente o seu voto à CDU no Distrito de Viseu, numa situação particularmente difícil, em que a bipolarização artificialmente alimentada e conduzida por órgãos de comunicação social de âmbito nacional, em especial as televisões, induzia com facilidade ao chamado voto útil.

«A DORV saúda ainda todos os que, pela primeira

vez, souberam votar na CDU, estando neste caso muitos novos eleitores (na sua maioria jovens) ou pessoas que no seu percurso eleitoral optaram finalmente pelo voto na Coligação Democrática Unitária.

«A todos, bem como a todo o povo do Distrito de Viseu, a DORV do PCP assevera que o voto na CDU não foi um voto perdido, pois a actividade dos comunistas e dos seus aliados de coligação, continuará a desenvolver-se em prol da melhoria das condições de vida das populações, em defesa de um verdadeiro desenvolvimento regional, investindo-se necessariamente na luta por uma efectiva mudança democrática na política nacional.

PCP contra punição de José Carreira



Goretti, Carreira e Torres. Dos três dirigentes da ASPP alvos de processos por parte do Comando da PSP, este resolveu punir Carreira antes que Dias Loureiro se fosse embora

Desejo de mudança

«2. As eleições de 1 de Outubro, criaram um novo quadro político. O povo português condenou a política de direita dos últimos anos e manifestou um claro desejo de mudança.

«A aplicação de propostas políticas, em aspectos essenciais coincidentes com a política praticada pelo PSD, frustraria a esperança e o desejo de mudança manifestado pelo povo português,

«A política de direita criou graves problemas económicos e sociais no distrito de Setúbal que exigem uma resposta imediata só possível com uma nova política, uma política de esquerda.

Dinamizar o Partido

«3. A DORS do PCP, a par da discussão a travar em próxima reunião sobre as linhas de intervenção do Distrito, apontou a necessidade de desde já reforçar a atenção ao acompanhamento e a resposta aos problemas resultantes da situação económica e social, à dinamização da actividade partidária e ao reforço do Partido, aproveitando as grandes potencialidades existentes para o alargamento da sua intervenção e influência.»

O PCP tomou posição sobre a informação veiculada pelos órgãos de comunicação social na sexta-feira acerca do parecer final do Conselho Superior de Disciplina da Polícia de Segurança Pública de aposentar compulsivamente o subchefe José Carreira, Presidente da Associação Sócio-Profissional da PSP (ASPP). «O PCP, uma vez mais, solidariza-se com José Carreira e todos os outros profissionais alvo do mesmo tipo de processos», lê-se numa nota divulgada no mesmo dia pelo Gabinete de Imprensa do Partido.

O Partido considera que a intenção, «novamente reiterada», de punir com «uma pena disciplinar extrema» o dirigente máximo da ASPP, por acções e declarações feitas nessa mesma qualidade, «traduz uma inqualificável sanha persecutória que não pode deixar de indignar todos quantos prezam os valores da vivência democrática, designadamente a liberdade de expressão do pensamento», lê-se na referida nota.

O processo movido a Carreira transita agora para as mãos do ainda ministro Dias Loureiro, o que leva o PCP a dizer que «qualquer decisão que

não fosse o seu arquivamento constituiria um intollerável acto de vingança política do PSD e do seu Governo já em mera gestão corrente após a clamorosa derrota sofrida nas urnas no passado dia 1 de Outubro».

É preciso sindicalismo na PSP - diz CGTP

Também a CGTP repudiou «energicamente» a tentativa do Comandante-Geral da PSP de reformar compulsivamente o presidente da ASPP e condenou o Conselho Superior de Justiça e Disciplina da PSP por «numa inqualificável postura de subserviência em relação ao Comandante-Geral» ter-se apressado a «ratificar a proposta ilegal e discricionária por este apresentada».

A CGTP - que enviou na terça-feira um protesto ao ministro Dias Loureiro - diz que as perseguições de que Carreira e os seus colegas da ASPP são alvo «mais justificam a existência de sindicalismo na PSP».

CAMARADAS FALECIDOS

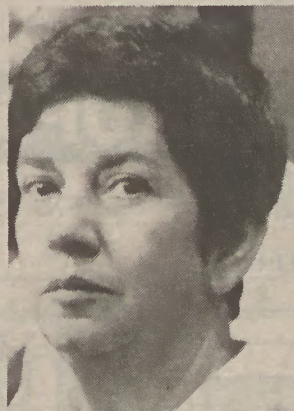
Morreu Zilda Carvalho

Morreu Zilda Carvalho, destacada investigadora científica e militante comunista, membro do Comité Central do Partido. A morte surpreendeu Zilda Carvalho, de 56 anos, na passada sexta-feira, tendo o funeral sido realizado no dia seguinte da Casa-Mortuária da Igreja dos Olivais-Sul para o cemitério dos Olivais.

O Secretariado do Comité Central do PCP tornou pública, na sexta-feira, uma nota onde se relembra alguma da actividade profissional e política da nossa querida camarada: «Doutorada em Bioquímica, era investigadora no Instituto Gulbenkian da Ciência. Tinha 56 anos de idade.

Participou no movimento juvenil, particularmente na luta estudantil na Faculdade de Medicina do Porto.

«Fez parte da Comissão de Trabalhadores da Gulbenkian entre 1979 e 1982. Foi fundadora da Organização dos Trabalhadores Científicos e em 1990 foi eleita Presidente da Comissão de Mulheres Cientistas da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos.



Era membro da Direcção do Sector Intelectual de Lisboa do PCP e integrava a Comissão Coordenadora da Área da Educação, Ciência e Tecnologia junto do Comité Central».

A Frederico Carvalho, com-

panheiro de Zilda, o Secretariado enviou o seguinte telegrama: «perante a dolorosa realidade da perda da camarada Zilda, destacada militante comunista e privilegiada investigadora científica, transmitimos-te, a ti, seu companheiro, e a tuas filhas, as mais sentidas condolências com um forte abraço de amizade e solidariedade».

A Redacção do «Avante!» manifesta igualmente o seu profundo pesar pelo falecimento de Zilda Carvalho, que várias vezes colaborou connosco escrevendo diversos e importantes artigos de opinião, nomeadamente sobre política de investigação e desenvolvimento.

Armindo Carolino de Almeida

Militante do Partido desde 1974, desempenhando várias tarefas na freguesia de Alcântara em Lisboa, morreu recentemente Armindo Carolino de Almeida com 80 anos de idade.

Manuel Simão Borla

Militante do PCP desde 1947, faleceu Manuel Simão Borla, com 82 anos, natural de Montemor-o-Novo e desde sempre um militante muito dedicado ao nosso Partido.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

APOIAR O PCP

reforçar a CDU nas Eleições
uma alternativa com os trabalhadores

150
mil contos para o Partido

PCP

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

Avante para a meta final!

A Campanha Eleitoral e as Eleições para a Assembleia da República trouxeram, como era previsível, uma certa quebra no ritmo da Campanha Nacional dos 150 Mil Contos.

Impõe-se agora retomar o ritmo e fazer um último esforço, continuando a recolha de contribuições e as iniciativas até ao fim do Ano, data prevista para o encerramento da Campanha.

Cada organização, cada sector de trabalho, assim como cada militante, terão de fazer um último e vigoroso esforço para cumprir as metas parciais que cada um se atribuiu no início da Campanha para deste modo encerrarmos em beleza mais esta grande iniciativa do Partido - recolher 150 Mil Contos à escala nacional.

Segundo os dados apurados, o resultado global até agora obtido ronda já os 130 Mil Contos.

Mais um esforço, pois, camaradas e amigos!

Redobremos as iniciativas. Alarguemos a Campanha a sectores e pessoas ainda não abrangidos. Do subsídio de Natal, por exemplo, por que não dispensar cada um uma pequena percentagem para a Campanha, sabido que o pouco de muitos será muito?

«Mais um ignóbil crime»

Solidariedade com Timor-Leste

«Os assassinatos de jovens timorenses cometidos na quarta-feira pelas forças ocupantes indonésias constituem mais um ignóbil crime e, com as acções de repressão que continuam em curso em Timor-Leste, colocam com toda a força de novo o problema timorense na ordem do dia», lê numa nota divulgada na quinta-feira pelo Gabinete de Imprensa do Partido.

«Aproximando-se duas datas históricas na luta do povo timorense - 11 de Novembro, quarto aniversário do massacre de Santa Cruz e 7 de Dezembro, 20º aniversário da ocupação de Timor-Leste -, o PCP de novo confirma a sua posição de princípio, que há muito defende, da formação de um forte consenso nacional em torno do exercício do direito à autodeterminação e à independência do povo timorense e de uma firme e activa linha de intervenção do Estado português em prol da justa causa libertadora do povo maubere», lê-se.

A nota conclui dizendo que «prosseguindo a sua luta solidária com o povo timorense», o PCP «reitera a sua disponibilidade a nível institucional para, com todos os órgãos de soberania, contribuir para que o povo timorense possa vir a decidir livremente o seu futuro».

«Perspectivando o trabalho futuro, a DORV do PCP aponta como tarefas e iniciativas próximas de grande importância, entre outras, as seguintes: as próximas eleições presidenciais; a última fase da Campanha Nacional de Fundos de 150 Mil Contos para o PCP; o Aniversário do PCP, que em 1996, completa 75 anos de vida e de luta; as iniciativas populares do 25 de Abril e do 1º de Maio; a 20ª edição da Festa do Avante!; a preparação e realização do XV Congresso do PCP».

Finalmente, a concluir, a DORV diz que na linha das decisões da IV Assembleia da Organização Regional de Viseu, impõe-se o reforço das Organizações do Partido em todo o Distrito.

Emigração

CDU a escassos votos de ser terceira força

Os resultados finais das eleições de Outubro foram conhecidos na quarta-feira passada com a contagem dos votos da Emigração. A Direcção da Organização da Emigração do PCP (DOE) fez, em comunicado divulgado sexta-feira, uma primeira apreciação aos resultados eleitorais dos círculos da Europa e Fora da Europa, posição que procura apenas salienta os principais dados e que será posteriormente seguida de uma análise mais aprofundada.

Assim, afirma-se que «as eleições na Emigração continuam a ser fortemente marcadas por uma muito grande abstenção». No conjunto dos dois círculos passou de 67,4% em 1991 para 76,8%.

No entender desta estrutura, esta abstenção (que é mais acentuada nos países fora da Europa — com 79,8%) «revela, sem dúvida, o pouco interesse dos emigrantes pela vida política em Portugal».

Os resultados não alteraram em nada a distribuição de mandatos: 3 para o PSD (2 fora da Europa e 1 na Europa) e 1 para o PS, na Europa.

Entende no entanto esta Direcção de Organização que «o dado mais relevante, que não pode ser escamoteado pelo facto de não ter havido alterações na distribuição de deputados, é o da grande perda de votos do PSD». Os social-democratas passam no conjunto dos

dois círculos, de 40.284 votos em 1991 para 22.825, ou seja, uma perda de 43,3%, deixando de ser a força mais votada na Europa. «Esta perda é mais significativa se tivermos em conta que, de 1991 para 1995, o número de eleitores nos dois círculos aumentou 5.257», refere a nota da DOE.

«Trata-se, sem dúvida, de uma manifestação clara de descontentamento quer pela política de emigração seguida pelo governo do PSD, quer pelo muito mau serviço prestado aos emigrantes pelos deputados deste partido», diz a DOE.

«É de referir no entanto que o PSD, com 69,1%, mantém uma forte votação no círculo Fora da Europa, pondo assim em evidência a complexidade do voto na Emigração, em particular nos países mais longínquos de Portugal», conclui a nota.

Sobre a CDU, assinala-se que a Coligação registou uma quebra de 721 votos nos dois círculos, passando de 2.619 (4,3%) para 1.898 (4,1%). Na Europa, com 1.656 (6,4%), mantém a 3ª posição. Fora da Europa, com 246 votos (1,2%), mantém a 4ª posição.

No conjunto dos dois círculos e pela 1ª vez, ficou a escassos votos de passar a ser a 3ª força, diz a DOE que refere: «ao contrário das expectativas criadas na Europa, a CDU não conseguiu subir a sua votação».

O PS, no conjunto dos dois círculos, sobe 725 votos. Consegue passar a 1ª força na Europa devido à grande quebra do PSD, na medida em que também o PS perde aqui votos: de 9.393 (31,9%) para 9.067 (35,1%).

«Longe de ser um bom resultado, o PS foi penalizado na Europa pela sua fraca intervenção parlamentar», considera a estrutura do PCP.

O CDS/PP perde no seu conjunto 3.593 votos, ou seja, 65,2% relativamente a 1991. Obteve, no entanto, uma subida na Europa de 249 votos. Nos dois círculos passou de 5.507 (9,0%) para 1.914 (4,1%).

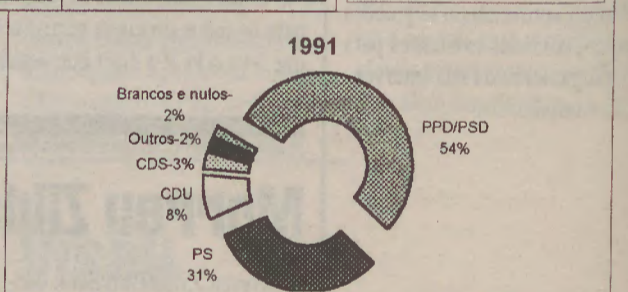
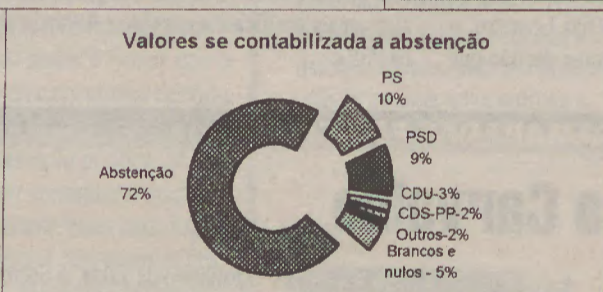
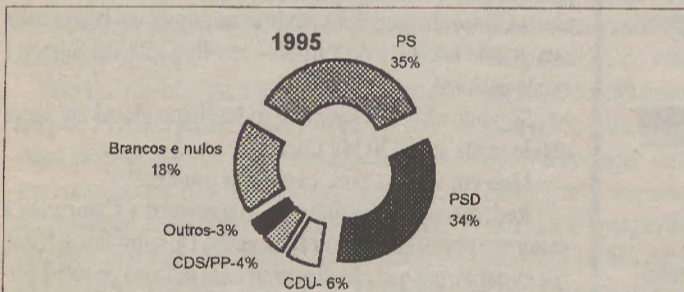
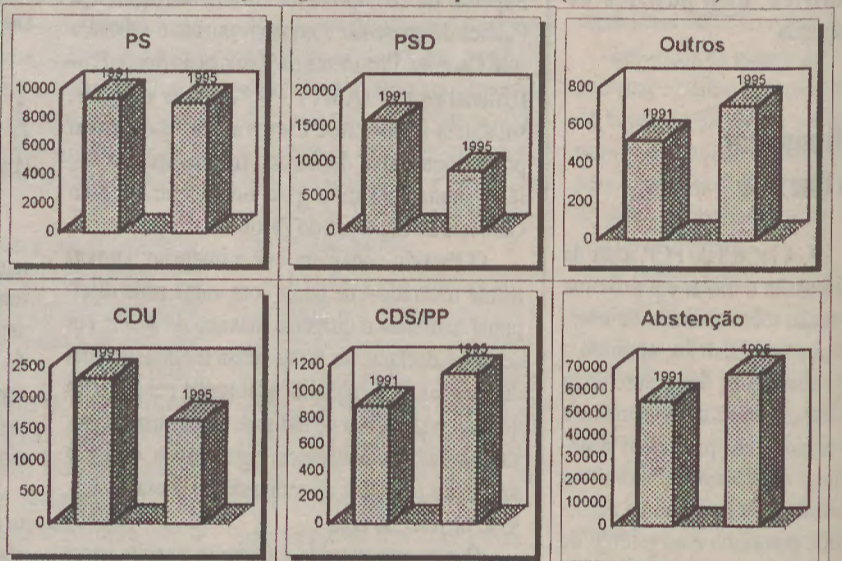
Finalmente, a DOE do PCP saúda todos os activistas da CDU, independentes e militantes do PCP, «que com o seu empenhamento permitiram a realização de uma campanha eleitoral que marcou diferenças e pôs em destaque a necessidade de uma nova política de Emigração».

A concluir, a DOE do PCP, diz que «fiel aos seus compromissos com os eleitores e com os trabalhadores emigrantes, reafirma a sua determinação na luta pela resolução dos problemas das comunidades portuguesas».

EUROPA

1995					1991				
	Votos	%	Evolução (n.º. votos)	%	Eleitos		Votos	%	Eleitos
PS	9067	35,07	-326	3,21	1	PSD	15817	53,65	1
PSD	8740	33,8	-7077	-19,9	1	PS	9393	31,86	1
CDU	1652	6,39	-659	-1,5		CDU	2311	7,84	
CDS/PP	1143	4,42	249	1,39		CDS	894	3,03	
MPT	252	0,97				PCTP/MRPP	234	0,79	
PCTP/MRPP	195	0,75	-39	-0,04		PRD	141	0,48	
MUT	109	0,42				PPM	62	0,21	
UDP	79	0,31				PSR	35	0,12	
PSR	56	0,22	21	0,1		PDA	32	0,11	
PDA	13	0,05	-19	-0,06		FER	19	0,06	
BRANCOS						BRANCOS			
E NULOS	4549	17,59	4003	15,74		E NULOS	546	1,85	546
Inscritos:	93285	Votos:	25855			Inscritos:	84495	Votos:	29484
Abstenção	72,28 %					Abstenção	65,11 %		

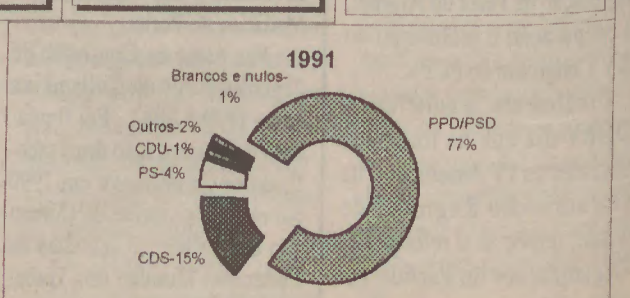
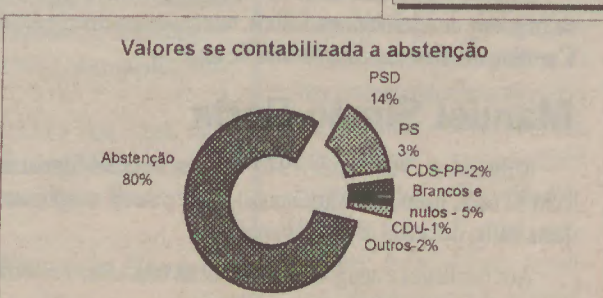
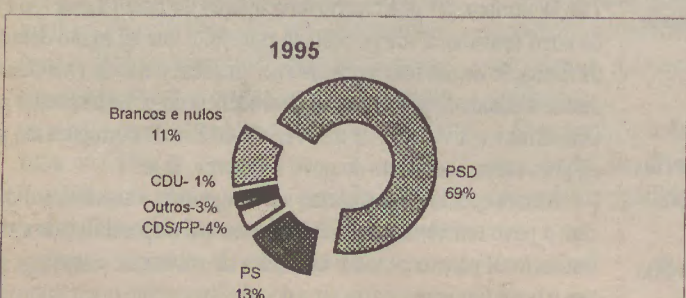
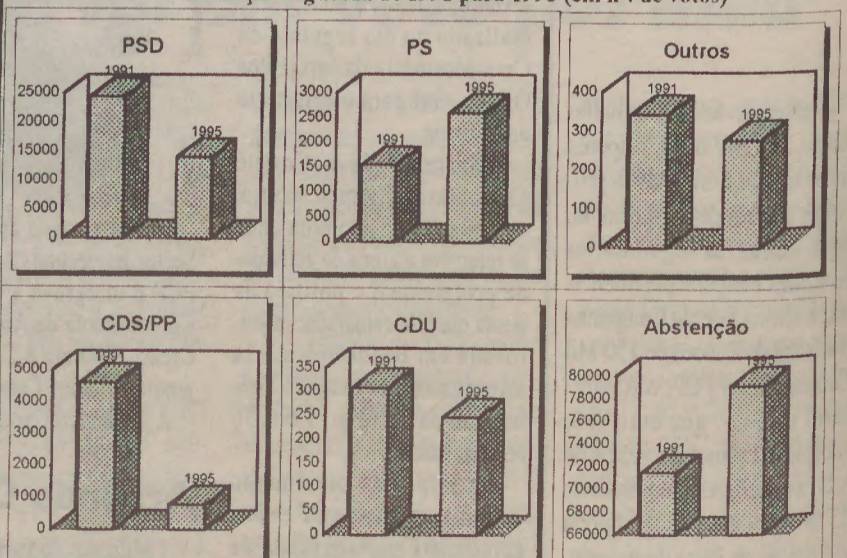
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



FORA DA EUROPA

1995					1991				
	Votos	%	Evolução (n.º. votos)	%	Eleitos		Votos	%	Eleitos
PSD	14085	69,47	-10382	54,9	2	PSD	24467	77,32	2
PS	2608	12,86	1051	-64,5		CDS	4613	14,58	
CDS/PP	771	3,8	-3842	-1,12		PS	1557	4,92	
CDU	246	1,21	-62	0,24		CDU	308	0,97	
MPT	92	0,45				PRD	143	0,45	
PSR	78	0,38	55	-0,07		PPM	105	0,33	
UDP	54	0,27				PDA	43	0,14	
PCTP/MRPP	40	0,2	12	0,11		PCTP/MRPP	28	0,09	
PDA	13	0,06	-30	-0,01		PSR	23	0,07	
BRANCOS						BRANCOS			
E NULOS	2289	11,29	1932	10,2		E NULOS	357	1,13	357
Inscritos:	99570	Votos:	20397			Inscritos:	103103	Votos:	31644
Abstenção	79,51 %					Abstenção	69,31 %		

Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



É preciso mudar!

O Conselho Nacional da CGTP-IN analisou o resultado das eleições legislativas e salientou a necessidade de «concretizar uma nova política, que responda às expectativas de mudança» por que os trabalhadores votaram

Reunido na semana passada em Lisboa (no mesmo dia em que, como referimos na pág. 21, o PR visitou as instalações da CGTP e lhe atribuiu a Ordem do Mérito Português), o Conselho Nacional da *Inter* ratificou e aprofundou as principais conclusões já divulgadas pela

«a derrota do PSD, do seu Governo e da sua política é, em grande medida, o resultado da luta dos trabalhadores» e que «o envolvimento da juventude nas eleições legislativas é um sinal extremamente positivo na sociedade em geral e no mundo do trabalho em particular».

desemprego e da criação de emprego, da melhoria dos salários reais, do aumento do salário mínimo nacional e das pensões de reforma, da redução do horário de trabalho, de outra política de educação e formação profissional, de uma nova política fiscal «que contribua para diminu-

dos trabalhadores nos locais de trabalho» e «uma reforma da justiça e, em particular, da justiça do trabalho, de forma a garantir, quer a actuação inspecciva, quer a necessidade e eficácia dos tribunais de trabalho».

Propostas e reivindicações

Ainda em Abril, a CGTP divulgou as suas propostas essenciais para a resolução dos problemas mais prementes dos trabalhadores, contidas na «Plataforma para uma nova política económica e social» que apresentou aos partidos.

Na «Plataforma» a central reclama: «o combate ao desemprego, através de uma política de desenvolvimento económico criador de postos de trabalho; a redução da duração do trabalho, garantindo no imediato a semana máxima de 40 horas; o aumento dos salários reais; a garantia dos direitos dos trabalhadores; a aposta estratégica na educação e na formação contínua; o reforço da Segurança Social, na base dos princípios da universalidade, da igualdade, da eficácia, da solidariedade e da participação; o termo da política de privatização da Saúde e da governamentalização e partidária da sua gestão; o combate à sinistralidade laboral; a reforma do sistema fiscal; a existência de um sector público forte, regulador e dinamizador da economia».

A *Inter* mantém estas exigências, que foram reafirmadas pelo

Conselho Nacional a vinte dias das legislativas. Ainda a 11 de Setembro, o CN apontou as reivindicações mais urgentes para 1996 sobre salários, emprego e prestações da Segurança Social (ver quadro).

Na semana passada, o CN apelou ao prosseguimento de «um trabalho intenso de divulgação destas propostas junto dos trabalhadores e a sua assunção no trabalho sindical, na acção reivindicativa e, de um modo geral, em todas as formas de intervenção com vista à sua concretização».

«Deve-se preparar as condições para uma intervenção em todos os níveis para alcançar as reivindicações apresentadas e não defraudar as expectativas criadas», afirma-se na resolução político sindical de 11 de Outubro, especificando como níveis

de intervenção as empresas, os sectores, as regiões, os contactos com o Governo e o Conselho Económico e Social.

Afirmando-se «disposta ao diálogo - a discutir, a negociar, a procurar concretizar soluções para os problemas do País e dos trabalhadores», a CGTP defende que «para isso, é necessário afirmar e praticar o diálogo e a negociação, desde os locais de trabalho, onde os problemas dos trabalhadores são vividos, até aos níveis mais gerais de intervenção». Sublinhando «o papel fundamental da negociação e da contratação colectiva e da participação dos trabalhadores», a resolução declara que «não há diálogo sério, não há concertação social eficaz, se não houver a afirmação e o reforço do exercício do direito de negociação e da contratação colectiva».



Comissão Executiva no que respeita à interpretação dos resultados eleitorais de 1 de Outubro e às linhas de intervenção do movimento sindical no novo quadro político.

Foi reafirmado que «os trabalhadores exigiam uma mudança de Governo e de política», que

Agora, «estão criadas justas expectativas para os trabalhadores» e «esperam-se respostas positivas, ou seja, a concretização da mudança pela qual os trabalhadores e os portugueses votaram», o que deverá reflectir-se em «respostas concretas» aos problemas do combate ao

ir as desigualdades sociais e corrija a flagrante injustiça fiscal que penaliza, sobretudo, as classes trabalhadoras». A Intersindical Nacional espera ainda «um combate determinado à corrupção e ao compadrio», «a reposição da legalidade e, em particular, o cumprimento dos direitos

Reivindicações da CGTP para 1996

SALÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> → Aumento salarial médio de 8% (com ajustamentos nos sectores tendo em conta perdas do poder de compra). → Aumento de 5000\$00 no salário mínimo.
EMPREGO	<ul style="list-style-type: none"> → Defender os direitos dos trabalhadores, pôr fim aos recibos verdes ilegais. → Reduzir a duração semanal do trabalho. Aplicar, de imediato, a semana máxima das 40 horas.
PRESTAÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> → Revalorização das pensões mínimas. Aumento de 4000\$00 para a pensão mínima do regime geral e a sua actualização progressiva com vista a atingir, no futuro, o valor do salário mínimo nacional. → Actualização anual das pensões de reforma de todos os pensionistas com a garantia de aumento do poder de compra das pensões. → Fixação do abono de família num valor que represente 10% do salário mínimo (5700\$00); para as famílias de menores rendimentos e desempregados, há que criar apoios sociais complementares. → Prolongamento do subsídio social de desemprego para os desempregados de longa duração que esgotem aquele subsídio. → Criação de um rendimento mínimo garantido para complementar a segurança social e impedir que qualquer cidadão fique sem recursos económicos.

Prosseguem comemorações do 25.º aniversário

A União dos Sindicatos de Lisboa leva a cabo amanhã, a partir das 21.30 horas, uma festa assinalando os 25 anos da fundação da CGTP. O encontro está marcado para o Pavilhão Carlos Lopes e contará com uma intervenção do coordenador da central, Carvalho da Silva. Depois, actuarão a Tuna Académica do ISCTE e os Meninos da Avó.

Também no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, tem lugar no sábado e no domingo a fase final do torneio de futebol de salão comemorativo do 25º aniversário da *Inter*. Dia 21, a partir das 15 horas, disputam os quartos de final as equipas das uniões de sindicatos dos distritos de Castelo Branco e Coimbra, Porto e Portalegre, Lisboa e Évora. Dia 22, as quatro equipas apuradas na véspera jogam pelo direito a ir à final, marcada para as 12 horas. Segundo uma nota do Departamento de Informação da CGTP, o torneio envolveu cerca de 1500 trabalhadores.

Álvaro Cunhal participa na próxima quarta-feira em mais um debate do ciclo organizado pela CGTP para assinalar o aniversário. A iniciativa terá lugar a partir das 18 horas, na sede da central (Rua Vítor Cordon, Lisboa).



Centenas de empregos em risco

Vão acabar os sectores dos chocolates e das bolachas

A Comissão Executiva do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos, reunida no dia 9, analisou a situação social do sector e constatou um agravamento nas condições de trabalho, de emprego e salários dos trabalhadores, encontrando-se várias empresas em risco de falência, pondo em causa centenas de postos de trabalho, terminado de vez como sector produtivo nacional dos chocolates e a breve prazo com sector das bolachas.

As causas de tal situação são, no entender da Comissão Executiva, a má gestão deliberada, a abertura do mercado à Comunidade Económica Europeia sem a respectiva reestruturação dos sectores, a falta de apoios estatais e a falta de fiscalização do Estado aos resultados das empresas e aos seus desastrosos investimentos – entre outros motivos apontados num comunicado que o sindicato divulgou após a reunião.

As empresas Regina (tema da reportagem nas páginas centrais e que tem hoje 420 trabalhadores), Heller (36 trabalhadores), Mulditripas (30 trabalhadores), Socipar (96 trabalhadores), Favorita (30 trabalhadores), Emel (25 trabalhadores), Fábrica de Bolachas Sena (26 trabalhadores), João Oliveira Cardoso e Sobrinhos (10 trabalhadores) estão na disposição de encerrar definitivamente as suas portas, enviando centenas de trabalhadores para o desemprego.

O aluguer de mão-de-obra em empresas como a Triunfo, em Mem-Martins, e a Tabaqueira, em Albarraque, entre outras, é um factor determinante para a precariedade de de-

semprego, a contratação a prazo e a discriminação entre trabalhadores que, executando as mesmas funções, auferem salários e têm direitos e regalias diferentes – afirma o sindicato.

As rescisões de contratos de trabalho por «mútuo acordo» continuam a dar cartas nas empresas Tabaqueira, Nestlé e Nacional, liquidando-se postos de trabalho, promovendo, desta forma, o aumento do desemprego.

O sindicato que defende que a política de privatizações das empresas que integram o sector empresarial do Estado deve cessar imediatamente. «Os trabalhadores continuam a reivindicar a paragem e o respectivo arquivamento do processo de privatização da Tabaqueira, tendo em conta os interesses do País e da economia nacional», particulariza o comunicado.

«Os trabalhadores que, com a sua luta, a sua intervenção, contribuíram decisivamente no dia 1 de Outubro para a derrota estrondosa do Governo PSD/Cavaco Silva, sem dúvida que votaram na mudança de política, esperando que o Governo do Partido Socialista venha a aplicar uma política laboral que defenda os seus postos de trabalho os seus direitos e as suas regalias. É neste contexto que a Comissão Executiva do STIAST espera do Governo a constituir brevemente e do seu Primeiro-Ministro a aplicação de políticas que tenham em conta as justas reivindicações dos trabalhadores, melhores salários, mais e melhor emprego, melhores condições de trabalho, melhores condições sociais e de vida» – conclui o documento distribuído dia 9.

Piora situação social no sector gráfico

Tem vindo a degradar-se a situação social no âmbito de representação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas.

Numa nota que distribuiu à comunicação social na semana passada, o sindicato contrapõe às recentes notícias acerca da «estabilização» do desemprego uma lista de empresas que encerraram, não pagam salários e reduzem o número de postos de trabalho. Ressalvando que se trata de situações «recentes e bem demonstrativas da herança do PSD e da política de direita que nos governou nestes últimos anos, liderada pelo agora candidato presidencial Cavaco Silva», o sindicato aponta quase duas dezenas de exemplos:

Nunes e Vicente – Encerrou a actividade em Agosto, com dívida aos trabalhadores.

Cotur – Não pagou salários de Agosto e Setembro, como também não pagou o subsídio de férias.

Manuel A. Pacheco – Não pagou salários de Agosto e Setembro, e também não pagou o subsídio de férias em Setembro, aos seus cerca de 80 trabalhadores.

Rosa-Gabinete Gráfico – Trabalhadores foram obrigados a recorrer ao subsídio de desemprego por não receberem salários.

Sociedade Tipográfica «A Mundial» – Encerrou a actividade, indo os trabalhadores para o desemprego.

Metalminer – A empresa não vem pagando regularmente os salários, levando a que muitos trabalhadores tenham recorrido ao subsídio de desemprego.

Gráfica do Areiro – Não vem pagando salários regularmente.

Tipografia Lealgráfica – Não vem pagando salários regularmente.

Jovitur – Despediu no mês de Setembro cerca de 40 trabalhadores, mas na carta de rescisão do contrato de trabalho pôs «mútuo acordo».

Correia e Polónia – Deve 50% do subsídio de Natal de 1993 e 1994, e subsídios de férias relativos aos anos de 1993 e 1994.

Jornal «O Dia» – Rescindiu os contratos de trabalho com os seus colaboradores do sector gráfico.

L.I.F. – Encerrou a actividade, ficando a dever salários aos trabalhadores.

Empresa Ind. Fotolitografia – Não vem pagando salários regularmente.

Rolos e Filhos – Não paga salários regularmente.

Santelmo – Não paga salários regularmente e deve subsídio de férias.

Minigráfica – Não paga salários regularmente.



Nem na hora da despedida...

O Governo do PSD e de Cavaco Silva teima em prosseguir a sua política gravemente lesiva dos interesses e direitos de quem trabalha. Mesmo depois da estrondosa derrota de 1 de Outubro e numa altura em que devia apenas arrumar as malas, ainda tenta aumentar a pesada herança que deixa ao País.

Na semana passada, a Fenprof denunciou dois casos graves, exigindo a rápida correcção das medidas aprovadas na hora da despedida de um Governo e uma política condenados expressivamente nas urnas.

Habilitações

«A assinatura, em segredo, no passado mês de Setembro, da Portaria que define um novo regime de habilitações para a docência, é mais uma inequívoca prova da hipocrisia política e negocial de uma Ministra que contribuiu decisivamente para o progressivo descrédito de um Governo e de uma política que sofreram pesada derrota, nas urnas, no passado dia 1 de Outubro.

A manutenção do segredo em período eleitoral, velado por declarações falsas de Manuela Ferreira Leite à comunicação social, revelam a par do desrespeito pelos educadores e professores uma inqualificável cobardia política e uma postura indigna de alguém com responsabilidades num Estado democrático.

A decisão de Manuela Leite é profundamente reprovável porque a Ministra sabia que o projecto de diploma mereceu o total desacordo dos professores e das suas organizações sindicais o que talvez explique o facto do seu Ministério ter disponibilizado a verdade para a comunicação social, mantendo a sonegação de informações à FENPROF.

Acresce ainda que o diploma em causa, pelo menos na versão que a FENPROF conhece, implica uma profunda alteração na constituição dos quadros das escolas, situação delicada e passível de criar conflitos de interesse legítimos entre professores. Esta é mais uma razão – e de peso – para que a sua aprovação tivesse precedida de uma prolongada e reflectida discussão entre todos os envolvidos. Exactamente ao contrário da prática de Ferreira Leite. Não eram necessárias qualidades democráticas para optar por esta atitude. Bastava o bom senso.

Apesar deste lamentável incidente, a FENPROF mantém a serenidade, confiante de que o futuro titular da pasta da Educação, seguramente alguém responsável e competente, não terá medo das «ameaças» de Manuela Leite e optará pela suspensão desta portaria e pela negociação séria e rigorosamente com as organizações sindicais dos professores de um novo regime de habilitações para a docência consentâneo com a realidade educativa do país com as necessidades do sistema educativo.»

IPSS

«O Ministério do Emprego e da Segurança Social prepara-se para mandar publicar uma nova Portaria Regulamentadora de Trabalho para as Instituições Particulares de Solidariedade Social que não responde aos problemas fundamentais das Instituições e dos respectivos trabalhadores.

Esta PRT vai substituir a que se encontra em vigor desde 1985, ou seja, há mais de 10 anos.

Seria natural que, dado o tempo decorrido, houvesse muitas alterações significativas, nomeadamente, nas carreiras profissionais, horário de trabalho e nas cláusulas de expressão pecuniária.

Pelo contrário, o MESS pretende apenas o horário de trabalho superior a 40 horas e as cláusulas de expressão pecuniária.

Concretamente, os horários de trabalho superiores a 40 e 42 horas semanais são reduzidos para estes valores, respectivamente. Os horários inferiores mantêm-se em vigor.

Assim os educadores manterão o horário de trabalho de 36 horas semanais, ou seja, 30 horas de trabalho directo com crianças mais 6 horas para a recepção dos pais e preparação das actividades.»(...)

«Segundo os dados do Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social já hoje a maioria dos trabalhadores auferem remunerações superiores às que constam da proposta de Portaria.

Entretanto não foram tomadas em conta as propostas dos trabalhadores, nomeadamente dos docentes, e das organizações sindicais relativamente às carreiras profissionais.

A estrutura das carreiras mantém-se igual à estabelecida em 1985. O Ministério do Emprego e Segurança Social não teve em conta a melhoria significativa das qualificações dos trabalhadores e da qualidade e quantidade do trabalho prestado.

O Ministério do Emprego e Segurança Social continua a considerar as Instituições como qualquer outras empresas não tendo em conta que é o Orçamento da Segurança Social a, no fundamental, financiar as suas actividades.»(...)

«A PRT define valores mínimos, e que, neste caso, até são demasiado nínimos, e não valores máximos.

Ninguém pode ter uma remuneração inferior à prevista na PRT, mas podem ter remunerações superiores.

Entretanto, a FENPROF irá procurar dialogar com as uniões das IPSS's e das Misericórdias no sentido de encontrar soluções que melhorem o previsto nesta PRT, para além de, junto de novo Governo insistir na sua intervenção para que a injustiça seja reparada.

Não faz sentido que Instituições que se substituem ao Estado na prestação de serviço à comunidade tenham trabalhadores com regalias muito inferiores ao trabalhadores do Estado. Também não faz sentido que Instituições sem fins lucrativos paguem remunerações inferiores às praticadas pelos Estabelecimentos de Ensino Particular com fins lucrativos.

Esperamos que o próximo Governo altere esta situação e faça justiça aos trabalhadores das IPSS's.»

Fenprof propõe medidas imediatas Cumprir urgentemente as expectativas na Educação

O Secretariado Nacional da Fenprof decidiu apresentar ao novo Governo uma proposta de medidas imediatas, «numa atitude de exigência do cumprimento urgente das expectativas e esperanças nascidas na primeira noite deste Outubro»

Numa nota divulgada sexta-feira à comunicação social, a Federação Nacional dos Professores considera que os resultados das eleições legislativas de 1 de Outubro «puseram fim a um ciclo governativo caracterizado por uma política contrária aos interesses do povo português e pelo abastardamento da democracia». No campo da Educação, chega ao fim «uma política caracterizada pela desvalorização do ensino público, pelo desrespeito dos princípios, objectivos e valores consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo, pelo autoritarismo, incompetência, carência de diálogo negocial e pela falta de consideração pelo imprescindível papel das organizações sindicais, aliada ao permanente desprezo pela opinião dos educadores e professores».

A Fenprof «regozija-se com a derrota da política levada a cabo pelo anterior Governo e coloca-se numa atitude de exigência do cumprimento urgente das expectativas e esperanças nascidas na primeira noite deste Outubro», notando que «sempre pautou e continuará a pautar a sua actividade por princípios de autonomia e independência perante os partidos e o poder político».

Com «uma aguda consciência da situação existente», o Secretariado Nacional da Fenprof «chama a atenção para o facto de que a legítima revolta que foi invadindo os professores, motivada por uma «reforma educativa» que se saldou num rotundo fracasso, e a profunda frustração docente perante estatutos de carreira e situações socioprofissionais que nada têm a ver com as promessas anunciadas em 1987, após a posse do primeiro Governo de maioria absoluta, não são susceptíveis de serem en-

frentadas com alongados e difusos processos decisórios ou através da aprovação de medidas insuficientes».

Proposta aberta

A iniciativa de apresentar ao novo Governo as «medidas e reivindicações» cuja satisfação a Fenprof considera «mais importante e urgente» foi tomada «em coerência com as propostas apresentadas aos partidos políticos antes do último acto eleitoral e que tiveram como base as orientações e rei-



A proposta da Fenprof corresponde às aspirações manifestadas pelos professores...



... e vem na linha das conclusões do V Congresso Nacional, realizado em Maio

vindicações aprovadas em Maio passado, no 5º Congresso Nacional dos Professores».

Como «base estratégica» das medidas propostas, a Fenprof aponta três princípios: «uma mudança de política educativa, necessária a um ensino de qualidade, sustentado na democratização e na valorização da escola pública como verdadeiro indicador das prioridades de facto atribuídas à Educação; a afirmação da profissão docente como uma profissão dotada de autonomia e responsabilidade, de acordo com as competências que possui, a relevância da função que exerce e a dignidade desse exercício; a mudança da relação da profissão com a tutela, com a assunção pelos do-

centes dos espaços próprios devidos a uma profissão com a especificidade e complexidade que caracterizam a docência».

Ao apresentar as reivindicações, a Fenprof manifesta «inteira abertura e disponibilidade para um diálogo negocial substantivo com o novo Ministério da Educação» e esclarece que «tais medidas e reivindicações não constituem um todo e muito menos um conjunto fechado», são «tão-só um enunciado aberto de pontos, em que uns elementos não condicionam os outros, embora a sua completa satisfação pudessem ser entendida como a pedra de toque para o indispensável salto qualitativo e positivo que o País e os professores legitimamente esperam».

20 pontos para concretizar ou para negociar

Sem definir qualquer hierarquia, a proposta de medidas imediatas que a Fenprof decidiu apresentar ao Governo integra 20 pontos. Destes, alguns «podem ser dados como adquiridos, colocando-se apenas a questão da sua rápida concretização», tendo em conta «os compromissos políticos com que o partido que vai constituir Governo se apresentou ao eleitorado».

Outras matérias, «cuja aceitação não seja ou não possa ser imediata», a federação defende que «deve, pelo menos, ser determinada a abertura dos respectivos processos negociais».

A proposta da Fenprof é apresentada «tendo como pressuposto uma nova atitude de diálogo e negociação, assente no respeito pelo papel importante que os sindicatos desempenham numa sociedade democrática».

De acordo com o documento divulgado pelo seu Secretariado Nacional, a Fenprof reclama:

1. Abolição imediata da candidatura de acesso ao 8º escalão.
2. Revogação da portaria nº 39/94, de modo a assegurar-se a contagem integral do tempo de serviço.
3. Revogação imediata da portaria que regulamenta o novo regime de habilitações para a docência.
4. Revogação imediata do DL 173/95, que permite o alargamento da educação pré-escolar pela via dos contratos-programa, e publicação imediata das portarias que criam cerca de mil novos jardins de infância.
5. Suspensão imediata da obrigatoriedade da obtenção de unidades de crédito em acções de formação contínua para efeitos de progressão na carreira.

6. Revogação imediata do DL 172/91 («Novo modelo de gestão») e abertura imediata do processo negocial com vista à construção de um modelo de direcção e gestão das escolas que respeite os princípios de descentralização, autonomia, colegialidade e participação e que se reja por regras claras de democraticidade.

7. Revogação imediata dos despachos sobre rácios e contratação dos docentes necessários ao Ensino Superior.

8. Urgente abertura e calendarização do processo negocial com vista à revisão global dos decretos-lei 18/88 e 35/88, antecipada de uma adequação do número de vagas ajustado às necessidades reais das escolas, a par da vinculação dos educadores e professores com mais de 2 anos de serviço.

9. Apresentação do plano de expansão da rede pública da educação pré-escolar, de acordo com o preceituado na Constituição.

10. Abertura e calendarização do processo de negociação do Estatuto da Carreira Docente, do ECDU e do ECDPESP.

11. Abertura de negociações com vista à revalorização salarial das carreiras docentes e de investigação do Ensino Superior público, bem como das carreiras dos docentes da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário.

12. Revisão dos modelos de formação inicial de professores, numa perspectiva de equilíbrio entre as componentes científica e pedagógica e que preveja a licenciatura como grau académico mínimo de ingresso, desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário.

13. Revisão do regime jurídico da formação contínua dos professores.

14. Regulamentação dos artigos 54, 55 e 63 do Estatuto da Carreira Docente.

15. Levantamento das carências existentes nos domínios dos recursos humanos, físicos, pedagógicos e materiais dos estabelecimentos de ensino público, com o objectivo de aprovar, até ao final do presente ano lectivo, um plano de acções para a sua superação.

16. Apresentação, no presente ano lectivo, de um plano de expansão do Ensino Superior público, com a calendarização da eliminação do sistema de *numerus clausus*.

17. Aprovação de uma lei-quadro de financiamento do ensino superior público que lhe assegure um funcionamento de qualidade e atribuição no OE de verbas especificamente destinadas à investigação nas instituições do Ensino Superior.

18. Resolução de problemas específicos de grupos de professores que se arrastam há vários anos, essencialmente, por falta de vontade política do ME.

19. Efectiva concretização dos direitos de participação e negociação e a urgente alteração do DL 45-A/84, que regula o direito de negociação colectiva, no quadro dos temas comuns a toda a Administração Pública.

20. Ainda neste quadro, a consagração de uma revisão salarial para 1996 que respeite, no mínimo, a recuperação do poder de compra perdido nos últimos anos e o valor previsível da inflação.



Venham mais mil para correr com o racismo

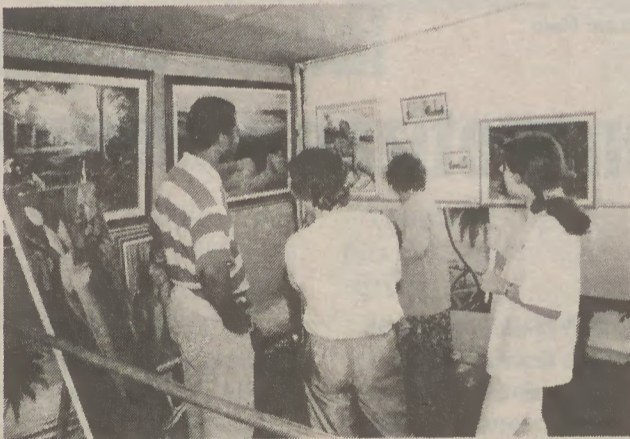
Às setecentas pessoas inicialmente inscritas na *Corrida contra o Racismo* juntaram-se mais de trezentas, todas elas com o objectivo de alertar a opinião pública para as manifestações racistas e xenófobas que se têm verificado recentemente em Portugal. A iniciativa *Correr «com o» Racismo* realizou-se no passado sábado, em Lisboa, e foi, de facto, mais uma prova de que a tolerância, a igualdade e o respeito mútuo existem no nosso país.

Além dos corredores que partiram da Praça do Chile, do Marquês do Pombal, do Príncipe Real e do Cais do Sodré, muitos foram os que estiveram na Praça da Figueira, o local do fim da corrida, para assistir aos espectáculos representativos do mosaico cultural presente em Portugal.

Esta iniciativa, contando com a participação de numerosos artistas de origem africana e brasileira, juntou europeus, africanos e asiáticos em frente a um palco animado onde se ouviu poesia moçambicana e portuguesa e se dançou, com muita alegria, morna, coladeira, batuque, capoeira, música típica do nordeste brasileiro, forró e frevo.

Os apelos a uma interven-

ção mais activa do Governo e das instituições em geral na luta contra o racismo não faltaram e o eco que encontraram no público mostrou, sem dúvida, que a sociedade portuguesa está interessada em inverter o ambiente xenófobo que, por vezes, se sente e a criar condições para a ocorrência de um futuro harmonioso entre as diversas etnias.



No Ano Internacional da Tolerância, esta realização foi apoiada por atletas, músicos, escritores, jornalistas, actores e encenadores, autarcas, dirigentes desportivos e dirigentes sindicais. Entre eles, contavam-se Albertina Dias, Aniceto Simões, António Leitão, Armando Aldegalega, Carla Sacramento, Carlos Lopes, Conceição Ferreira, Domingos e Dionísio Castro, Amunike, a equipa de andebol do ABC, Isilda Gonçalves, João Paulo, Joaquim Gomes, José Pinto, Luís Horta, Manuela Machado, Marco Aurélio, Naybet, Oceano, Paula Pontes, Paulo Guerra, Rosa Mota, Sofia Avoila, Susana Feitor e

Tomás Paquete - pelos atletas; o grupo rap Boss AC, Carlos do Carmo, Carlos Vidal, Fernando Girão, General D, Janita Salomé, João Nuno Represas, Júlio Pereira, Pedro Abrunhosa, Sérgio Godinho, os rappers Teenagers With Attitude, Tó Cruz e Zé Pedro - pelos músicos; e André Gago, Canto e Castro, Estrela Novais, Eunice Muñoz, Fernanda Lapa, Fernanda Montemor, Henrique Viana, Henriqueta Maia, José Pei-

xoto, Linda Silva, Luís Assis, Mário Viegas e Morais e Castro - pelos actores. Os escritores José Cardoso Pires, Alice Vieira, Ana Maria Magalhães, Isabel Alçada, José Saramago, Mário Castrim e Mário de Carvalho, os jornalistas Arons de Carvalho, Galvão Correia e Martins Morim, o cineasta Fonseca e Costa e os realizadores de cinema Teresa Villaverde Cabral e Pedro Serra Nunes, os árbitros de futebol Veiga Trigo,

Jorge Coroado e Vítor Pereira, o coordenador da CGTP-IN Carvalho da Silva, os encenadores João Lourenço e Mário Jacques e o Presidente de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, o embaixador de Angola, José Patrício, o embaixador brasileiro Itamar Franco, o Presidente da Casa de Macau, João Herculano Moura, e Roque Rodrigues, da Resistência Timorense em Portugal, foram outras personalidades apoiantes.



Foram vários os campeões nacionais e internacionais que correram com o racismo



Dionísio Castro e Fernando Girão estiveram também presentes nesta iniciativa

Na mira da Junta Metropolitana de Lisboa

Despoluição dos estuários do Tejo e Sado

A Junta Metropolitana de Lisboa aprovou na passada semana a candidatura ao financiamento comunitário da elaboração do plano orientador da estratégia para a implementação da rede de estações de tratamento de águas residuais (ETAR's) da Área Metropolitana de Lisboa.

Com este plano orientador - apontado para a despoluição dos estuários do Tejo e do Sado, assim como da Costa Atlântica - a Junta Metropolitana visa obter os elementos necessários para que os órgãos de decisão da Administração Central e da Administração Local possam estabelecer as prioridades mais adequadas no que se refere à instalação das 48 ETAR's previstas pelos 18 municípios da AML.

No âmbito da elaboração deste plano, conforme refere uma nota à comunicação social divulgada no final da reunião, a empresa adjudicatária irá recolher elementos adicionais aos já

efectuadas por cada autarquia quanto à curva de evolução da população e das indústrias a servir, bem como sobre os impactes ambientais positivos, nomeadamente sobre a qualidade da água, saúde pública, urbanismo e actividades socioeconómicas beneficiadas pela construção de cada ETAR. Numa segunda fase, após a recolha e tratamento da informação, será elaborada uma carta da rede de ETAR's em suporte informático, com vista à criação de uma base de dados a utilizar no sistema de monitorização da qualidade das descargas e da qualidade da água.

Na base deste plano, cuja candidatura ao Sub-Programa C do Plano Operacional para a Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORKVT) foi agora aprovada pela Junta Metropolitana de Lisboa, está um dossier elaborado por esta entidade em estreita colaboração com os técnicos dos 18 municípios, o qual tem em conta os estudos elaborados por diversas entidades da Adminis-



tração Central e instituições comunitárias. Entre esses estudos conta-se o modelo hidrodinâmico para o Estuário do Tejo elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o estudo das zonas ribeirinhas e o Programa Atlântis, estudos estes que, no entender, da JML, só fazem sentido se for construída a maioria das ETAR's previstas para a Área Metropolitana de Lisboa.

Relatórios sobre o PROTAML

Aprovados pela Junta Metropolitana de Lisboa, ainda na sua reunião de Almada, foram também os relatórios intermunicipais de avaliação do Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa, elaborados pelos Conselhos Técnicos dos municípios da AML-Norte e AML-Sul, nos quais está sintetizado um conjunto de observações e recomendações, tendentes a uma eventual reformulação do PROTAML.

Estes relatórios, como refere a nota à comunicação social divulgada no final dos trabalhos, vêm na sequência da anterior reunião da JML, realizada no Barreiro, em que os municípios se comprometem a "fazer a análise detalhada daquele instrumento de planeamento, com vista à sua actualização e compatibilização, designadamente, com os PDM's, depois de terem tomado uma posição pública de desacordo com a pretensão da Administração Central de enviar o PROTAML para inquérito

público, contendo um conjunto de incorrecções e omissões que, no entender dos municípios, poderiam comprometer a sua aplicação futura".

"Entre as muitas matérias analisadas - pode ler-se no comunicado -, os relatórios sublinham que a vertente estratégica do PROT está em causa, pois não existe programação física ou financeira das suas propostas, não passando estas de meras intenções para os diversos agentes, públicos e privados a quem cabem responsabilidades sectoriais na sua concretização".

Este aspecto, sublinha a JML, "assume particular relevância quanto aos sistemas intermunicipais de infra-estruturas e equipamentos, que se consideram estruturantes e estratégicos para a prossecução do modelo de desenvolvimento proposto para o território metropolitano".

No que se refere às redes de infra-estruturas, por outro lado, entende a JML que é necessário "rectificar, reavaliar e incluir ou definir questões como sejam a localização do futuro aeroporto, o transporte ferroviário no troço Barreiro-Pinhal Novo-

-Setúbal, com novas estações e apeadeiros, as actuais propostas de criação de um metropolitano ligeiro, a questão aeroportuária e os aterros sanitários já previstos". Assinalado é ainda o facto de o PROT ser omisso quanto ao "processo para a criação de uma Autoridade Metropolitana de Transportes", actualmente em curso sob a égide da JML, "não contemplando, também, qualquer modalidade de coordenação do sistema de transportes da AML".

Por último, refere a nota saída da última reunião da JML, os relatórios sublinham que a "intensa cooperação entre os municípios da AML, a CCRLVT e a equipa autora que marcou os primeiros tempos de elaboração do PROT foi progressivamente abandonada, contribuindo para uma evidente desarticulação entre os diversos sectores da Administração Central, com competências específicas em programas de investimento que estão ainda por estabilizar no contexto metropolitano e que levaram à clara desactualização das bases em que o PROT foi elaborado, tornando agora necessária a sua reformulação".

No próximo dia 24 Políticas de habitação em debate

As políticas de habitação, designadamente as questões relacionadas com o actual quadro de carências e com o realojamento vão estar em debate no próximo dia 24, no Instituto Português de Investigação Marítima. A iniciativa pertence à Junta Metropolitana de Lisboa e entre os temas propostos na grelha de debate contam-se o Plano Especial de Realojamento (PER) e a resolução das carências de habitação, o PER e uma alternativa de mercado, o PER e as políticas de realojamento, o PER e as formas de habitação transitória.

Com este encontro, como sublinha a JML em comunicado, pretende-se dar continuidade ao processo de reflexão e discussão que os municípios da Área Metropolitana de Lisboa têm vindo a fazer sobre os problemas reais que a concretização do Plano Especial de Realojamento tem levantado.

Na verdade, com a sua adesão ao PER, os municípios foram confrontados pela primeira

vez com a necessidade de enquadramento, a uma outra escala e dimensão, das questões relativas à realidade da habitação social. Trata-se de uma área, conforme faz notar a JML em comunicado, abrangendo "estratos populacionais diferenciados, onde coexistem etnias, culturas e estratégias familiares muito diversificadas e em que as populações se confrontam ainda com problemas de circulação e transporte" com as decorrentes incidências na "qualidade urbana, na economia das famílias e a da sua relação equilibrada com os locais onde habitam".

Em causa está, pois, a necessária reflexão de todos os municípios da AML sobre questões tão diversas como as "formas de promoção e financiamento, a optimização de espaços disponíveis e viáveis onde construir, a tipificação organizada dos agregados familiares e sociais a integrar e a adopção ajustada das tipologias habitacionais e urbanas dos espaços físicos de suporte".



JML quer verdadeiro plano de desenvolvimento regional

A Junta Metropolitana de Lisboa (JML) pretende "influenciar as decisões" do futuro Governo nas áreas da regionalização e da desburocratização, consideradas as que "tocam mais directamente" aquele organismo. A afirmação foi feita pelo presidente daquele órgão e da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Daniel Branco, no final da reunião da Junta realizada no dia 12 em Almada.

Na sua primeira reunião "depois do período eleitoral", a Junta decidiu pedir uma audiência "com carácter de urgência" aos futuros primeiro-ministro e ministro do Planeamento, António Guterres e João Cravinho respectivamente.

Depois de discutirem "o novo enquadramento político em termos do futuro Governo", os representantes dos 18 municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa (AML) optaram por pedir

as entrevistas para "analisar em conjunto" situações relativas à AML e o respectivo Plano de Ordenamento do Território (PROTAML).

Segundo Daniel Branco, em declarações à Lusa, a JML propõe que o PROTAML seja suspenso e se discuta o documento com o novo Governo, para que possa haver "um verdadeiro plano de desenvolvimento regional" e não apenas "um plano regulamentar, que só vinculava os municípios e não a administração central e era limitador de todos os esforços feitos em relação aos Planos Directores Municipais".

Na reunião de Almada, a JML marcou ainda para 24 de Outubro, no Dafundo, o seu segundo seminário para abordar o Plano Especial de Realojamento (PER) e "questões da política habitacional para a AML".

Montemor-o-Novo investe em transportes escolares

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo investirá no ano lectivo de 1995/6 cerca de 50 mil contos em transportes escolares. Este investimento representa um aumento de oito mil contos relativamente ao ano lectivo anterior, acréscimo que se deve ao facto de ter entrado em vigor a escolaridade obrigatória até ao 9º ano.



Para além das verbas dispendidas com transportes escolares, a autarquia montemorense dá ainda apoio social aos 210 alunos carenciados, através de verbas para aquisição de livros e material escolar, subsídios para refeição e alojamento, fornecendo simultaneamente equipamento contra a chuva e o frio.

Segurança Rodoviária em Nisa

A Câmara Municipal de Nisa celebrou um protocolo de colaboração com a Direcção Geral de Viação e o Ministério da Administração Interna destinado a implementar acções no domínio da segurança rodoviária na vila de Nisa, bem como em outras localidades do concelho.

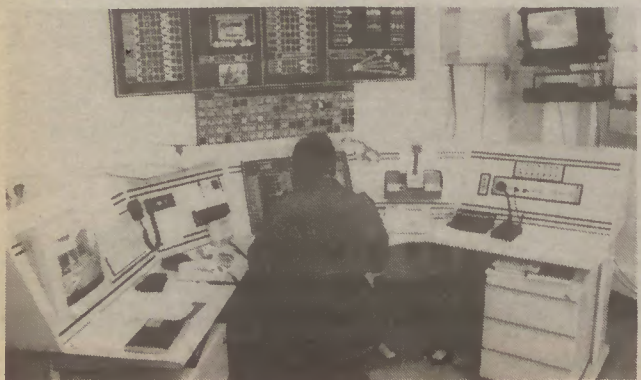


No protocolo, para além da implantação de sinalização e equipamentos em várias localidades, está também previsto o ordenamento de alguns cruzamentos com a colocação de placas de separação de trânsito e respectiva sinalização de modo a disciplinar o trânsito e permitir a inserção com segurança dos vários arruamentos nas vias com maior intensidade de tráfego.

Protocolo de segurança entre bombeiros e nova ponte

Os bombeiros voluntários de Montijo, Sacavém, Moscavide e Alcochete subscreveram um protocolo com a Nova Ponte-Agrupamento para a construção da segunda travessia do Tejo (ACE), tendo em vista a disponibilização de meios que permitam assistência em caso de sinistro.

Através deste protocolo, a Nova Ponte-ACE vai financiar a aquisição de quatro ambulâncias de emergência totalmente equipadas, incluindo sistemas de comunicação via rádio e telefone, equipamento CODU e tacógrafo. Deste modo, como salienta a Câmara do Montijo em nota à comunicação social, é possível cumprir integralmente as normas do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), permitindo que duas ambulâncias estejam permanentemente em cada uma das margens do Tejo ao serviço exclusivo da Nova Ponte-ACE.



CNA quer verdadeira política agrícola

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) continua apostada na implementação de "uma verdadeira política agrícola" que garanta uma diminuição do nosso défice em bens alimentares. A afirmação é de Joaquim Casimiro, dirigente da CNA, que defende simultaneamente que "em Bruxelas tenha assento uma outra reforma da PAC", uma vez que, observa, "a actual é um incentivo à não produção".

Joaquim Casimiro falava à agência Lusa a propósito da indigitação de Gomes da Silva para ministro da Agricultura, tendo sublinhado na ocasião a expectativa de que o novo ministro "seja isento e que ponha as condeferações de agricultores em pé de igualdade, e que a CNA seja parceiro social de pleno direito, sem discriminações".

Joaquim Casimiro esclareceu que "as políticas em si



interessam mais do que as pessoas", esperando que "haja uma diminuição das taxas de juro inerentes aos factores de produção".

Travar as importações dos produtos agrícolas, desendividamento do sector e apoio

ao movimento cooperativo, que se encontra em plano de desigualdade com as indústrias multinacionais agro-alimentares, são outros pontos para os quais a CNA chama a atenção do novo ministro.

Aquele dirigente da CNA

disse ainda que a sua organização vai solicitar uma audiência a Gomes da Silva e também ao futuro Primeiro-Ministro, António Guterres, ainda este mês, após o novo Executivo entrar em funções no próximo dia 24.

Associação de Deficientes reclama Acesso dos cegos a carreiras científicas

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) reclamou que seja garantido aos cegos o acesso a todo o sistema educativo, incluindo o ensino superior e carreiras científicas.

Em comunicado difundido na passada semana a propósito do Dia Mundial da Bengala Branca, celebrado no último domingo, a delegação distrital de Évora da APD salienta que os cegos "têm o direito ao sucesso na educação".

Depois de expressar a sua reprovação frontal relativamente a "estratégias de isolamento dos cegos em grandes turmas, salas inadaptadas e sem professores preparados", a Associação exorta as instituições de ensino que promovem cursos para professores do ensino especial a facultar àqueles docentes formação especializada sobre a problemática da cegueira.



Projecto museológico no Montijo

A Câmara Municipal do Montijo está a desenvolver um projecto museológico com vista ao levantamento e estudo sociocultural e histórico do concelho.

No projecto, que abrange os diversos aspectos económicos, políticos, tecnológicos, artísticos, religiosos e culturais do concelho, incluem-se o Museu do Moinho de Maré do rio do Museu do Pescado do Museu Agrícola e Parque Biológico, o Museu de História, o Museu de Arte Contemporânea e o Museu de Arte Sacra.



A implementação de uma estação arqueológica com o objectivo de proceder a prospecções sobre os vestígios romanos na Herdade de Escatelar, assim como a recuperação de um dos pátios mais antigos da cidade, constam, ainda, do Projecto Museológico do Montijo.

Igualmente em curso está a preparação de um protocolo de cedência à Câmara Municipal do Montijo do espólio do maestro Jorge Peixinho, que será, provisoriamente, instalado no edifício do Museu Municipal (núcleo sede).

Parlamento Europeu em defesa das gravuras de Foz Côa



O Parlamento Europeu aprovou na última sessão plenária, a semana passada o programa comunitário «Raphael» que, com uma dotação orçamental de 67 milhões de ecus até ao ano 2000, pretende sustentar uma política global de apoio ao património cultural europeu, por forma a contribuir para a sua conservação, valorização, divulgação e preservação da memória dos povos europeus.

No âmbito da discussão do referido programa o eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, interveio no sentido de lembrar a existência de um patri-

mónio de valor incalculável em Portugal, como é o caso das gravuras de Foz Côa, e criticar a indiferença da Comissão perante os vários apelos que foram efectuados solicitando uma intervenção da sua parte junto das autoridades nacionais (ver caixa).

Instada por diversas vezes a assumir uma posição firme nesta matéria, a Comissão recorreu sempre ao argumento da subsidiariedade, alegando tratar-se de «um domínio da competência exclusiva das autoridades nacionais».

Acontece que o referido programa chama a atenção

para o facto de, em questões desta natureza, que ultrapassam as fronteiras dos Estados-membros, «a aplicação restrita do princípio da subsidiariedade não deve ser sempre a regra». Assim, ao adoptar esta resolução proposta pelo relatório, o PE admite a legitimidade e necessidade de uma intervenção mais directa da UE neste tipo de assunto, o que constitui um importante passo no sentido de reforçar o movimento que leve as autoridades portuguesas a optar definitivamente pela preservação do património do Vale do Côa.

O renascer da esperança

Que se deveria esperar como reacção das instâncias da União Europeia quando um Estado-membro teve a «sorte» de descobrir gravuras rupestres no que é considerado, pelos especialistas, um santuário verdadeiramente único e, noutra lugar, trilhos de pegadas de dinossauros que têm a maior importância cultural e científica, e quanto tal privilégio é considerado como um «azar» pelas autoridades nacionais, que têm a reacção «cultural» de se felicitarem com as dúvidas que se levantam – e eles próprios promovem – sobre a valia dos achados?

Que reacção deveria ser essa quando, informadas as mesmas instâncias, se lhes chama a atenção para o facto da Rede Europeia de Arqueologia, reunida em congresso, considerar que, no caso das gravuras do Côa, está em riscos de se «ajudar a apagar o passado da União Europeia»?

Decerto não se esperaria o encolher de ombros, a indiferença, o entrincheiramento em artigos de tratados (o art. 128º do TUE) e a evocação de um princípio chamado de subsidiariedade, remetendo-se tudo para a «competência exclusiva das autoridades nacionais». Princípio de subsidiariedade de aplicação rígida para as questões sociais e culturais, o que coexiste com a rigidez da

aplicação dos critérios relativos aos défices orçamentais, às dívidas públicas, às taxas de inflação, recusando-se qualquer veleidade de subsidiariedade.

Saudamos, por isso, o programa Raphael, pela sua intenção de sustentar uma política global de apoio ao património cultural europeu, que possa contribuir para a preservação, conservação, valorização e divulgação da memória dos povos europeus. E sublinhamos que tal programa tem a ver, igualmente, com o património construído, nalguns lugares em risco de derrocada. Trata-se, a nosso ver, de um programa de urgência, de um programa de emergência para certos casos.

Saudamos também – e como se sentíssemos o renascer de esperanças que não queremos deixar finarem-se – o facto do Parlamento Europeu ter adoptado a resolução que o relatório Sanz Fernandez propôs, particularmente quando vai no sentido da recusa de «uma aplicação muito restrita do princípio da subsidiariedade» neste domínio.

Congratulamo-nos com estas posições. Que têm de ser levadas à prática. Com carácter de urgência.

(Intervenção do deputado Sérgio Ribeiro no PE)

Testes nucleares franceses Comissão Europeia adia parecer

A Comissão Europeia, reunida a semana passada em Estrasburgo, adiou, até 23 de Outubro, um parecer definitivo sobre a perigosidade dos dois ensaios nucleares recentemente efectuados pela França, invocando falta de informação sobre o impacto sanitário dos mesmos.

É a segunda vez que o colégio de comissários realiza um debate inconclusivo sobre a matéria, mantendo assim o «suspense» que ameaça tornar-se escandaloso sobre o desfecho da questão que já opõe o Parlamento Europeu à França e ameaça colocá-lo também contra a Comissão.

Segundo a Lusa, no seio das comissões parlamentares especializadas já se discute a possibilidade de interpor uma acção contra a Comissão Europeia junto do Tribunal Europeu de Justiça, por incumprimento de deveres conferidos pelo direito comunitário.

Outra hipótese admitida é a apresentação de uma moção de censura contra a Comissão ou contra o seu presidente, Jacques Santer.

Discursando no plenário do Parlamento Europeu, Jacques Santer comprometeu-se a reiterar um pedido urgente de informação complementar, sob a forma de carta, dirigido à França. Uma promessa que está longe de acalmar os ânimos dos eurodeputados, dado que nos últimos dois meses o governo francês e a Comissão trocaram missivas idênticas sem qualquer resultado aparente além do reconhecimento, por parte do órgão executivo, da insuficiência de dados técnicos e científicos disponíveis.

Santer prometeu que a Comissão Europeia chegará a uma conclusão sobre o grau de perigosidade dos ensaios realizados no atol de Mururoa, na Polinésia francesa, em reunião extraordinária convocada para o dia 23 de Outubro. O colégio de comissários decidirá, então, da oportunidade e natureza das eventuais acções a empreender caso fique provado, «técnica e cientificamente», o alto grau de perigosidade dos testes. Uma preocupação de rigor no mínimo estranha, que tem a vantagem de deixar sem resposta repetidas solicitações no sentido de levar a França a tribunal por violação do tratado



EURATOM, que institui a comunidade europeia da energia atómica. O artigo 34 do EURATOM confere à Comissão os poderes de supervisão e de eventual suspensão de quaisquer testes (militares e civis) realizados pelos estados-membros da UE, desde que seja comprovado o elevado perigo dos mesmos para a saúde e segurança das populações.

Segundo a Lusa, Jacques Santer desmentiu categoricamente a existência de um acordo tácito de cavalheiros entre ele próprio e o presidente francês, Jacques Chirac, destinado a adiar indefinidamente uma acção da Comissão tendente à proibição dos testes. Santer garantiu, igualmente, não haver perigo imediato para as populações locais visto que, de acordo com os dados ao dispor da instituição a que preside, os níveis de radiação e contaminação dos primeiros disparos efectuados no quadro desta campanha nuclear da França «estão aquém dos níveis aceitáveis». Uma afirmação polémica, como se sabe, para a qual já não parecem ser necessárias as invocadas exigências de rigor, e que provocou reacções diversas junto dos grupos políticos e dos activistas do movimento ecologista «Greenpeace».

Para a organização ecologista, que fez soar sirenes no exterior do Parlamento enquanto decorria o debate sobre a questão nuclear, o

novo adiamento da decisão final da Comissão põe em causa a credibilidade da instituição.

Num comunicado do movimento divulgado no hemiciclo, afirma-se que chegou a hora de o PE e os estados-membros iniciarem acções judiciais contra a França por incumprimento do Tratado EURATOM.

«Em vez de guarda dos tratados, a Comissão é o capacho do governo francês», acusa o «Greenpeace».

Reacção mais moderada teve o partido socialista; contrariamente ao que ameaçara de véspera, a chefe da bancada socialista, Pauline Green, absteve-se de formular a ameaça de sujeitar a Comissão Europeia a uma moção de censura.

Após ouvir Jacques Santer, a dirigente socialista reiterou que «a credibilidade da Comissão está em jogo» e registou «com agrado» o facto de Bruxelas dar um prazo de uma semana à França para providenciar toda a informação necessária, desafiando Jacques Santer a explicar-se de novo no parlamento após a reunião extraordinária do dia 23.

Pelo contrário, repetindo o que haviam dito na sessão plenária de Setembro, os «verdes» e a esquerda unitária europeia denunciaram a incompetência evidenciada pela Comissão Europeia mais de dois meses após o início da interpelação das autoridades francesas.

Os liberais, por seu turno, lamentaram que a Comissão «não siga uma linha clara», considerando que «esta acção a meias-tintas não é boa nem para a Comissão nem para a Europa».

Optando por não recriminar a Comissão, os democratas-cristãos, família política a que pertence Jacques Santer, visaram directamente o governo francês: «que dê os esclarecimentos necessários ou que deixe a Comissão investigar por sua conta», foi o repto do presidente do partido popular europeu, Wilfried Martens.

Contra a corrente maioritária, os deputados da direita e da extrema-direita francesa reiteraram, como era de esperar, a tese de que o artigo 34 do EURATOM nada tem que ver com o reatamento, sobe-rano, dos testes atómicos franceses.

Guatemala

Soldados do exército guatemalteco assassinaram onze camponeses, há cerca de duas semanas, em Xaman, foi agora confirmado pela Missão das Nações Unidas na Guatemala. Uma patrulha de 26 militares abriu fogo e lançou granadas sobre os camponeses, e nada confirma a tese de legítima defesa apresentada pelos soldados. Na sequência do massacre foi demitido o ministro da Defesa e afastado o comandante da patrulha implicada no crime. A comunidade de Xaman foi fundada o ano passado por Guatemaltecos vindos do México, para onde tinham fugido nos anos 80.

Palestina

As operações de retirada do exército israelita de seis aglomerados populacionais palestinianos na Cisjordânia começam no próximo dia 25 e deverão prolongar-se até 31 de Dezembro. Na região de Hebron, a retirada processar-se-á a partir de 10 de Dezembro para terminar no dia 31. Nos termos do acordo de autonomia firmado entre Israel e a OLP, a retirada da cidade de Hebron, onde residem 400 colonos judeus, será apenas parcial e prolongar-se-á até Março. Israel começou a aplicar simbolicamente o acordo de alargamento da autonomia na Cisjordânia ao retirar-se na passada semana de quatro povoações após 28 anos de ocupação, libertando nessa ocasião 900 dos cerca de seis mil presos palestinianos a cumprir pena nas cadeias israelitas.

Amazónia

A desarborização da Amazónia brasileira registou, no terceiro trimestre do corrente ano, um aumento de 50 por cento em relação a igual período de 1994, indicou o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IRAMA). Em 25 anos de expansão da fronteira agrícola no estado brasileiro de Rondônia, o abate de árvores afectou já uma área de 5,2 milhões de hectares, correspondente a 22 por cento daquele território. O presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, pediu a semana passada desculpa ao Brasil pela deterioração ecológica na Amazónia, para a qual o BM contribuiu na década de 80 ao financiar em 65 milhões de dólares (10 milhões de contos) o Pólo Nordeste que abriu estradas na floresta e criou uma fronteira agrícola e pecuária na Rondônia. As investigações feitas em relação a esse projecto, com vista a determinar o impacto que teve no meio ambiente, comprovaram os irremediáveis estragos causados pelo

Conferência de Viena Produtores contra interdição das minas antipessoais

A Conferência da ONU sobre armas "inumanas", que decorreu ao longo de três semanas em Viena, não chegou a nenhuma conclusão prática para a eliminação das minas terrestres antipessoais, arma terrível que anualmente mata e mutila cerca de 20 mil pessoas, e simultaneamente impede a prática normal da agricultura ou o regresso dos refugiados a zonas entretanto pacificadas. O único resultado palpável da Conferência foi o protocolo proibindo o emprego e as transferências de armas laser "concebidas para provocar a cegueira permanente".

Existem actualmente 150 tipos de minas fabricadas por 93 fabricantes em 48 países. Mas da facto é impossível definir números exactos, pois é muito fácil o fabrico de engenhos rudimentares.

Um mercado calculado em 200 milhões de dólares, ou seja, 0,9% do comércio mundial de armas.

Calcula-se em 100 milhões as minas enterradas no mundo inteiro, a que se vêm somar mais 2 milhões em cada ano. Um grave problema humanitário para mais de 30 países, com destaque para África, o continente mais minado do mundo, com cerca de 20 milhões de minas.

Acresce que, graças ao "progresso" tecnológico, as minas são cada vez mais baratas, mais fáceis de colocar e mais difíceis de detectar.

Mais ainda que matar, o objectivo é estropiar, como cinicamente é referido pelos produtores, que sublinham estar provado "que mais vale ferir o inimigo que matá-lo... uma pessoa ferida tem um impacto deprimente sobre os seus camaradas de combate".

Na verdade não se trata, em geral, de "camaradas de combate". As vítimas são mais frequentemente civis. Pastores e camponeses. Crianças e mulheres.



As crianças contam-se entre as maiores vítimas das minas antipessoais

Como os países mais minados estão em África, a tragédia é agravada pela inexistência de estruturas médicas de urgência, ou simplesmente estradas para uma rápida evacuação das pessoas atingidas. Para além da incapacidade económica de dar resposta ao problema de pessoas estropiadas, e como tal carentes de apoio social.

De entre os países mais atingidos, está Angola, onde há actualmente mais minas que habitantes. Calculam-se hoje mais de 200.000 amputados, na sua maioria mulheres e crianças, vítimas das minas colocadas nos últimos 15 anos de guerra.

No Zimbabwe, vastas zonas estão ainda minadas - arma utilizada por Ian Smith (então primeiro-ministro da Rodésia) na luta contra os movimentos de libertação.

Mais de vinte países proibiram entretanto a exportação de minas antipessoais. Mas a solução para tão grave problema terá de passar necessariamente pela interdição da produção e comercialização, e por amplas medidas de desminagem.

Tóquio Energia em debate

Pelo menos dois mil milhões de pessoas ainda não têm acesso à electricidade. Uma realidade em debate no 16º Conselho Mundial de Energia (CME), realizado a semana passada em Tóquio, e que teve como tema "Energia para todos: face ao futuro que fazer?".

O Forum analisou problemas básicos como a desigual partilha de recursos energéticos entre as diferentes regiões e o rendimento energético (relação entre a quantidade de energia utilizada e o produto interno bruto).

Tendo em conta que as necessidades de energia deverão atingir, no limiar do ano 2020, os 13,4 mil milhões de Tep (tonelada equivalente do petróleo), enquanto em 1990 os consumos eram da ordem dos 8,8 mil milhões - colocam-se questões tão importantes como o desenvolvimento sustentável e as relações Norte-Sul.

No plano teórico, o CME afirmou a necessidade de um desenvolvimento durável dos recursos energéticos, o reequilíbrio entre países industrializados e países em vias de desenvolvimento.

Afirmções teóricas de facto negadas quando se tratou de debater os necessários investimentos. Aí, a maioria dos discursos consistiram numa defesa aberta das teses ultraliberais. Considerando-se que o "novo equilíbrio" passaria pela muito velha garantia de bons lucros para os investimentos privados, ficando para os fundos públicos os pesados investimentos necessários para as infra-estruturas.

Uma negação das definições inseridas nos documentos preparatórios, em que se afirma que a energia "não deve ser

considerada como simples mercadoria mas como meio de fornecimento de serviços como o aquecimento, a iluminação e a força motriz, de que a humanidade depende".

Também a UNESCO, em recente *simposium*, considerou que as condições do "direito de acesso de cada cidadão à energia" deveriam ser consideradas no quadro do *serviço público*.

* Actualmente, 65% dos recursos em energia do mundo situam-se nos países em vias de desenvolvimento. Entretanto, 65% dos recursos mundiais de energia são consumidos pelos países industrializados, e apenas 35% são utilizados pelos países em vias de desenvolvimento.

* A totalidade da população africana (690 milhões de habitantes) consome apenas 3% da energia comercializada a nível mundial em 1994, o que corresponde a menos de metade do consumo do Japão (112 milhões de habitantes).

PC de Israel alerta para bomba relógio no processo de paz

"Tendo em conta o nosso apoio ao processo político, que deve conduzir à paz justa e total, apoiamos o acordo provisório israelo-palestiniano (Oslo II), assinado em Washington, no dia 28 de Setembro, embora, ao mesmo tempo, critiquemos os seus limites e alertemos para a *bomba-relógio*, na forma de colonatos, que permaneceram intactos", afirma-se em documento da direcção do Partido Comunista de Israel (PCI).

No comunicado agora divulgado, o PCI começa por referir que considerou que "o começo do processo político e a assinatura do acordo de Oslo, nas condições na altura existentes, foi uma realização para a paz

e para a luta do povo palestiniano e dos partidários da paz em Israel. O reconhecimento da OLP e a assinatura de um acordo de paz com a organização constituíram a satisfação de uma exigência de princípios, que o PCI foi o primeiro, e durante muitos anos o único partido, a colocar na agenda política".

Neste momento os comunistas israelitas denunciam, como *obstáculos no caminho da paz*, "a continuação da ocupação na maior parte do território da Margem Ocidental, deixando os colonatos intactos, a tentativa de estilhaçar a integridade territorial da terra palestiniana e aplicar a autonomia aos residentes

palestinianos, mas não às terras, tal como a adesão dos governos à "grande Jerusalém" e os planos para confiscar mais terras e para expandir os colonatos".

O PCI alerta para "a tentativa de isolar o povo palestiniano e pôr limites aos seus legítimos direitos, especialmente os seus direitos de autodeterminação e estabelecimento do seu Estado independente em todos os territórios ocupados desde Junho de 1967".

E sublinha que "a questão palestiniana foi e continua a ser o *fulcro* do conflito na região, e a sua justa solução é a garantia de paz e segurança para todo o povo".

Nobel da Paz

Pede suspensão dos testes nucleares

Numa clara posição contra as armas nucleares - particularmente oportuna num momento em que o governo de Paris relança os testes nucleares - o Comité Nobel atribuiu o Nobel da Paz ao cientista britânico Joseph Rotblat e ao movimento pacifista Pugwash, de que foi co-fundador em 1957.

Um recompensa - nas palavras do presidente do Comité, Francis Sejersted - para "os seus esforços no sentido de diminuir o papel das armas nucleares na política internacional e, a mais longo prazo, eliminar tais armas".

Joseph Rotblat, nascido em Varsóvia e naturalizado cidadão britânico, foi co-fundador do movimento Pugwash, na sequência da publicação, em 1955,

por Albert Einstein e Bertrand Russel, do manifesto-apelo dirigido aos cientistas para lutarem contra o "perigo nuclear".

Rotblat preside a esta organização antinuclear desde 1988, depois de ter sido seu secretário-geral de 1957 a 1973.

A nomeação de Joseph Rotblat para o Nobel da Paz foi entusiasticamente saudada pelos pacifistas britânicos, que sublinham que "os últimos ensaios nucleares franceses e chineses vêm lembrar que estas armas constituem ainda um grande problema a nível mundial".

Dirigindo-se directamente ao presidente francês, o laureado com o Nobel da Paz pediu que seja reconsiderada a questão dos testes nucleares.



Sucedem-se, por todo o mundo, as manifestações contra os ensaios nucleares

Comité Nobel

No 50.º aniversário de Hiroshima pelo fim das armas nucleares

"Há cinquenta anos, duas bombas atómicas eram lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, e há quarenta anos nascia o manifesto Russel-Einstein. Este manifesto foi a base das Conferências Pugwash, que até agora sempre mantiveram um elevado nível de actividade" - afirma-se no Comunicado do Comité Nobel.

"As Conferências têm como base o reconhecimento da responsabilidade dos cientistas face aos seus inventos - sublinha-se - e baseiam-se no desejo de ver todas as armas nucleares destruídas e, fundamentalmente, na convicção de que são possíveis outras respostas, que não a guerra, na

resolução dos problemas internacionais".

O Comité Nobel afirma a esperança de que "a atribuição do prémio Nobel da Paz 1995 a Joseph Rotblat e ao movimento Pugwash irá encorajar os dirigentes de todo o mundo a intensificar esforços para libertar o mundo das armas nucleares".

Movimento Pugwash

— Movimento internacional de cientistas para a paz, o desarmamento e a segurança internacional, que recebe o seu nome da aldeia de Pugwash, no Canadá, onde a primeira conferência do movimento se realizou em 1957.

O Movimento Pugwash não tem membros fixos. São considerados membros quer os grupos nacionais entretanto criados quer os académicos e personalidades convidadas para proferirem conferências.

Timor

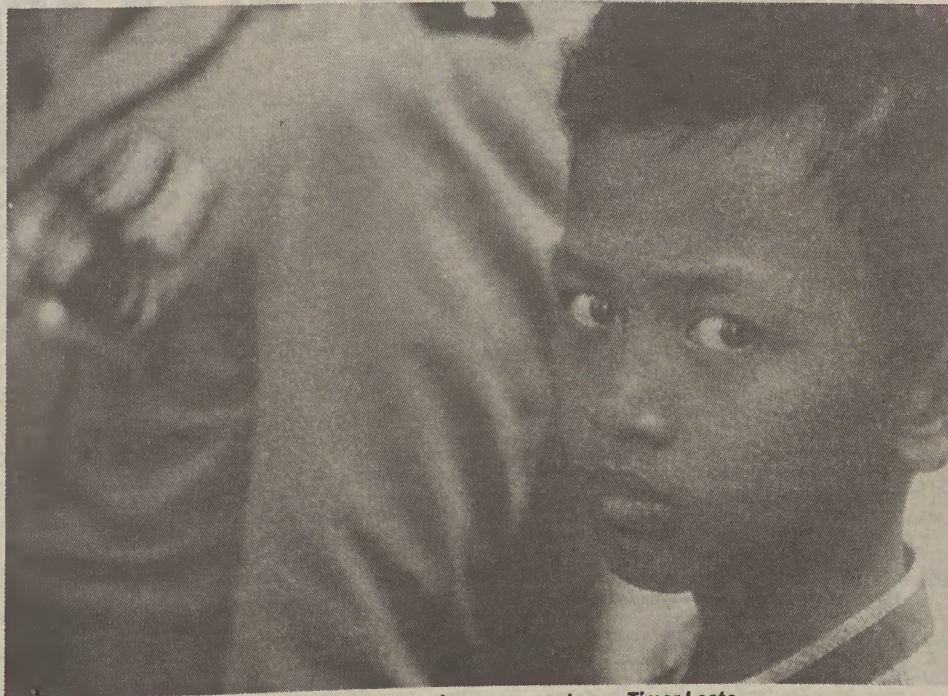
Nova vaga repressiva

contra luta popular

O número de timorenses detidos nos últimos dias em Dili pelas forças de segurança indonésias poderá ascender a cerca de 400, segundo testemunhos recolhidos pela Lusa na capital de Timor-Leste.

A nova vaga de repressão - que desde dia 9 de Outubro já fez cinco mortos e dezenas de feridos - prossegue por todo o território timorense, particularmente em Dili.

Os poucos testemunhos que vencem a barreira do medo e da repressão, indicam que a polícia invade bairros populares, e mesmo instalações religiosas, prende e tortura. Muitas famílias terão abandonado as suas casas, por receio de represálias. Segundo um dirigente da Fretilin no exterior, as autoridades indonésias estão a impor a prática nazi, então aplicada aos judeus, de afixação obrigatória nas portas



O exército indonésio é uma presença repressiva permanente em Timor-Leste

das residências das listas de residentes em cada casa timorense.

A repressão corresponde entretanto uma afirmação de luta pela independência, contra o domínio indonésio, em

que a juventude continua particularmente empenhada.

Segundo a Amnistia Internacional, em informações divulgadas no início deste ano, cerca de 33.000 pessoas estão nas listas negras oficiais.

Apesar da violência repressiva, as várias tentativas da Indonésia de aniquilar a luta do povo timorense não alcançaram os seus resultados.

Fracassou, antes do mais, a

tentativa de alterar radicalmente o equilíbrio demográfico do país, colocando em minoria as populações mauberes.

Falhou igualmente o esforço de sufocar a cultura timorense, quer proibindo a língua própria quer promovendo a construção de mesquitas por toda a ilha (cerca de 90% dos timorenses são actualmente cristãos, contra 30% à data da invasão).

Ao profundo abalo na luta guerrilheira, provocado pela violência repressiva (um em cada três habitantes da ilha estão mortos ou desaparecidos), seguiram-se novas formas de luta e resistência, em que se destacam as manifestações de jovens.

A luta dos timorenses está também a ter significativos reflexos na Indonésia, com o reforço da capacidade de protesto, em particular entre jovens e estudantes.

abate de árvores numa das maiores reservas florestais do mundo.

Jornalistas

Jornalistas ibero-americanos entregaram aos participantes na Cimeira de Bariloche, Argentina, uma declaração lamentando que algumas das questões relacionadas com os "media" não tenham sido abordadas "com a energia e a importância que requerem".

A "Declaração de Buenos Aires", aprovada no terceiro encontro ibero-americano de jornalistas, que decorreu na capital argentina nas vésperas da cimeira, manifesta preocupação no que se refere às fusões que constituem as "mega-empresas" de comunicação e à expansão das multinacionais do sector.

"A guerra feroz pela conquista de mercados em que estão envolvidas gigantescas empresas de comunicação torna cada vez mais incerto o discurso referido à pluralidade informativa, acentuando a distância entre as grandes empresas e os órgãos de informação de menor porte e os organismos associativos de jornalistas", diz ainda a declaração.

A declaração é assinada pela Organização Internacional de Jornalistas, Federação Latino-Americana de Jornalistas, Sindicato dos Jornalistas de Portugal, União dos Jornalistas de Espanha e União de Trabalhadores de Imprensa de Buenos Aires.

OMS

O recrudescimento das epidemias, como a tuberculose, a peste e a febre amarela, ameaça a saúde dos habitantes do planeta, afirma um relatório da OMS.

"O perigo das epidemias está actualmente em grande crescimento, devido à sua dinâmica de propagação, ao aumento demográfico e à concentração e mobilidade sem precedentes das populações", afirma Hiroshi Nakajima, director-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Por outro lado, a OMS precisa que pelo menos 29 novas doenças surgiram nos últimos 20 anos, em particular o vírus Ébola, a hepatite C e a SIDA, infectando milhões de pessoas. A resistência aos antibióticos é um problema de saúde global, tornando cada vez mais difícil o tratamento de uma simples infecção. A sobrepopulação, a falta de água e de higiene, a frequência das viagens internacionais, a deterioração dos hábitos de saúde tradicionais, a inexistência de quaisquer iniciativas nestas áreas, apesar dos alertas da OMS feitos nos últimos anos, são as principais razões citadas pela organização para este recrudescimento.

■ Henrique Custódio

Regina ameaçada de extinção

A amarga morte dum chocolate português

Quem não conhece os chocolates «Regina», quase há 70 anos a deliciar todos os gulosos do País? Pois arriscamo-nos a deixar de conhecer. Pende sobre a sua já histórica fábrica a ameaça de encerramento, o que, para além de liquidar, de imediato, 420 postos de trabalho, destruirá a única produção nacional neste sector, deixando o caminho totalmente livre às multinacionais, como a Nestlé, que já hegemonomizam o nosso mercado.

A crise instalou-se em Julho passado, quando a empresa deixou de pagar aos trabalhadores, que acusam a administração (nas mãos da família herdeira do fundador) de incompetência e gestão ruinosa em proveito próprio. As dívidas acumuladas ascendem a um milhão e 100 mil contos, mas, também segundo os trabalhadores, a empresa vale muito mais que isso e, «se está financeiramente falida, está, sem dúvida, economicamente saudável». A sua luta vai no sentido do afastamento dos administradores e no relançamento da empresa.



Alfredo Cataluna

Maria Clara

de uma gerência sem qualquer credibilidade, tanto no interior da empresa como no exterior dela.

Essa má gestão, acusam, «conduziu à dramática situação que hoje se vive na empresa: 600 mil contos de dívidas à banca, 350 mil contos de dívidas ao Estado por não cumprimento de obrigações fiscais, cerca de 100 mil contos a credores diversos e finalmente, com a falta de pagamento de salários aos trabalhadores desde Julho passado, mais 80 mil contos de dívidas aos trabalhadores, o que dá uma dívida global de um milhão e 100 mil contos».

Um escândalo

Mas os trabalhadores sabem, e defendem, que a empresa é viável, como, aliás, admitiu a própria administração, quando foi con-

frontada com os resultados do pré-diagnóstico. A Regina continua a deter 10% do mercado nacional (já dominou 22% e, segundo os trabalhadores, pode recuperar essa quota de mercado), a sua distribuição e comercialização está solidamente implantada e continua a ter uma grande carteira de encomendas. A sua viabilização «depende apenas da vontade política em a concretizar», tendo já os trabalhadores um levantamento preparado para

apresentar ao novo Governo, no sentido de pedir a sua intervenção.

Alfredo Cataluna e Maria Clara chamaram a atenção para o facto de a Regina produzir o chocolate e o cacau de melhor qualidade existente no nosso país, utilizando apenas e sempre matérias-primas seleccionadas e sem recurso a sucedâneos, como é prática nas multinacionais do sector, nomeadamente a Nestlé, que, entretanto, não apenas se está a apressar de todo este sector no nosso país, como está a encerrar a produção nacional: «comprou a Rajá e encerrou-a de seguida, reintegrando os trabalhadores na Tofa, onde criou uma linha de produção de chocolate para o efeito, mas já está a desmantelá-la e a extinguir postos de trabalho».

E assinalaram: «Será um escândalo consentir o desmantelamento desta única grande unidade de produção de chocolate em Portugal.»

À espera que a Lei se cumpra...

Na luta que estão travando para a sobrevivência da empresa, os trabalhadores da fábrica de chocolates «Regina» defendem que seja aplicada a Lei dos «Salários em atraso», o que conduziria, nomeadamente, à inquirição oficial dos actos de gestão praticados pelos administradores da empresa.

Vale a pena resumir o que determina esta Lei (entretanto, e que se saiba, nunca aplicada pelo cavaquismo no que, nela, se determina para a responsabilização do patronato pelas falências, como se sabe, tantas vezes fraudulentas...).

No Capítulo V, da Lei N.º 17/86, de 14 de Junho, sobre «Salários em atraso», especifica-se que «No prazo máximo de cinco dias a contar da declaração da empresa em situação de falta de pagamento pontual da retribuição devida a trabalhadores» o Ministro do Trabalho e Segurança Social «remeterá duplicado do correspondente processo à Inspeção-Geral de Finanças, para que esta proceda à imediata averiguação da situação económica e financeira da empresa» (Art.º 19.º [sublinhados nossos]).

No Artigo seguinte determina-se que «No prazo de 15 dias a contar da recepção do processo pela Inspeção-Geral de Finanças será elaborado, por esta, relatório sobre a situação económico-financeira da correspondente empresa», posto o que «Os membros da Inspeção-Geral de Finanças praticarão todos os actos e diligências que entendam necessários para averiguar a real situação da empresa, ficando os responsáveis pela sua administração e fiscalização e os seus trabalhadores obrigados a facultar àqueles todos os elementos e esclarecimentos de que dispõem» (Ponto 3). O ponto seguinte adverte que «O incumprimento do disposto no número anterior, bem como a ocultação, destruição ou extravio de documentos ou informações, faz incorrer os responsáveis no crime de desobediência qualificada, sem prejuízo de incriminação diversa punida com pena mais grave que no caso caiba».

E para que não restem dúvidas sobre as consequências, o Ponto 5 deste Art.º 20.º define: «Sempre que considere existirem indícios suficientes de crime previsto na lei

geral ou na presente Lei, o Ministro do Trabalho e Segurança Social, ou o Ministro das Finanças, remeterá o processo ao Ministério Público para efeito do exercício da correspondente acção penal».

Não consta, nos quase 10 anos que esta Lei tem de vida - quase tantos como o consulado cavaquista - que tenha chegado ao Ministério Público um só processo que seja, apresentando «indícios suficientes de crime» praticado pelas administrações que se lançaram no esquema dos «salários em atraso», «para efeito do exercício da correspondente acção penal».

Isto apesar de terem, entretanto, ocorrido milhares de falências, em concomitância com dezenas de milhares de situações de configurados «Salários em atraso», sobre os quais, pelos vistos, «todos os actos e diligências» a praticar pelos «membros da Inspeção-Geral de Finanças» «para averiguar a real situação» dessas empresas (como determina a Lei), nunca encontraram a menor irregularidade...

É obra!
Vejamos o que vai fazer (também) a este respeito o novo Governo do PS.

O relançamento da Fábrica de Chocolates Regina Lda. é possível e viável, afirmam os trabalhadores. A prová-lo, convocam um pré-diagnóstico encomendado pela própria empresa, onde essa viabilização é demonstrada.

Alfredo Cataluna, o dirigente do Sindicato de Alimentação do Sul e Tabacos que tem acompanhado o processo da «Regina», e Maria Clara, também dirigente do Sindicato, além de trabalhadora na empresa e membro da sua Comissão de Trabalhadores, explicaram os pormenores desse pré-diagnóstico, onde se afirma que «a viabilização da Fábrica Regina é possível, através da renegociação das dívidas (cujo pagamento deverá ser ser faseado, de modo a não estrangular mais a empresa) e da realização de um investimento de 200 mil contos para compra de matéria-prima e regularização de dívidas prementes, nomeadamente 80 mil contos de salários dos trabalhadores em atraso desde Julho último».

Este investimento seria feito pelas entidades credoras, enquanto a renegociação da hipoteca à MULTICAVEMIL (uma linha de embalagem) «permitiria a realização de 100 mil contos».

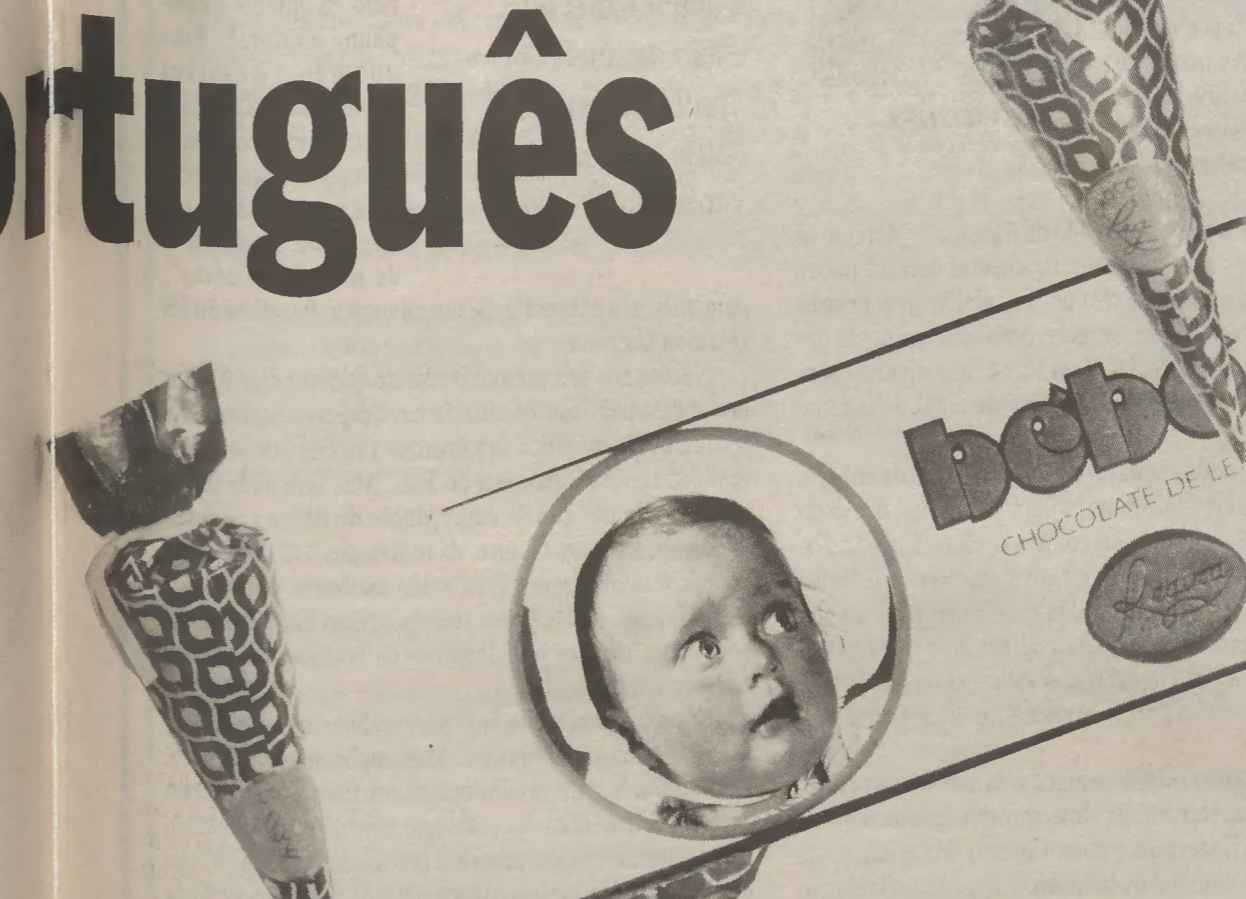
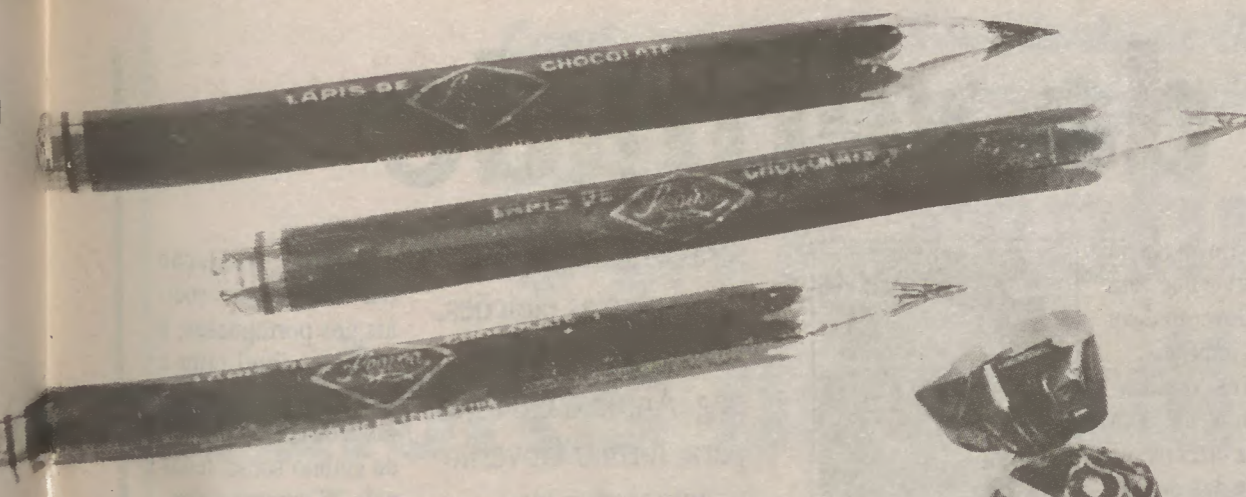
Ainda segundo o pré-diagnóstico, estas medidas deveriam ser acompanhadas por outras em simultâneo, nomeadamente «a negociação do trespasse da filial do Porto e do trespasse dos armazéns».

Todavia, os trabalhadores são claros: apenas aceitam qualquer viabilização da empresa sob a condição, *sine qua non*, de que «seja substituída a actual gerência», a quem responsabilizam, directamente, pela situação de crise para que a fábrica da Regina foi arrastada.

Uma gestão ruinosa

A fábrica de Chocolates Regina Lda. foi fundada há cerca de 70 anos. Ocupa actualmente 420 trabalhadores, 360 em Lisboa (onde se situa a fábrica, os escritórios, a comercialização e os armazéns) e 60 no Porto, adstritos à filial de escritórios que a empresa lá abriu. A ameaça de extinção de todos estes postos de trabalho torna-se ainda mais dramática pelo facto de lá trabalharem famílias inteiras e, nomeadamente, 27 casais.

A sua actual administração é desempenhada pelo filho e neto do fundador, respectivamente Alfredo e Alberto Barbosa dos Santos. A sua gestão é considerada ruinosa, «com esbanjamento de dinheiros em automóveis, alugueres de boites inteiras para farras monumentais e aquisições de património, nomeadamente duas vivendas no Algarve, que mesmo os chorudos vencimentos que sempre auferiram na empresa não podem explicar». Segundo os trabalhadores, «trata-se



Atentado à Cultura na cultura do atentado

A fábrica de chocolates Regina aproxima-se dos 70 anos, sendo a mais antiga, do género, no nosso país. Neste momento, não há ninguém em Portugal que não tenha experimentado as delícias do seu engenho lambareiro, fale-se de chocolates ou caramelos, de rebuçados ou drops, de gelados ou de cacau puro. E sempre com a garantia de matéria-prima seleccionada, ao abrigo dos sucedâneos que engordam os lucros das multinacionais do sector. O que assim se diz, pode ser comprovado por todas as inspeções de controlo de qualidade, garantem-nos os trabalhadores desta fábrica quase secular, que «não teme qualquer confronto» com os produtos dos gigantes multinacionais do ramo, nomeadamente a Nestlé, que está a abocanhar este sector da produção e do mercado nacionais.

Mas o que importa realçar é que estamos perante uma unidade fabril que, não apenas representa o expoente da criatividade nacional neste segmento produtivo, como também constitui uma referência cultural no nosso país, através duma presença no mercado português que tem acompanhado todas as gerações dos três últimos quartéis deste século.

É um crime permitir o desmantelamento ou a alienação desta fábrica.

Um crime com três pesadas agravantes: uma - com penalização social imediata -, porque lançaria no desemprego 420 pessoas, com muitas famílias inteiras entre elas; outra - com importância económica -, porque liquidaria a última presença nacional significativa neste sector produtivo; e terceira - de ordem cultural -, porque alienaria um património histórico do próprio País, construído numa tradição de consumo que atravessa todas as gerações vivas.

Infelizmente, a ameaça que impende sobre a Regina é apenas mais um exemplo da «cultura de sucesso» com que o cavaquismo minou o País: uma «cultura» ao serviço dos poderosos e de atentado permanente aos interesses do povo e do País.



Um «doce» para os «patos-bravos»?!

Anteontem, a administração da Regina teve um encontro formal com os representantes dos trabalhadores, para lhes comunicar que fez um acordo com o Banco de Investimento, S.A./CISF - dominada pelo BCP/Nova Rede, segundo foi dito aos representantes dos trabalhadores - com a finalidade de ser vendida a Fábrica de Chocolates Regina, Lda, não especificando para que fim se destina a venda.

Colocada a questão das dívidas aos trabalhadores, a administração comunicou que, se a Regina recomeçar a laboração, manter-se-ão os postos de trabalho; se não, serão pagos os salários em atraso e as indemnizações previstas na lei.

Os trabalhadores não ficaram nada satisfeitos com a notícia que, segundo Alfredo Cataluna, «levanta preocupações acrescidas, dado que poderá estar na forja a destruição de 420 postos de trabalho».

E acrescenta: «Suspeitamos que está por trás desta pretensa venda um choruco do negócio imobiliário, considerando, por um lado, o valor urbanis-

tico dos terrenos ocupados pela Regina e, por outro, a entidade que vai promover a venda ser a CISF, uma companhia financeira ligada, como se sabe, ao grupo BCP, entidade financeira que detém a maior fatia da hipoteca sobre a empresa (cerca de meio milhão de contos). Ora sabe-se, também, que o BCP detém fortes interesses imobiliários no mercado, pelo que a suspeita se torna perigosamente admissível...».

O que irá alimentar a nova vaga de «patos-bravos» - hoje em dia muito mais sofisticados... - que por aí andam a fazer fortunas à custa da especulação imobiliária.

Alfredo Cataluna realça, também, várias coisas que estão em causa neste pretenso negócio, nomeadamente o património físico da empresa, a par do património da patente da marca, acrescido da instalação no mercado e da carteira de encomendas, que é volumosa, o que, tudo junto, «vale infinitamente mais que as dívidas acumuladas». E sublinha: «A empresa pode estar financeiramente falida, mas está, sem dúvida, economicamente saudável.»

A hora da verdade

É INEQUÍVOCO que o resultado eleitoral obtido pelo PS no passado dia 1 de Outubro teve como motivação fundamental dos eleitores o desejo de mudança.

Vontade de mudança do Governo, afastando o PSD do exercício, autoritário, arrogante e clientelar, da actividade governativa.

Mas essencialmente vontade, desejo e aspiração da maioria do povo português a um presente e um futuro melhores: mais e melhores crescimento e emprego, mais salários e pensões de reforma, menos exclusão social, mais fácil e barato acesso aos cuidados de saúde e ao ensino, mais e melhor justiça e solidariedade sociais.

E convenhamos que, durante a campanha eleitoral e para atrair o seu voto, o PS foi pródigo nas promessas que fez aos portugueses de vir a satisfazer essas suas aspirações legítimas e inadiáveis.

Passados já quinze dias sobre as eleições, indigitado que foi o eng. António Guterres para formar Governo e anunciados que estão os seus ministros, vamos entrar na hora da verdade. Na fase em que o Governo do PS terá oportunidade de mostrar se as suas promessas são para cumprir. No tempo em que os eleitores têm inequívoca e legítima razão para exigir ao Governo do eng. Guterres que as suas promessas eleitorais sejam concretizadas no dia-a-dia, e desde o primeiro dia, da sua acção governativa.

[Diga-se desde já que alguns dos factos preliminares conhecidos não são de molde a dar confiança sobre os reais desígnios e vontade do Governo PS. Nomeadamente, a prioridade atribuída pelo Primeiro-Ministro indigitado à reunião com o conselho de presidentes da confederação do grande patronato, a CIP, e a sua abertura a um "pacto de regime" com o CDS-PP no âmbito das políticas da Saúde, da Educação e da Segurança Social !!]

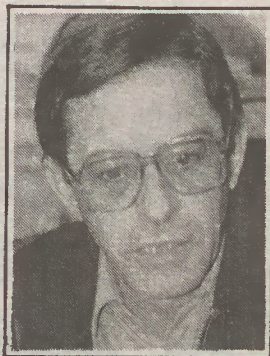
Em "cima do acontecimento", o nosso velho conhecido FMI já fez tornar públicas as suas "recomendações": que o Governo do PS deve dar prioridade à redução do défice orçamental no âmbito do cumprimento dos

critérios de convergência de Maastricht, e que para tal o novo Governo deve aumentar os impostos.

Também os "recados" no âmbito interno já se começaram a fazer ouvir: "decréscimo das despesas públicas", aceleração do processo de privatizações de molde a que "sejam bons negócios" para o capital privado, "mais salários só com maior flexibilidade no mercado de trabalho", "durante os próximos dois anos o aperto orçamental deixará pouco espaço para as políticas sociais" ou, ainda, "nos primeiros dois anos temos que ter mais razão (cumprimento dos critérios de convergência), para ver se é possível aumentar o coração (promessas sociais) até final da legislatura".

Estes e outros recados do mesmo jaez, de origem externa ou interna, mostram, só por si e afinal, que estamos chegados ao momento em que o PS terá irremediavelmente de optar entre se a "nova maioria" e o "novo governo" vão prosseguir a velha política ou se estão disponíveis (e têm vontade) para realizar uma nova política. E esta é a opção nodal que o futuro Governo terá de fazer a muito curto prazo. Agora na prática e sem subterfúgios.

Porque, como o PCP sempre o afirmou e procurou demonstrar, manter como primeira prioridade da política económica e financeira o cumprimento dos critérios de convergência nominal de Maastricht é incompatível com



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão
Política

«Passados já quinze dias sobre as eleições, indigitado que foi o eng. António Guterres para formar Governo e anunciados que estão os seus ministros, vamos entrar na hora da verdade.»

a legítima satisfação das necessidades sociais dos portugueses, é incompatível com a concretização da generalidade das promessas de âmbito social feitas pelo PS durante a campanha eleitoral. Porque não é possível "conciliar um medíocre crescimento económico, drásticas exigências europeias e uma incontida expectativa de mais bem-estar",

para utilizar a expressão de um advogado fiscalista do PS (Medina Carreira).

Não se nos oferecem dúvidas de que se exigem rigor nas contas públicas, eficiência nas despesas orçamentais e contenção do défice orçamental a níveis adequados à realidade socioeconómica do País. Mas isso nada tem a ver com a imposição de uma redução do défice orçamental, de um ano para o outro, da ordem dos 315 milhões de contos, e muito menos com a não melhoria do nível de cumprimento das funções sociais que ao Estado incumbem ou à custa dos trabalhadores da função pública central, regional e local.

Não nos parece que haja necessidade de aumentar as taxas de quaisquer impostos. Mas impõe-se, de imediato, uma profunda redução dos benefícios fiscais (que custam cerca de 100 milhões de contos/ano aos dinheiros públicos), o alargamento da base tributária pelo combate eficaz à fuga e evasão fiscais e a concretização de uma justa repartição da carga fiscal entre a fortuna e o património, os rendimentos de capital e os rendimentos do trabalho.

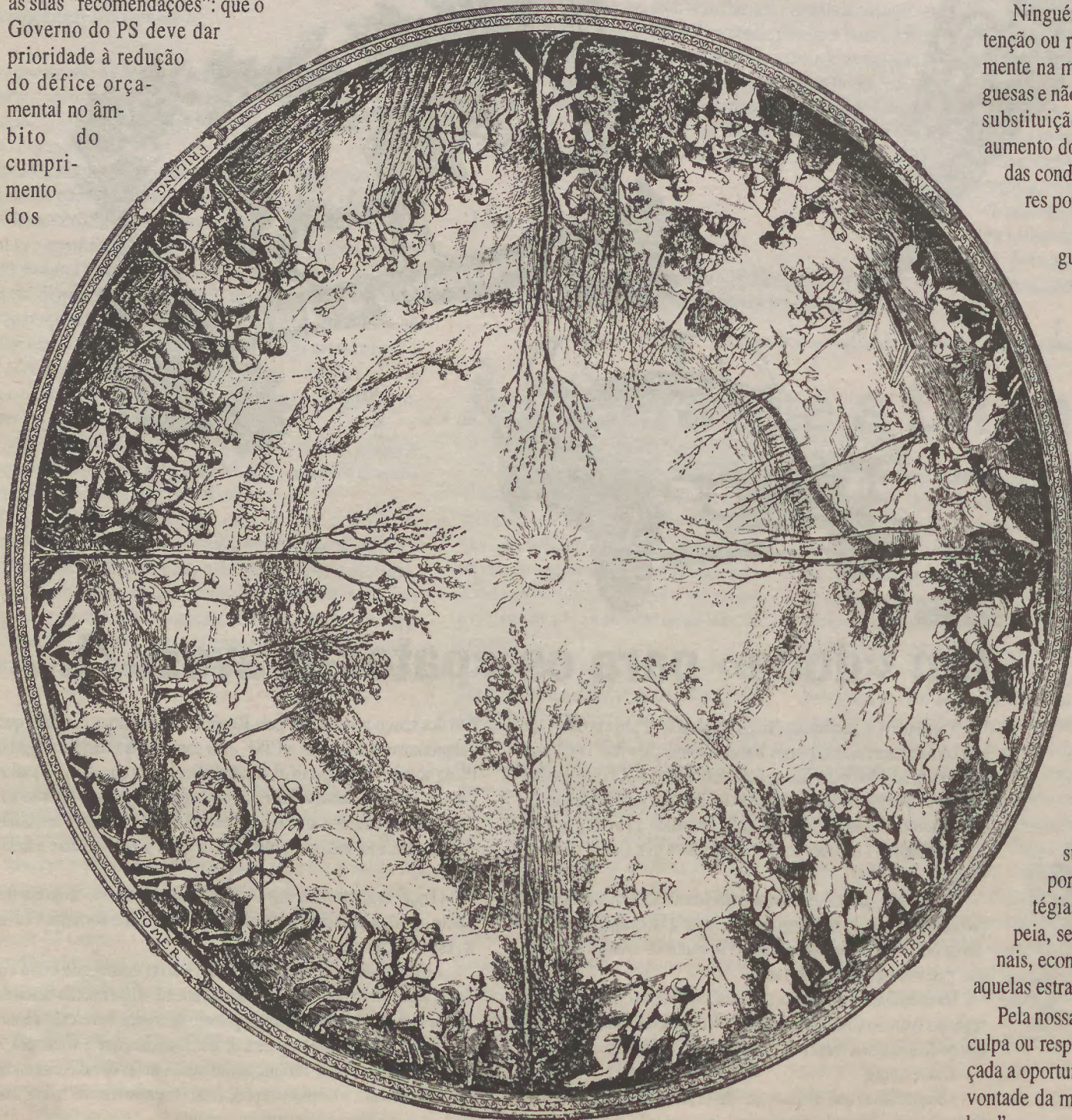
Ninguém advoga o aumento da inflação. Mas a contenção ou redução da inflação tem de assentar essencialmente na melhoria da produtividade das empresas portuguesas e não, como até aqui, na criação de condições para a substituição da produção nacional por importações, no aumento do exército de desempregados e na degradação das condições laborais e níveis salariais dos trabalhadores portugueses.

Não se defende que a política cambial portuguesa seja laxista. O que se impõe é a assunção clara dos interesses nacionais e a necessidade de políticas adequadas e eficazes em relação aos múltiplos sectores da economia portuguesa com agudos problemas competitivos e de desemprego. O que se exige é a garantia de tempo e condições que permitam promover a melhoria necessária do sistema produtivo, e a consciência realista de que a economia portuguesa não resiste a uma política de «escudo caro» (e muito menos à hipotética moeda única que seria, eventualmente, a moeda mais forte a nível mundial).

Em suma, passadas as eleições legislativas e a facilidade eleitoralista de fazer promessas, o futuro Governo do PS será confrontado a curto prazo com a sua hora da verdade.

Então todos poderão analisar, e em particular os que ao nele confiaram o voto, qual a sua efectiva opção: se o sacrifício da economia portuguesa e das suas promessas sociais às estratégias dos interesses dominantes na União Europeia, se a assunção inequívoca dos interesses nacionais, económicos e sociais, em oposição e ruptura com aquelas estratégias alheias.

Pela nossa parte a opção é pública e clara: "Não será por culpa ou responsabilidade do PCP que virá a ser desperdiçada a oportunidade de uma real mudança de política que a vontade da maioria dos portugueses criou em 1 de Outubro."



**Condecorada pelo Presidente da República
25 anos depois da primeira reunião intersindical**

CGTP reafirma valores do sindicalismo

O sindicalismo, como «afirmação colectiva», «continua a ser uma das formas mais eficazes para afirmar os direitos e interesses dos trabalhadores, para assegurar a sua participação cívica, para veicular valores essenciais à sociedade, para promover o progresso social», afirmou o coordenador da CGTP-IN, ao saudar no passado dia 11 o Presidente da República, que pela primeira vez visitou as instalações da central para lhe atribuir a Ordem de Mérito, 25 anos depois de realizada a primeira reunião intersindical no nosso país.

No discurso de saudação ao PR, Carvalho da Silva interpretou o gesto de Mário Soares como «uma manifestação de apreço do Presidente da República pelos sindicatos e pelo papel que estes têm na sociedade», que «constituirá para todos os sindicalistas um valioso estímulo para continuarem a bater-se pelos interesses dos trabalhadores, pelo desenvolvimento e progresso do País».

Ponto de ruptura

«A criação da Intersindical representa o ponto de ruptura com o corporativismo e constitui a génese do sindicalismo contemporâneo», salientou o coordenador da CGTP, central «fundada há 25 anos, quando o País vivia oprimido e amordaçado, dilacerado por uma criminosa guerra colonial e com milhares de portugueses obrigados a emigrar para ganhar o pão», mas também «com muitos portugueses a lutarem corajosamente pela democracia e pelas liberdades».

A criação da *Inter* «surge nesse quadro e na sequência lógica da luta das forças democráticas e do desenvolvimento da contestação social, particularmente expressa pelo grande incremento das lutas reivindicativas e dos movimentos grevistas verificados desde o início da década de 60» e, «por isso mesmo, a Intersindical assumiu, desde os seus primórdios, uma postura profundamente anticorporativa com concepções, práticas e objectivos que se inspiraram no ideário democrático e nas melhores tradições de luta dos trabalhadores portugueses», disse Carvalho da Silva.

A ordem de trabalhos da primeira reunião intersindical, a 11 de Outubro de 1970, foi apontada como exemplo significativo dessa actuação, «ao inscrever para discussão, a par de matérias estritamente sindicais, como a contratação colectiva e o horário de trabalho, outras como a censura e a liberdade de reunião que, tendo origem na vida sindical, não podiam deixar de ter implicações de ordem política»; aquela ordem de trabalhos «ilustra assim uma concepção de sindicalismo democrático, assente em dois

objectivos fundamentais e interdependentes: a promoção dos interesses dos trabalhadores e a luta pelas liberdades democráticas».

A experiência dos primeiros anos de existência da Intersindical, referiu ainda Carvalho da Silva, «fez-nos ver a necessidade de promover a constante procura da unidade e ensinou-nos que a unidade sindical é uma questão estratégica e nunca um interesse conjuntural».

«Ao colocar as direcções sindicais a discutir em conjunto, a articular a sua acção e a definir estratégias comuns, a Intersindical «assumiu na prática os contornos e objectivos de uma confederação sindical, constituindo assim uma manifestação concreta de liberdade sindical em pleno regime ditatorial», salientou.

Novos desafios

Depois de valorizar o papel da Intersindical na luta antifascista, no 25 de Abril e na batalha pela construção do Estado democrático e pela conquista e consagração legal de importantes direitos dos trabalhadores, Carvalho da Silva lembrou que «muita coisa mudou no mundo e hoje os sindicatos têm pela frente novos desafios e situações mais complexas», mas que «neste novo quadro, subsistem problemas laborais e sociais tão velhos como aqueles que estão na origem do sindicalismo»: «Não faz sentido que os novos conhecimentos, os avanços científicos e tecnológicos, não sejam postos ao serviço da humanidade, permitindo a todos uma vida melhor e mais feliz. A internacionalização da economia e a mundialização dos mer-

cados com uma orientação liberalizadora e desregulamentadora tem favorecido, sobretudo, a actividade financeira e a especulação, em detrimento da actividade produtiva. Exaltam-se ideologias conservadoras que põem em causa valores universais baseados na solidariedade, na fraternidade e na igualdade. O mercado, o lucro e a competitividade são endeusados como se fossem fins últimos da sociedade.»

Esta situação «impõe aos sindicatos a necessidade de implementar processos de actuação inovadores e diversificados, de adaptar as suas estratégias às novas realidades, sem perder de vista a perspectiva da construção de uma nova sociedade com valores de futuro, que responda cabalmente às necessidades económicas e sociais do homem e o afirme na plenitude da sua dimensão humana».

«Colocando sempre o trabalhador como destinatário de toda a sua acção, tudo faremos para tornar a acção sindical cada vez mais eficaz e produtiva, de forma a que os trabalhadores continuem a ver os sindicatos como os depositários da esperança por uma vida melhor e o recurso seguro para a resolução dos seus problemas» - afirmou Carvalho da Silva, que, em nome da CGTP, ofereceu ao Chefe de Estado cópias (uma das quais gravada em bronze) da convocatória da primeira reunião intersindical e das actas das primeiras três reuniões (11 e 25 de Outubro e 15 de Novembro de 1970).



Pela primeira vez, um Presidente da República visitou oficialmente a sede da CGTP-IN, na semana passada, no dia em que reuniu o Conselho Nacional da central

CIL comemorou 20 anos

Para comemorar o 20º aniversário da constituição da CIL (Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Região de Lisboa), teve lugar no dia 12, na Casa do Alentejo, uma sessão que reuniu cerca de 60 antigos e actuais membros da CIL e alguns convidados que nestas duas décadas estiveram ligados à vida da Coordenadora.

Num ambiente caloroso, evidenciado nas várias intervenções, foram lembrados alguns dos episódios mais marcantes do movimento das comissões de trabalhadores e da evolução da situação política e social no País, desde 1975. Foi subli-



Actuals e antigos dirigentes do movimento das comissões de trabalhadores participaram, dia 12, na sessão comemorativa dos 20 anos da CIL

nhado que «sem dúvida, as CTs estavam dentro da razão quando resolveram

criar um organismo que as coordenasse, pois os frutos dessa coordenação ainda

hoje são totalmente visíveis e fundamentais».

Na sessão comemorativa -

a que se seguiu um jantar de confraternização - foi ainda lembrado que «não tivesse

sido a obra realizada, e jamais a Constituição teria inscrito de forma tão duradoura os direitos das CTs e das coordenadoras, teríamos tido ou Lei das Comissões de Trabalhadores e, quem sabe, outra coisa qualquer que não estas comissões de trabalhadores. Em grandes encontros nacionais ou regionais, contribuindo para a eleição de novas CTs, para o conhecimento e exercício dos seus direitos, a CIL de hoje, sendo diferente de há 20 anos atrás, continua a incorporar todo o capital de experiência, os princípios e as características que presidiram à sua criação, aliando-os ao conhecimento e aos novos desafios do presente»

A sedução de Gorbatchov

■ Manoel de Lencastre

Um dos principais e mais declarados objectivos da antiga primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, era aquilo que designava como «pôr fim ao socialismo». Na altura em que chegou ao poder (1979) e quando, subsequentemente, começou a terçar armas por aquela preferida e maníaca finalidade, os comunistas de todo o mundo sorriram e encararam com total bonomia as «arrancadas» verbais e os passos políticos iniciais daquela que era costume chamar-se a «dama de ferro». Margaret parecia querer lutar contra a inevitabilidade, fazer recuar o curso da própria História. A URSS existia. Que poderia fazer a estranha nova cavaleira do império? Era-lhe impossível ir para a guerra contra tão poderosa potência. Mas ela dispunha de outros meios.

À beira do covil

O livro «Gorbi e Maggie», que acaba de ser publicado em Moscovo, confirma quase tudo o que se pressentira. A espaços, deixa-nos perplexos. O seu autor, o antigo embaixador soviético em Londres, Leonid Zamiatin, sabe tudo, viu tudo — esteve em todas, como costuma dizer-se. E assim, ao descrever o encanto que os dois estadistas (Mikhail Gorbachov e Margaret Thatcher) exerciam um sobre o outro, o que deixa plenamente claro é a sedução pura e simples do secretário-geral do Partido Comunista da URSS por uma perversa figura de mulher que o submeteu e acabou por ajudar a conduzir ao abismo.

«Não tem precedentes, modernamente», diz Leonid Zamiatin, «a excitação da primeira-ministra sempre que se preparava para conferenciar com Gorbachov ou recebê-lo em aeroportos ou salões oficiais. Os vestidos, os excessivos perfumes, eram escolhidos com a intenção absoluta de atrair. Sem quaisquer abafos, Margaret esperava, ao frio, que Gorbachov descesse do avião. Procurava mostrar-se jovial. Mostrava-lhe as pernas longas, ao sentar-se, e cruzava-as com propositada malícia. Ria-se, longamente, exibindo os dentes alvos e bem alinhados. Rejeitava o *whisky* da praxe e dizia preferir o *vodka* que atacava de um só trago. Depois, Gorbachov completamente deslumbrado, dizia: «Mrs. Thatcher, ponhamos de lado as notas que temos preparadas e falemos francamente, só os dois.» Ela comentaria, deliciada: «I can do business with Mr. Gorbachov.»⁽¹⁾

De encontro em encontro, de conferência em conferência, e perante a exasperação de alguém como Andrei Gromiko, Gorbachov foi sendo «preparado» para o não categórico e inflexível às suas propostas políticas e de cooperação económica e financeira. Simultaneamente, a sedução malvada da primeira-ministra empurrava-o, gentilmente, para o sim às sugestões imperialistas que o levaram à sucumbir, de jornada em jornada. Gorbi, a certa altura, tornou-se exímio na técnica de dar murros na mesa ao enfrentar os camaradas mais lúcidos que lhe apontavam os erros e já estavam a ver o perigo. Mas, para os dirigentes do imperialismo, ele era todo sorrisos, candura, apreço, resignações, conformismo.

A queda da URSS e o desaparecimento do Partido Comunista não se devem, evidentemente, apenas à sedução exercida por Margaret Thatcher nem às suas maneiras corruptas de negociação «homem a homem». Mas o livro de Zamiatin revela bem a brandura, a debilidade, a incapacidade de Gorbachov, os seus gritantes desvios relativamente aos princípios que deveriam ser os de um secretário-geral do Partido. Gorbi surgiu à boca do covil das

víboras que se preparavam para devorá-lo. Mas, seduzido, deixou-se desarmar logo à entrada. E foi consumido antes de conseguir fundar na URSS uma sociedade de consumidores — um plano sem pés nem cabeça, aliás, num Estado socialista, ou que parecia sê-lo. Maggie, assim, conseguiu fazer «atrasar» o relógio da História. Outros, enfim, surgirão para adiantá-lo. Ela ignorava e ignora, ainda, o princípio de que nada é eterno, nada é definitivo, nada é sagrado.

Abutres caíram sobre os serviços públicos

A campanha para a «destruição do socialismo» prosseguiu, entretanto. Na própria Grã-Bretanha, onde apesar dos governos trabalhistas ele jamais existiu, a «dama de ferro» seduziu, igualmente, o seu próprio povo levando-o a entusiasmar-se pelo conceito da superioridade da indústria privada, cujo resul-

a terrível realidade a que os novos monopólios o conduzem é, simplesmente, atroz.

Esta situação, que está a revoltar os sentimentos de muita gente na Grã-Bretanha e põe na lama o nome das privatizações, é filha, naturalmente, do ambiente geral do capitalismo. Vivemos numa época de exploração do trabalho global pelo capitalismo global e a rapina dos bens dos países pobres pelos países ricos não é já tão imediatamente distinguível. Não obstante, foi precioso e fascinante o espectáculo do presidente da República do México quando entregou a Bill Clinton, com toda uma humildade que pretendia disfarçar de orgulho do devedor perante o credor, um cheque de 700 milhões de dólares. Tratava-se do pagamento da primeira prestação da participação americana para o empréstimo de 50 biliões resultante de uma situação que, em Janeiro último, fez abalar o capitalismo. Zedillo, fiel aos seus compromissos e passando uma esponja sobre todas as falências anteriores, pagou um dia antes do vencimento. Um bom rapaz! Todos os capitalistas do mundo, evidentemente, se riram dele.

Os bancos entraram, como dizia recentemente um dos comentadores da vida em Wall Street, na idade dos dinossauros. Com efeito, as «amalgamações» entre eles aumentam de ritmo. O «Chemical» absorveu o «Chase Manhattan». Em Março, o «Mitsubishi» e o «Bank of Tokyo» tinham-se junto para, com valores activos superiores a 700 biliões de dólares, poderem rentabilizar os respectivos capitais. «Muitos dos nossos concorrentes», disse o presidente (que já o não é) do «Chase», «já não são bancos...» — o que permite antever, sob certos aspectos, o rumo do imperialismo.

Portugal, Portugal...

Mas, em Portugal, os nomes do passado parece que se agarram, desesperadamente, aos «bons» tempos de outrora. Pretendem ser nomes para toda a eternidade. Notámos que o Banco Espírito Santo renegou a segunda

metade do seu nome criado pela fusão nos anos vinte e já não é «Comercial de Lisboa». Compreende-se. O velho Banco Comercial de Lisboa não passava de uma recordação. Estas coisas interessam-nos porque estamos a escrever um livro sobre a história dos bancos.

O Banco Espírito Santo é uma daquelas instituições cujos proprietários e dirigentes ainda vivem no sonho tumultuoso da nacionalização, da vida emigrada em busca febril de novos negócios, do inesperado recordar de todas as esperanças, do regresso tornado realidade e da recuperação, com valores muito mais elevados, daquilo que havia sido nacionalizado pelo 25 de Abril. E porque não lhes é possível, humanamente, esquecer tudo o que viveram, parecem mal vocacionados para a nova era da indústria das finanças. Agora que tudo ia regressar ao princípio, tudo começa a complicar-se de novo.

Disse-nos um cliente do banco que notou algumas dificuldades na movimentação da sua conta: «Propuseram-me o cancelamento porque na ficha de informações existia um traço a vermelho.» Este é o banco em cujas montras por todo esse Portugal surge um cartaz mostrando um homem opulento, de mãos largas e franco sorriso, dizendo: «No BES, você tem TUDO!» Mas não é verdade. No BES, ainda se trabalha segundo os princípios da velha escola. Temos de reconhecer, todavia, que quem não é desconfiado, não pode ser banqueiro.

(1) «Posso fazer negócios com o Sr. Gorbachov.»



Situação política nos Açores

PCP considera ser um «erro grave» a não convocação de eleições antecipadas

O PCP/Açores reuniu a sua Direcção de Organização Regional e tomou posição sobre os últimos desenvolvimentos políticos, nomeadamente os resultantes da recente demissão do Dr. Mota Amaral de Presidente do Governo Regional. Em comunicado divulgado segunda-feira, a DORAA defende a antecipação de eleições na Região defendendo que «a gravidade da situação política, económica, financeira e social da Região tem um peso bem mais determinante» que alegadas dificuldades jurídicas para se concretizar essa antecipação.

A nota distribuída aos órgãos de comunicação social diz: «1. No passado dia 11 de Outubro o Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Mota Amaral, anunciou que cessava de imediato essas funções bem como as de Presidente do PSD/A. Anunciou também que não se candidataria, no futuro, a qualquer desses cargos.

«Tal anúncio foi feito após uma reunião com dirigentes do PSD e membros do Governo e pôs fim a um período de algumas semanas durante as quais circulavam notícias diversas a propósito do futuro político do Dr. Mota Amaral.

«A decisão de abandonar, desde já, a presidência do Governo Regional, implica, à luz do Estatuto da Região Autónoma, a queda de todo o Governo Regional e a consequente realização das diligências necessárias à resolução da crise política regional, consubstanciada na actual existência de um Governo Regional com meras funções de gestão (Cf. art. 48 1 e 2, do Estatuto da Região Autónoma dos Açores).

PSD falhou

«2. A decisão do Dr. Mota Amaral de abandonar a presidência do Governo Regional e do PSD/A a um ano do termo da legislatura, constitui um facto político da maior importância, que introduz profundas alterações qualitativas na vida política específica da Região.

«Há já vários anos que o PCP/Açores insiste na ideia de que as principais orientações políticas do Governo Regional do PSD/A são perfeitamente desajustadas em relação às realidades e necessidades regionais e que constituem a principal causa da gravíssima situação económica, financeira e social que se vive na Região Autónoma.

«Há já vários anos que o PCP/Açores insiste também na ideia de que a prática governativa e a acção política do Governo Regional e do PSD/A, onde avultam práticas de controlo, de limitação cívica, de criação de dependências, de actos de natureza corrupta e de aproveitamentos eleitoralistas da acção governativa, tinham introduzido na vida açoriana sérias e inaceitáveis limitações à participação dos cidadãos e à democracia da vida política.

«Há já vários anos que o PCP/Açores insiste, ainda, na ideia de que os bloqueamentos e aperfeiçoamentos institucionais, cuja necessidade é óbvia, e o mau relacionamento que tem sido evidente, entre os governos da Região e da República, são consequência directa da inexistência de vontade, quer a nível do poder da República, quer a nível do poder Regional, de se caminhar para uma mais normal inserção do funcionamento do sistema autonómico no funcionamento geral do Estado.

«As três linhas precedentes de análise, que foram largamente desenvolvidas pelo PCP/Açores nos últimos anos, obrigam à conclusão clara de que:

«a) As políticas sectoriais dos Governos PSD/A, presididos pelo Dr. Mota Amaral, são, globalmente, erradas.

«b) O tipo de funcionamento do Governo e do partido maioritário é marcado por práticas autoritárias e controleurísticas que a sociedade já não tolera.

«c) A existência de diversos interesses de grupo que se movimentam, de forma ilegítima, à sombra do poder regional, marca também o funcionamento do partido maioritário e é motivo de profunda condenação pela sociedade.

«d) A incapacidade do Governo Regional e do PSD/A em relacionar-se com os Órgãos de Soberania levou a que a Autonomia se reduzisse a uma mera autonomia administrativa e de

gestão, incapaz de encontrar respostas específicas para os problemas desta Região insular.

«Face a esta situação e à total incapacidade de lhe fazer frente, o Dr. Mota Amaral decidiu, de uma vez só, largar, quer o poder regional que detinha, quer, também, os enormes problemas que os seus Governos não tiveram capacidade de resolver ou, simplesmente, de equacionar.

«Para o PCP/Açores, e independentemente de terem existido quaisquer incidentes que possam ser causas próximas da abdicção, a decisão "pessoal e solitária" que o Dr. Mota Amaral tomou tem a sua raiz na ineficácia visível das políticas que adoptou e na falência concreta do tipo de governação que criou.

«A abdicção do Dr. Mota Amaral significa, em última análise, a total falência da política do PSD/Açores.

Situação grave

«3. A situação económica, financeira, social e política criada pelo PSD/A, sob a presidência do Dr. Mota Amaral, é profundamente grave.

«Sem orientações específicas adequadas, que são muito urgentes, não é possível esperar-se uma evolução positiva para a economia regional.

«Sem que haja uma evolução positiva da economia regional não será possível encontrar-se, no plano financeiro, soluções duradouras de reequilíbrio entre a receita e a despesa pública.

«Sem uma economia em expansão e sem capacidade de investimento público não será possível encontrarem-se soluções para o desemprego, que hoje é crescente, e para outros graves problemas sociais.

«A crise financeira pública afecta também áreas essenciais como sejam as da saúde, educação, segurança social, habitação e obras públicas.

«A Região Autónoma dos Açores precisa de novas com a maior urgência, políticas essas que visem prioritária e urgentemente:

«a) Democratizar o funcionamento do Sistema Autonómico e fomentar a participação dos cidadãos

«b) Normalizar em todas as áreas, o relacionamento entre a Região e o Estado, dando atenção imediata ao relacionamento financeiro

«c) Adoptar medidas específicas de orientação económica que viabilizem economicamente a agricultura, agro-pecuária, pescas e indústrias instaladas e que viabilizem as pequenas e médias empresas de todos os sectores. Realizar novas políticas de aproveitamento dos fundos comunitários que sejam transparentes e correspondam a opções adequadas

«d) Combater e erradicar o desemprego, através da expansão da economia e consequente aumento da oferta de postos de trabalho. Introduzir maior estabilidade e justiça nas relações de trabalho. Encarar com seriedade a formação profissional.

«e) Revigorar toda a intervenção e acção pública nas áreas da saúde, segurança social, educação, habitação e obras públicas, por forma a que os inúmeros problemas existentes em todas as ilhas possam, para benefício de todos os açorianos, começar a ser resolvidos.

«O PSD/A, sob a presidência do Dr. Mota Amaral, afastou-se perigosamente da possibilidade de resolução mínima das questões prioritárias atrás apontadas.

«O PSD/A, sem o Dr. Mota Amaral, que durante dez anos apareceu como factor da coesão interna, não tem nem programa, nem energia, nem unidade, que façam crer ter qualquer possibilidade de encarar as referidas questões urgentes.

Interesse regional

«4. A situação atrás referida e a evidente urgência que há em criar-se um quadro político novo e capaz de enfrentar e resolver os problemas existentes determinam que para o PCP/Açores a solução institucional mais correcta e adequada de resolver a presente crise política regional fosse a de, após dissolução da Assembleia Legislativa Regional, serem, nos termos constitucionais e estatutários, convocadas eleições regionais antecipadas, por forma a que o Povo Açoriano se pudesse pronunciar sobre o futuro, sem perdas de tempo.

«O interesse regional assim o exigiria.

«Acontece, porém, que, quer o PSD/Açores, preocupado em manter-se no poder, e em encontrar um novo "líder", quer o PS/Açores, pondo evidentes interesses partidários à frente do interesse regional, já declararam que a actual legislatura de maioria absoluta do PSD/A é para chegar ao fim.

«Têm aparecido também outros argumentos, exclusivamente de natureza jurídica, desfavoráveis à convocação de eleições antecipadas. Reconhecendo, embora, as dificuldades jurídicas inerentes a essa solução, o PCP/Açores não pode deixar de lembrar, a quem assim argumenta, que a gravidade da situação política, económica, financeira e social da Região tem um peso bem mais determinante que as aludidas dificuldades jurídicas.

«A política do PSD/A faliu a tal ponto que o respectivo presidente abandonou os seus cargos, mas apesar disso continuam os partidos referidos a achar que é legítimo ao PSD ter mais um ano para agravar todos os problemas.

«Para o PCP/Açores a não convocação de eleições antecipadas, a verificar-se como tudo o indica, será um erro grave que se reflectirá negativamente na vida regional.

«Qualquer Governo do PSD que tomar posse agora, será, inevitavelmente, ainda mais fraco e inoperativo daquele que o Dr. Mota Amaral fez cair.

«A consumação desse erro não elimina contudo as novas potencialidades democráticas que se abrem à vida colectiva dos Açores e dos Açorianos, em função do inevitável enfraquecimento do PSD/Açores.

Aproveitar o tempo

«5. Para o PCP/Açores é urgente aproveitar-se o tempo que falta percorrer até à realização de eleições regionais para se trabalhar no sentido de serem libertadas muitas energias que tem estado abusivamente tuteladas e condicionadas pelo PSD/A.

«É urgente trabalhar-se no sentido de, através das eleições, se conseguir uma nova arrumação das forças políticas que faça nascer a possibilidade concreta de serem realizadas as políticas regionais de mudança que são urgentíssimas,

«É urgente trabalhar-se no sentido de evitar novas soluções absolutistas que desequilibram, corrompem e impedem modificações de fundo.

«O PCP/Açores, com o empenhamento que sempre põe na sua actividade, está já a actuar tendo em vista a mobilização dos trabalhadores e de largos sectores sociais por forma a que as novas condições existentes na vida política específica da Região venham a ser totalmente aproveitadas em favor de uma mudança democrática objectiva, concreta e profunda.

«O PCP/Açores, ciente do descontentamento que percorre a nossa sociedade, apela à mobilização, participação e actividade construtiva de todos os que reconhecem ser necessário introduzir modificações democráticas profundas no funcionamento do nosso sistema político próprio.

«Para o PCP/Açores a criação de uma base social sólida que lute pela construção nos Açores de uma democracia que seja, simultaneamente política, económica, social e cultural é a grande prioridade que se coloca.

«Por ela trabalharemos.»

França

Função pública em contra congelamento

Os trabalhadores da função pública de França estiveram em greve no passado dia 10. Centenas de milhares de pessoas desfilaram pelas ruas de Paris e de muitas outras cidades, contra a decisão governamental de congelar os salários.

Um movimento que diz directamente respeito a cerca de cinco milhões de trabalhadores e é já considerado como a mais importante acção grevística desde 1986, tanto pelo número de serviços e empresas envolvidos como pela amplitude da unidade sindical.

Tudo começou em 4 de Setembro, com o anúncio da decisão governamental de congelar os salários da função pública em 1996.

Uma semana depois, as sete federações sindicais dos trabalhadores da função pública entravam em contacto para organizar uma resposta comum. Pela primeira vez desde 1986, foi decidida uma greve com carácter unitário.

A 22 de Setembro, as sete centrais sindicais lançaram um apelo aos trabalhadores para a paralisação agora realizada.

Para além da "obstinação do governo" em matéria salarial, o documento sindical denuncia a inexistência de objectivos claros em relação à diminuição do tempo de trabalho e à criação de empregos, lembra que "os serviços públicos constituem instrumentos indispensáveis para a redução da fractura social" e exige "uma política que ponha fim às diferentes formas de precariedade", "melhore os meios de intervenção, e contribua para a luta contra o desemprego e a marginalização".

Uma recusa clara dos efeitos de uma política governamental prioritariamente dirigida para a redução das despesas públicas na perspectiva de uma passagem à moeda única.

A decisão do governo de Juppé de congelar os salários - que afecta directamente quase um quarto da população activa francesa - está intrinsecamente ligada à filosofia do tratado de Maastricht, que pretende fazer da redução dos déficits públicos um elemento decisivo da aproximação entre os países da União Europeia, na perspectiva da moeda única.



Foto Lusa

Corta-se então nas despesas que, segundo a estreita lógica do capital, menos afectam os seus interesses.

É verdade que globalmente se tem vindo a registar uma subida das despesas públicas - tendo em conta as despesas de Estado, colectivas locais e protecção social. Entretanto esse aumento tem a ver essencialmente com a saúde, envelhecimento da população e desemprego.

Ou seja, é em grande medida reflexo de políticas que resultam numa crescente precarização, para além de uma evolução demográfica que também lhe não é alheia.

O congelamento de salários - que tenderá a generalizar-se ao sector privado - de par de medidas paralelas de redução de facto da protecção social, só poderá levar ao agravamento dessa precarização da vida e das dificuldades da população. O que deveria traduzir-se ainda em mais gastos nessa área.

Ignorando esta gritante contradição, o governo francês inclui, no seu projecto de orçamento para 96, cortes que afectam, não apenas os salários, mas igualmente os créditos para grande número de sectores.

É o caso da agricultura, transportes, investigação, ambiente, indústria, juventude e desportos, habitação.

As verbas destinadas à saúde e às escolas estagnam, apesar dos alertas nesta área, como é o caso do relatório sobre a pobreza, que aqui também referimos, e que recomenda, por exemplo, a construção de "um sistema de saúde escolar à altura das necessidades", o reforço de serviços como a protecção materno infantil e os centros de saúde, o reforço do sistema educativo.

As opções políticas subjacentes a estes cortes orçamentais são claras.

Corta-se nos salários, nas despesas sociais. Mas avança-se entretanto com programas militares tão contestados como é caso das novas experiências nucleares.

O congelamento dos salários dos trabalhadores da função pública traduz-se numa "economia" de cerca de 11 mil milhões de francos num défice orçamental de 290 mil milhões de francos em 1996.

Entretanto, os testes nucleares agora reiniciados por Jacques Chirac, representam, só por si, um acréscimo de despesas da ordem dos 5 mil milhões de francos.

Uma política de acordo com a lógica de Maastricht, que na prática promove uma utilização dos recursos nacionais, à margem e contra os interesses dos seus povos.

Pobreza crescente

A precarização das condições de vida e de trabalho, a marginalização dos sectores mais vulneráveis às políticas neo-liberais, vão de par com o crescimento da pobreza em França.

Uma realidade hoje comum, naturalmente sob diferentes formas, tanto aos países subdesenvolvidos como aos países industrializados.

Em França, "uma parte crescente da população não participa no progresso económico e social, de precariedade em precariedade, acaba por se encontrar numa situação de ausência de direitos" - esta uma das constatações do relatório sobre "avaliação das políticas de luta contra a grande pobreza", divulgado em Junho passado, em Paris.

O relatório sublinha que há cada vez mais gente sem casa,

sem trabalho. E, "mais grave e intolerável: cada vez mais pessoas, mesmo muito jovens, parecem definitivamente condenadas à inactividade profissional e mesmo à inutilidade social".

Segundo um inquérito - referido no relatório - sobre diversas situações de pobreza em França, 78% das pessoas consideradas têm recursos

inferiores ao limiar da pobreza. Os subsídios sociais são o único recurso em 42% dos casos, e apenas 29% recebem salário, em geral numa situação de trabalho precário.

Neste quadro de pobreza, há tendência a acumular diversas formas de precariedade. Ao desemprego (43%), liga-se ausência de qualquer diploma

escolar (47%), e soma-se a degradação do estado de saúde (31%). Factos agravados com a persistência dos problemas, o seu arrastar ao longo de anos.

A pobreza tem graves reflexos, também a nível familiar. "As rupturas familiares são crescentes, e em muitos casos estão estreitamente ligadas a uma vida quotidiana cada vez mais precária. O desemprego que se prolonga, as dívidas, a fome, os cortes de electricidade, as preocupações com a saúde, as ameaças de despejo, tudo isto põe à prova e fragiliza as relações entre os membros das famílias" - sublinha o relatório.

Os grupos que sentem mais dificuldades são os jovens isolados, sem trabalho e as famílias monoparentais.

Um inquérito divulgado, no próprio dia da jornada de luta da função pública, pelo CREDOC (Centro de investigação para o estudo e observação das condições de vida) e realizado pelo Conselho económico e social, indica que uma em cada cinco das pessoas que vivem com grandes dificuldades, tem trabalho.

O Centro de investigação sublinha mesmo estar-se actualmente perante um grupo particular de pobres - os trabalhadores com dificuldades.

Uma situação gerada pelo alastrar de diferentes formas de trabalho precário.

■ Lígia Calapez

Luta dos salários

A greve em números

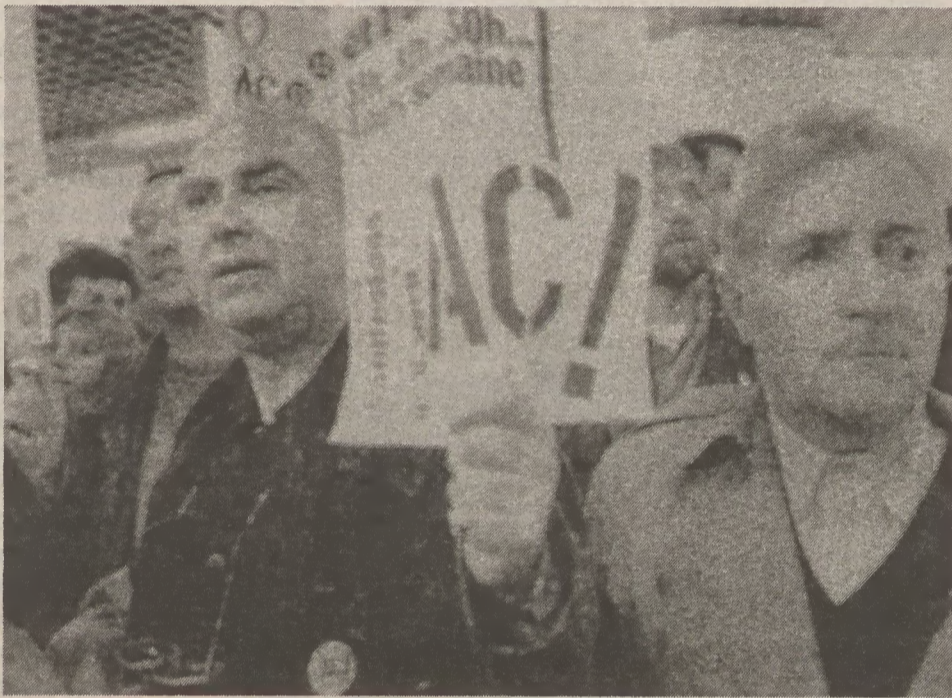
Os primeiros cálculos indicam que mais de meio milhão de franceses participaram em manifestações, em 80 cidades.

Destacam-se - Paris, com 100.000 manifestantes; Marselha, 50.000; Bordeaux, 16.000 a 20.000; Lyon, 15.000; Limoges, 8.000; Nice, 10.000. Foram várias as cidades em que saíram à rua mais de 10.000 manifestantes.

As greves afectaram seriamente os serviços e a vida económica do país.

Apenas circulou um em cada quatro comboios, a cada quatro níveis nacional. Na região parisiense, um em cada cinco. O metro parisiense esteve praticamente paralisado. Os aeroportos de Montpellier, Perpignan, Limoges, Tarbes e Rodez fecharam, em consequência da greve dos controladores aéreos.

As primeiras estimativas indicam que 75% do pessoal da France Télécom participou na greve, tal como 80% dos professores e pessoal ligado ao ensino. Três em cada quatro estabelecimentos escolares fecharam as portas.



CGT

A opinião de Louis Viannet

"Creio que é preciso pensar desde já na sequência a dar à mobilização de hoje, como é que a vamos organizar. O conjunto dos assalariados de todos os sectores - privado, público, nacionalizado - poderá, por exemplo, continuar ou começar a colocar com muita força os seus problemas salariais, de condições de trabalho, de redução do tempo de trabalho" - afirmou a "l'Humanité", órgão central do PCF, Louis Viannet, secretário-geral da CGT.

O dirigente sindicalista valoriza a jornada de luta do passado dia 10, como "verdadeiramente impressionante e simbólica sob diferentes aspectos. Antes do mais, pelo que reflecte do estado de espírito dos trabalhadores, que se alterou significativamente. Esta jornada exprime a sua vontade de não permitir abusos, e um retorno da confiança na acção colectiva. É igualmente um testemunho vivo da extraordinária eficácia da unidade de acção. Há já 14 anos que não conseguíamos uma tal unanimidade e uma tão forte mobilização".

Factos e Números

- Por cada cem mil desempregados a Segurança Social recebe menos 6 mil milhões de francos. Um por cento de aumento de todos os salários corresponderia a uma receita suplementar de 12 mil milhões de francos.

- As vantagens fiscais concedidas em cada ano ao patronato e às grandes fortunas representam 145 mil milhões de francos.

- A transformação dos contratos de trabalho precários em contratos estáveis traduzir-se-ia em mais 15 mil milhões de francos para a Segurança Social.

- As 800.000 horas de trabalho suplementar actualmente garantidas pelos professores poderiam dar lugar a mais 45.000 postos de trabalho no ensino.

Função Pública

- * São mais de cinco milhões de pessoas - o conjunto dos efectivos da função pública. O que corresponde a 20% da população activa.

- * A política salarial seguida pelo governo para os funcionários públicos, determina igualmente o nível das pensões de reforma para cerca de quatro milhões de pessoas.

- * 800.000 trabalhadores do Estado (cerca de 16% do total) trabalham em condições de trabalho precário, sem quaisquer garantias de continuidade.

- * O montante bruto do salário mínimo da função pública (5.988 francos) é inferior ao salário mínimo nacional (6.249 francos).

Maioria apoia luta dos grevistas

Uma sondagem realizada poucos dias antes do movimento grevista da função pública, indica que 51% dos trabalhadores franceses se sentem solidários com os grevistas (contra 46%).

42% dos franceses estão contra a decisão do governo de "congelamento dos salários".

Face à greve, 59% dos franceses e 63% dos trabalhadores pensam que o governo deveria "iniciar negociações na perspectiva de aumentos" salariais.

Segundo uma sondagem divulgada por "le Figaro", em Fevereiro, 82% dos franceses afirmavam-se favoráveis ao aumento do número de funcionários "em sectores como o ensino e a saúde" e apenas 13% consideravam que isso "custaria caro à colectividade nacional".

PCF

As razões do apoio

"O Partido Comunista apoia a greve da Função Pública por três razões essenciais" - declarou à comunicação social, em vésperas da jornada de luta, André Lajoinie, dirigente do PCF.

Antes do mais, "a decisão governamental de congelar os salários" contraria as promessas eleitorais de Jacques Chirac, reduzindo "o poder de compra de milhões de trabalhadores", o que significa "reduzir o consumo, e dessa forma agra-

var a situação do emprego e o desemprego".

Por outro lado, a greve tem também como objectivo "manifestar a oposição a qualquer privatização, a qualquer forma de desmantelamento, como está previsto pelo tratado de Maastricht".

A acção dos funcionários públicos "corresponde assim aos interesses gerais do conjunto dos trabalhadores e reformados, tal como aos da economia nacional".

TomatoGate na UE

ou a história de uma subordinação anunciada

■ Anabela Fino



A produção portuguesa de tomate está ameaçada. Dizer que os maus desta "fita" ainda em antestreia são os malvados dos nossos vizinhos espanhóis seria uma forma simplista de procurar explicar uma realidade bem mais complexa e de contribuir, consciente ou inconscientemente, para alimentar um equívoco e para aprofundar um contencioso que já mete água por todos os lados. Em causa não está, não deve estar, o que cada um dos Estados-membros da União Europeia (UE) faz para defender os seus interesses, mas sim o que Portugal faz, ou deixa de fazer, para defender os seus. O que nos remete para a questão de fundo, sempre escamoteada, das condições da integração portuguesa na Comunidade e para as consequências da construção da UE em curso ou, dito de outra forma, qual o previsível saldo dos ganhos e perdas no que respeita ao futuro de Portugal. A avaliar por este *tomatogate* - que infelizmente não é um caso isolado - as perspectivas são cada vez mais negras.

A ponta do icebergue emergiu a 4 de Outubro, em Bruxelas, numa reunião do colégio de comissários onde foi apresentada a Organização Comum de Mercado (OCM) das frutas e hortaliças. A polémica não se fez esperar, com particular realce para a quebra de 20 por cento da produção de tomate para Portugal, mas a questão é muito mais complexa.

Recuando um pouco nesta história, cabe dizer que o sector de frutas e hortaliças, tal como o dos vinhos, foi dos que mais sofreu com a generalização de acordos comerciais com países terceiros (tirando os acordos alfandegários com os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) subscritos nas convenções de Lomé) e os acordos subscritos no Uruguai Round do GATT. É preciso não esquecer que este é um sector com forte concorrência mundial e que a produção comunitária cobre apenas 40 por cento do seu consumo destes produtos, importando os restantes 60 por cento, maioritariamente, dos países ACP, pelo que não é difícil perceber como o sector funciona como uma moeda de troca permanente nos acordos comerciais, estando muitos países ACP com taxas zero ao nível aduaneiro. Na verdade, não existe praticamente acordo comercial que não reduza ou elimine os direitos aduaneiros para os produtos hortícolas.

A situação não podia ser, aparentemente, mais contraditória. Por um lado, prevê-se um crescimento de um por cento do

consumo hortofrutícola na comunidade até ao ano 2000, ou seja, cerca de 313 quilos por habitante; por outro lado, aposta-se na continuada redução da produção. Aumentando o consumo e reduzindo a produção, o resultado inevitável será, obviamente, o aumento das importações comunitárias. Mas importar de onde? A proposta de OCM que está na base da polémica responde à questão: acabando com os mecanismos de intervenção de mercado sem criar medidas compensatórias similares às existentes em outras OCM, a lógica continua a ser a de destruição produtiva com todas as suas implicações. Acresce que a nova OCM responsabiliza os produtores pela gestão do próprio mercado, não salvaguardando os produtos por intermédio da preferência comunitária; a "razão" invocada radica uma vez mais nos acordos do GATT e nos acordos de liberalização dos produtos hortícolas, no quadro da futura OCM.

Convém esclarecer que a produção de frutas e hortaliças representa cerca de 16 por cento da produção comunitária, dela estando dependentes cerca de 1.8 milhões de agricultores. Apesar disto, o sector continua a representar pouco mais de 4 por cento do orçamento inscrito no FEOGA-Garantia (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), enquanto os cereais representam cerca de 43 por cento. E agora propõe-se um corte de 10,6 por cento para o sector hortofrutícola - o comissário Franz Fischler apresentou propostas orçamentais com vista a reduzir, num espaço de cinco anos, as dotações deste sector de cerca de 1.685 milhões de ecus para 1.469 milhões de ecus.

Responsabilizar os produtores

Toda a OCM em causa se baseia no conceito de organizações de produtores, responsabilizando-os pelos excedentes e pela regulação do mercado. Na opinião dos especialistas, isto beneficia os países que tenham um sistema de comercialização bastante centralizado e os agrupamentos de produtores com um reconhecimento e dimensão nacional; é o caso, por exemplo, da Holanda e da Bélgica, cujo mercado tem uma concentração de 80 por cento. Pelo contrário, mercados fragmentados ao nível da comercialização - como o português e mesmo o espanhol - ficam prejudicados; ainda que numa situação substancialmente melhor do que a portuguesa, a concentração do mercado espanhol não vai além dos 25 por cento.

Neste contexto, fácil se torna concluir que a balança dos benefícios da Política Agrícola Comum (PAC) se inclina uma vez mais a favor dos países do Norte, desde sempre os verdadeiros senhores da PAC e seus beneficiários líquidos, destruindo a produção a Sul e mantendo a quota nos países com mercados mais organizados.

De acordo com as propostas apresentadas, será criado um Fundo Operativo da OCM, financiado em cerca de 50 por cento por fundos privados, que consistirão em impostos sobre os produtos comercializados pelas organizações de produtores. Este fundo destinar-se-á a financiar a retirada de excedentes do mercado em 15 por cento ao longo de cinco anos, bem como a finan-

As quotas da discriminação

O sinal de alarme souo em Portugal quando se soube que a proposta de Organização Comum de Mercado (OCM) em relação ao mercado de tomate se propõe transformar o sistema de quotas fixas num sistema de quantidades garantidas, com base na média das quatro últimas campanhas, sem contar com a campanha de 1995/95.

Os motivos para alarme (e indignação) não podiam ser mais justificados: a campanha deste ano foi bastante prejudicial para a Espanha, devido à seca, mas as anteriores foram terríveis para Portugal, pela mesma razão, impedindo o país de cobrir as suas quotas nesta matéria.

Ao fazer-se a média da produção nos termos propostos, a quota portuguesa será reduzida em cerca de 20 por cento, ou seja, cerca de 200 mil toneladas, o que se traduzirá num prejuízo estimado em cerca de 7 milhões de contos. Os efeitos far-se-ão sentir mais intensamente no sul do país, região já de si tão depauperada que figura entre as mais pobres da comunidade.

A vingar este esquema, a quota perdida por Portugal será transferida essencialmente para Espanha e Itália, que assim terão as suas quotas acrescidas.

Fazer a média baseada nas campanhas que foram mais desfavoráveis a Portugal, deixando de fora justamente a campanha que prejudicou a Espanha, e impondo o congelamento por três anos para alterações a este sistema, é uma manifestação clara de discriminação face à produção portuguesa. Uma discriminação que pode eventualmente vir a ser agravada com as normas de qualidade e de normalização da produção que vierem a ser aprovadas.

Como refere a exposição feita pela Associação dos Industriais de Tomate ao eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, que reproduzimos em separado, "as consequências, no tecido económico e social português, decorrentes da entrada em vigor do sistema preconizado pela proposta, revestem um carácter que, sem qualquer atitude alarmista, podemos qualificar como catastrófico".

Ainda mais do que a questão imediata da quota do tomate, em causa está um precedente de extrema gravidade e inegável injustiça, que recoloca na ordem do dia o papel de Portugal entre os Quinze. Um problema de fundo a exigir uma tomada de posição antes de que, perdido o tomate e o resto, nada mais nos reste do que aceitar docilmente sermos uma estância de recreio de União Europeia, com o povo português de braços abertos numa crucificação sem esperança nem futuro.

ciar a retirada de outros produtos não cobertos pelo sistema. Os restantes 50 por cento serão provenientes de fundos públicos, mas só cerca de 80 por cento desses 50 por cento serão financiados pela UE, o que põe em causa a solidariedade financeira (restringindo o montante de co-financiamento e praticando uma quase renacionalização da PAC, enquanto se impõem quotas produtivas globais em alguns produtos). É verdade que para as regiões mais desfavorecidas se prevê um financiamento de 90 por cento (dos 50 de fundos públicos), bem como apoios para organizações interprofissionais e para acções de carácter transnacional com uma participação pública de 60 por cento, mas nada disto altera o facto de se estar perante uma situação que contrasta radicalmente com o financiamento global que tiveram as outras OCM já aprovadas.

Em conclusão, pode dizer-se que estão postos em causa os três princípios da PAC: a unicidade do mercado (como reagirão as organizações de produtores e quais os esquemas para países com forte fragmentação, como Portugal); a preferência comunitária (abertura ao GATT, acordos comerciais com países terceiros, a não invocação da mesma preferência comunitária); e a solidariedade financeira (a renacionalização da OCM, o co-financiamento muito reduzido, a redução orçamental prevista para este sector).

Esta questão não está ainda encerrada. O assunto encontra-se neste momento a ser tratado na Comissão de Agricultura do PE, cabendo ao deputado espanhol Arias Canete a elaboração do relatório (presumivelmente muito crítico, não pela questão das quotas que de imediato tanto preocupa Portugal, mas pelo que atrás ficou exposto) a ser discutido em Novembro/Dezembro pela Comissão. Segue-se a aprovação do parecer do PE, em princípios de Dezembro, cabendo ao Conselho Agrícola o voto final. Tudo leva a crer que o regulamento da nova OCM não seja aprovado durante a presidência espanhola, antes transitando para o próximo semestre.

E a posição do Governo qual é?

A propósito desta polémica questão das quotas de tomate, Joaquim Miranda prestou ao «Avante!» o seguinte depoimento:

O PCP segue atentamente o desenrolar das negociações em curso na Comissão Europeia, no âmbito da revisão da OCM de frutas e legumes, tendo em vista o estabelecimento de novas quotas para a produção de tomate o que, segundo vários indicadores, se poderão vir a saldar numa redução da nossa produção em 200 mil toneladas.

Há uma série de factores que nos levam a manifestar a nossa total discordância em relação a esta proposta/possibilidade e a defender a manutenção da quota nacional no nível estabelecido actualmente.

Em primeiro lugar, o que deve ser questionado e posto em causa é o critério utilizado no cálculo na nova quota. Este tem como base a produção de anos (1992 e 1993) que foram precisamente os anos em que a produção agrícola, em geral, e de tomate, em particular, mais foi prejudicada por adversidades climáticas, nomeadamente a seca, excluindo-se os últimos dois anos nos quais os quantitativos produzidos se aproximaram das 850 mil toneladas (ultrapassando a quota fixada). Além disso esta proposta tem tanto de injusta como de prejudicial para a economia nacional, uma vez que acaba por nos lesar duas vezes: somos prejudicados directamente pela seca e, para cúmulo, vemos a nossa quota de produção reduzida por critérios de cálculo duvidosos que se aproveitam da referida seca.

Por outro lado, a produção de tomate é da maior importância para a economia nacional, não só pelo seu volume, mas também por, devido a algumas especificidades no nosso país, se registar uma grande concentração de meios humanos e materiais nesta cultura, pelo que semelhante redução de produção provocará o aumento do desemprego e a degradação das condições de vida dos agricultores que dela se ocupam. Além de que os nossos agricultores dispõem de uma capacidade e experiência acumuladas ao longo de anos que são cruciais para garantir a reconhecida qualidade do produto.

No entanto, esta polémica levanta questões bastante pertinentes

tes: uma vez que esta proposta vem da Comissão, que postura tem assumido o representante português nesse órgão, o comissário João de Deus Pinheiro? E qual é a posição do Governo português e que medidas têm sido tomadas para contrariar uma proposta tão lesiva dos interesses nacionais?

A «saúde» do senhor Comissário

O adiamento da decisão sobre a **Organização do mercado comunitário de frutas e legumes (OMC)** foi apresentada pelo governo PSD como uma sua vitória, com a televisão a dar em directo a reunião do Conselho de Agricultura, o ministro em grande plano e largos encómios para o comissário Deus Pinheiro que, nos bastidores, teria contribuído para este resultado tão vantajoso para Portugal.

Ora, segundo a sempre muito bem informada **agência Europe**, o projecto de apresentação do projecto de reforma da OCM pela Comissão foi «atrasada uma semana» (!), e tal adiamento ficou a dever-se ao facto do comissário português ter invocado «um mau estado de saúde e recorrido ao art. 4º do regulamento colegial da Comissão para obter o reenvio deste dossier para um momento politicamente mais oportuno».

Como é evidente, e a mesma notícia o sublinha, o **momento politicamente mais oportuno seria depois das eleições**, o que quer dizer que o comissário Deus Pinheiro, ao usar este procedimento regimental, 1º) evitou que se conhecesse uma derrota do **acutal governo (logo, do PSD)** em negociações comunitárias, a somar a tantas outras por que os actuais governantes são responsáveis, 2º) transformou esse adiamento numa fictícia e bem propagandeada vitória do PSD, muito oportuna na campanha eleitoral, escondendo como a Comissão e o Conselho menosprezam os interesses portugueses, o que explica os silêncios cúmplices de quem quer ser nova maioria com idêntica submissão aos ditames da União Europeia, 3º) endossou para o próximo governo o impacto muito negativo de uma decisão que resulta de negociação conduzida pelo governo PSD sem que este possa ser penalizado eleitoralmente, antes transformando o vício em virtude.

Industriais portugueses pedem intervenção do PCP

A Associação dos Industriais de Tomate, através do seu Secretário-Geral, Miguel Cambezes, enviou ao deputado do PCP, Joaquim Miranda, a exposição que a seguir se transcreve parcialmente, bem reveladora das preocupações que a questão das quotas suscita no sector.

... Foi apresentada pelos serviços da Comissão (DGVI) uma proposta de revisão da OCM para frutas e legumes.

... A proposta configura um precedente de extrema gravidade e manifesta injustiça. Com efeito e pela primeira

vez na história recente da UE, a Comissão vem propor a redução de uma quota, sem a fazer acompanhar de uma redução em todos Estados-membros.

Acresce que a mesma determina uma redução da capacidade de laboração de apenas e só um Estado-membro - no caso Portugal - com, simultaneamente, um reforço de quotas de outros, designadamente Espanha e Itália.

Sem que o nosso alerta possa e deva ser considerado como revestindo qualquer carácter revanchista, não poderemos deixar de referir que a proposta de revisão da OCM foi, certamente, elaborada por forma a satisfazer a pretensão espanhola de ver reforçada a sua capacidade produtiva.

As consequências, no tecido económico e social português, decorrentes da entrada em vigor do sistema preconizado pela proposta, reveste carácter que, sem qualquer atitude alarmista, podemos qualificar como catastrófica, susceptíveis de produzir no panorama agrícola uma convulsão difícil de prever impedindo o universo dos produtores de tomate de terem acesso a uma cultura que se verifica ser uma das mais vantajosas e adequadas à nossa

capacidade agrícola e climática.

... Releve-se ainda que os efeitos antecedentemente referidos põem determinadamente em causa todos os investimentos, vultuosos de dificuldade acrescida, realizados nos pretéritos anos pela agricultura e pela indústria, com vista à adequação à realidade do mercado que nos norteia.

A expressão numérica da proposta reduzirá Portugal a uma produção máxima, medida em quantidade de tomate transformado, de **673 000 Tons.** para concentrado sendo que esta quota nacional é, no momento presente, de **832 000 Tons.** e que os quantitativos produzidos nos últimos dois anos se aproximaram das **850 000 Tons.**

E por quanto antecede, e conhecedores de que a proposta já aprovada em Colégio de Comissários deverá ser necessariamente instruída pelo Parecer do Parlamento em que V. Exa. tão dignamente nos representa, vimos solicitar a melhor atenção de V. Exa. para tão candente assunto e que permitimo-nos aditar tal solicitação com um conjunto de documentação que permitirá, inequivocamente, verificar da **JUSTIÇA** da posição Portuguesa e da iniquidade da proposta.



PONTOS CARTEAIS

Dieta

“O Estado perdeu peso”, assim titula o “Correio da Manhã” de terça-feira passada, referindo que o peso do Estado no Produto Interno Bruto baixou nove por cento entre 1988 e 1995, em consequência das privatizações. É claro que aquele diário dá a “notícia” em tons elogiosos para Catroga, ao mesmo tempo que lembra o facto de o ministro cessante aconselhar a mesma política a Sousa Franco.

Não deixa, porém, de assestar mais uma nas nacionalizadas, referindo que estas apresentam saldo negativo. Um dos pretextos para as vender ao desbarato. Feitas as contas, não se fica a saber o que ganharam os portugueses - nomeadamente os trabalhadores lançados no desemprego pelo processo das privatizações. Nem nos contam

quanto o capital enfiou ao bolso. Mas isso são outras contas. Entretanto, a dieta pode continuar. Enquanto emagrece o Estado, os portugueses apertam o cinto...

Tréguas

Abriam-se tréguas com o Partido Socialista. Os trabalhadores já disseram da suas expectativas, embora não deixem de lembrar que continuarão a lutar pelos seus direitos e regalias sociais. O patronato graúdo recebeu o venerador Guterres e achou bem as garantias que este foi oferecer, sem deixar de sublinhar as suas exigências. Os ministros cessantes, como Catroga, até dão conselhos. Cavaco, por seu lado, garante pretender ajudar Guterres se conseguir morada em Belém... Aparentemente, Guterres não pode queixar-se. Mas... o facto

é que as coisas não lhe começaram bem. É no interior do PS que ferve a cizânia. Saltam vereadores, queixam-se aspirantes aos lugares, Guterres faz saber que não vai haver distribuição de bolo.

Ainda na segunda-feira deixava entrever as suas dificuldades, revelando, segundo o “Público”, que já havia governo mas que faltava a equipa...

E a maçonaria foi apresentar as suas queixas, com o grão-mestre a mostrar-se preocupado, segundo o “Expresso”, com a preponderância de católicos, em desfavor dos maçons. Será que Candal tinha razão com a sua teoria dos lobbies e não era o PP que pretendia atingir, como logo Pacheco Pereira quis fazer crer, afunilando as

declarações truculentas do socialista aveirense?

Batatas quentes

Mas as rosas têm sempre os seus espinhos. E o novo governo já começa a ser atacado antes mesmo de tomar posse. Não pelas suas intenções ou pelos sinais que dá de uma política pouco diferente daquela que a defunta maioria PSD praticou. Especialistas em batatas quentes andaram por aí à cata de algumas para lançar nas mãos de Guterres.

Por exemplo: ao contrário de Cavaco, que se mostra manso e jura a pés juntos que já não é do PSD - até entregou o cartão, vejam isto! -, outro candidato a

Belém, o inefável Aristides Teixeira, que certamente se deixou encantar pelo lugar de tanto vê-lo da Ponte, preparou um buzinho sozinho para lançar sobre o PS. Tão sozinho que não se ouviu nada. Por seu lado, o “Diabo”, cuja directora ficou inconsolável com a derrota, farejou “um roubo recente na base naval de Toulon”, em França, que terá envolvido dados confidenciais da Marinha de Guerra portuguesa”. E exulta com o que chama a “primeira batata quente de António Vitorino”. Há mais: o grupo ecologista Quercus, tão do agrado ambiental do PSD, já se lançou ao ataque. E, depois de ter preparado durante dois anos (!) um estudo sobre as lixeiras portuguesas, faz um ultimato ao novo Governo, dando um prazo de seis meses(!) para acabar com o lixo. O PS tem inimigos de monta!...

PONTOS NATURAIS

Carta (brandamente) aberta a M. Sousa Tavares

I

A glória de Miguel Sousa Tavares foi ter escrito no «Público» uma peça contra o PCP. Triste glória! Outros, antes dele, ao longo dos anos A.25, a procuraram também. Alguns por outros meios, é certo, talvez porque escrever, mesmo com pés de chumbo, não fosse o forte deles.

Passasse a coisa no círculo de amigos e compadres e nada aconteceria digno de registo. Mas passou num grande órgão de comunicação, onde costuma ser *opinion maker*.

Exprimisse ele seus pontos de vista, tudo bem. Foi para conquistar essa liberdade que tanta gente passou a juventude na prisão ou perdeu a vida. Na rua onde eu morava, a dois metros da casa onde vivia, a PIDE matou José Dias Coelho. E sabes por que morreu Dias Coelho? Sabes porquê, Miguel? Porque não quis indiciar a minha casa à polícia. Em vez de entrar, preferiu expor-se. Mas foi à custa desse e de milhares desses que tu hoje tens a possibilidade de escrever... para os perseguir. Engraçado, como tu dizes.

II

Mas tu não sabes o que se passa, hoje mesmo. E já não me refiro ao que não sabes por incúria profissional. Por exemplo: tenho à frente dos olhos o comunicado do STAPE onde a CDU aparece com 503 895. Ora, sendo a votação da CDU, em 1991, quando incluía os votos da UDP, 501 694, onde raio foste tu buscar a conclusão de que a

CDU não recuperara um único voto? Que diabo, quem quer ser *opinion maker*, há-de ter mais precaução para evitar a acusação de estar agindo de má-fé.

Tu não sabes que o Poder considera o PCP o seu verdadeiro inimigo. Mas já não pode perseguir-lo, ilegalizá-lo, prendê-lo. Usa tática mais sofisticada: tira-lhe o oxigénio. Destruiu a Lisnave, a Mague, a CN Navegação, a Parry & Son, as grandes concentrações industriais. Depois, amordaça-o. A campanha eleitoral na televisão

foi das coisas mais sórdidas a que já assisti em 30 anos de crítica. Agora, a partir daqui continuarás a achar indiferente que o partido exista ou não? Pobre tonto, não aprendeste nada com Brecht. A tática é sabida: primeiro vão os comunistas, depois vão os outros. Quem sabe mesmo se tu já não estás na calha...

III

Vou contar-te outra coisa. No último Natal, com a família longe, consoei no Sindicato dos Empregados do Comércio. Contaram-me coisas! Contaram-me em discurso directo, tás a ver? Contaram-me como, nas empresas, os primeiros despedidos são os comunistas. E como a repressão se abate sobre os sindicalistas. E como a mira está sempre apontada aos delegados sindicais. A fome, a insegurança, a instabilidade, os filhos, os pais, as pessoas doentes - e os subsídios que não há para acudir às angústias mais urgentes, e os dias apertados no pescoço, e o suor das noites mal dormidas. Pois, apesar disso, nem a resignação, nem o medo, nem os joelhos dobrados: sobre todas as coisas, a preocupação de encontrar o melhor caminho para a luta...

IV

Pois então, homem? Meio milhão de pessoas feitas deste material não são motivo de confiança? Merecem elas mesmo as palavras reptilmente baixas que levaram a tua chancela? Honestamente, já vomitaste os fantasmas todos ou consegues dormir com algum ainda debaixo da almofada?

Mário Castrius



FRASES da SEMANA

“Pode ser que, nestes três meses que medeiam até às eleições presidenciais, Cavaco Silva seja capaz de se reciclar e surgir como um candidato presidencial credível.”

✉ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 14.10.95)

“Nogueira foi crucial na degradação política do PSD.”

✉ (José Miguel Júde - «Semanário», 14.10.95)

“Que ninguém se iluda, vamos ser oposição.”

✉ (Fernando Nogueira - «Correio da Manhã», 11.10.95)

“O Sporting está na oposição.”

✉ (Pedro Santana Lopes - «Expresso», 14.10.95)

“Não me candidato contra Nogueira.”

✉ (Mota Amaral - «O Diabo», 17.10.95)

“Estou a pensar escrever um livro...”

✉ (João Raimundo, antigo presidente do Instituto Politécnico da Guarda, em entrevista, num intervalo do julgamento - «Público», 14.10.95)

“A clientela cavaquista desempregada soma muitas centenas de pessoas. Mas a maioria limita-se a trocar o telemóvel do Governo pelo da empresa.”

✉ (Lurdes Feio - «Visão», 12.10.95)

“Nunca voltarei a gerir dinheiro de outros.”

✉ (Pedro Caldeira - «Público», 16.10.95)

“A minha especialidade não é a cultura, mas os bancos.”

✉ (Rui Vilar - «Público», 10.10.95)

“Uma vez que é para sair, saio já.”

✉ (Mota Amaral, em comunicação ao país - «Telejornal»/RTP, 11.10.95)

“Por mim, continuo à espera de melhores dias. Sei que o meu valor, um dia, há-de vir ao de cima.”

✉ (Jorge Costa, jogador do F.C.Porto - «Record», 17.10.95)

“No jobs for the boys...”

✉ (António Guterres, em inglês no original, citado em «Público», 15.10.95)

“Não é este o país onde, na informação televisiva, se confunde o criar de uma imagem com a aplicação obrigatória de gel no cabelo?”

✉ (João Lopes - «Expresso-Cartaz», 14.10.95)

Reuniões e plenários das organizações do PCP

Algés

Plenário de militantes da freguesia para análise dos resultados das eleições legislativas e das perspectivas de trabalho futuro da organização: sábado, 21, às 15h, no Centro de Trabalho de Algés.

Plenário da JCP/Oeiras: no CT de Algés, sábado às 15h.

Almeirim

Reunião concelhia do PCP/CDU para balanço das eleições legislativas: sexta-feira, 20, às 21h, no CT do PCP.

Alpiarça

Plenário concelhio para balanço das eleições e discussão do trabalho futuro: segunda-feira, 23, às 21h, no CT.

Lisboa

Plenários de militantes da organização de freguesia dos Olivais, para discussão dos resultados eleitorais, orientações de trabalho futuro e reforço da organização partidária local: hoje, quinta-feira, às 21h, e sábado, dia 21, às 15h, no CT dos Olivais.

Pela dinamização de toda a organização do Partido na freguesia de

Benfica: plenário de militantes da organização local, sábado, dia 21, a partir das 15h, no CT de Benfica.

Montemor-o-Velho

Plenário de militantes e amigos do PCP do concelho de Montemor-o-Velho, para análise das eleições legislativas e discussão da acção fuura do Partido: sexta-feira, dia 20, às 21h30, no CT de Montemor, com a participação do camarada Sérgio Teixeira.

Paredes

Reunião concelhia de militantes para discussão de resultados eleitorais e conjuntura política decorrente e das tarefas dos comunistas no quadro actual e nos próximos meses, com a participação do camarada Serafim Brás: no CT de Paredes, domingo, 22, a partir das 09h30.

Santarém

Reunião de militantes sobre a situação política decorrente das eleições e próximas tarefas do Partido: sexta-feira, 20, às 21h30, no CT de Santarém.

Setúbal

Plenário de militantes da organização da Gâmbia, para discussão dos resultados eleitorais e acção do Partido, com a participação do camarada Valdemar Santos: sábado, 21, às 21h, em casa do camarada Arlequim.

Sintra

Plenários para discussão dos resultados elei-

guesia de Terrugem, com a participação de Jaime da Mata: no CT de Terrugem, hoje, quinta-feira às 21h30;

- de militantes do PCP e activistas da CDU da freguesia de Belas, com a participação do camarada Edgar Correia: sábado, 21, às 16h, no Salão Polivalente da Junta (URPIB);

- das freguesias de Santa Maria/S. Miguel e S. Martinho: quarta-

VOLTA SALOIA Sintra, Ericeira, Mafra, etc.

promovida pela Organização de Freguesia do FEIJÓ

Dia 29 de Outubro

(Inscrições: tel. 2590820)

torais e tarefas do Partido no concelho:

- da freguesia de Colares, com a participação do camarada Jaime da Mata: sexta-feira, 20, às 21h30, no CT de Murcifal;

- dos militantes da CM e SMAS, com a participação do camarada Romeu do Rosário: no CT de Rio de Mouro, hoje, quinta-feira, às 18h;

- dos militantes da fre-

feira, 25, às 21h30, no CT de Sintra.

Soure

Plenário de militantes e amigos do PCP do concelho de Soure, para análise das eleições legislativas e discussão da acção futura do Partido: hoje, quinta-feira, às 21h30, no CT de Soure, com a participação do camarada Sérgio Teixeira.

A afirmação de que se verifica uma crise dos parlamentos e um declínio do parlamentarismo é muito frequente. Apontam-se como causas a perda do protagonismo dos deputados para os partidos, a disciplina partidária, em particular das maiorias de apoio aos governos, a influência dos grupos de pressão, a integração comunitária, a concorrência da comunicação social, os sistemas eleitorais, as tendências governamentalizadoras, as condições deficientes de trabalho, o antiparlamentarismo mais ou menos recorrente, etc. Este estudo parte do princípio de que não basta falar em crise do parlamentarismo e enumerar em abstracto causas. Importa analisar os fenómenos com base nos dados concretos, para verificar em que medida existe a crise, em que se traduz, e, em resumo, qual é o lugar da Assembleia da República no sistema político português.

Preço: 4.998\$00

Desejo receber o livro O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político, de Luís Sá, à cobrança acrescido de despesas de porte.

Nome _____

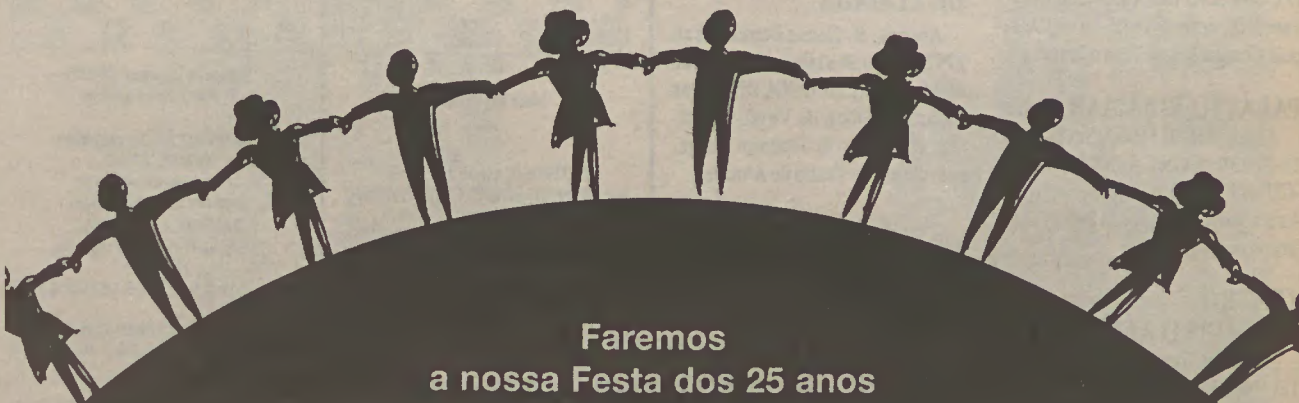
Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para: Edições «Avante!», SA,
Al. St. António dos Capuchos, 6-B, 1100 Lisboa

FESTA 25

CGTP Amor



Faremos
a nossa Festa dos 25 anos
no Pav. Carlos Lopes
dia 20, às 21h 30

Haverá
animação
musical
e uma
intervenção de
M. Carvalho
da Silva

Secretário Coordenador
da CGTP

Nas festas de anos
juntam-se amigos

Contamos pois,
com a sua/vossa presença,
que muito nos honrará

Guardar-lhe-emos
um lugar
sentado
caso chegue
até à hora
marcada



«A Menina e o Sena»

– Exposição de Pintura de Miguel Mira no Panteão Nacional (Campo Mártires da Pátria)

De 25 de Outubro a 29 de Novembro, das 10 às 17h, excepto às segundas-feiras

Bernardo Marques

– obras inéditas na Galeria de Colares, de 21 de Outubro a 26 de Novembro, de quinta a domingo das 15 às 19h30



TEATRO

AUDITÓRIO CARLOS PAREDES

Lisboa, R. Gomes Pereira, 17 (Edifício da JF de Benfica). Tel. 7154565. De 4ª a sáb. às 21h.30, dom. às 17.30. O CONCÍLIO DO AMOR, de Oskar Pannizza, encenação de David Dias, pela Companhia de Teatro Praga.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. Tel. 4115060. Sexta-feira às 21h30. LORCA-ESPANHA-CUMPLICIDADES, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo-Grupo de Teatro.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. DIA DE MARTE, de Edward Bond, encenação de António Fonseca, pelo grupo 4º Período - o do Prazer (Estreia hoje, quinta-feira. Até 29 de Out.)

TEATRO DA MALAPOSTA

Odivelas, Rua de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A ÚLTIMA SEMANA ANTES DA FESTA, de Carlos Coutinho, encenação de Mário Jacques, pelo Teatro da Malaposta (até 31 de Out.).

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cascais, no Cruzeiro (Monte Estoril). Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às

21.30, dom. às 17.00. INVENTÁRIOS, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. FILOPÓPOLIS - Uma Lição de Política, de Virgílio Martinho, encenação de Joaquim Benite, pelo elenco do Teatro de Almada.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. A LOUCA DE CHAILLOT, de Jean Giraudoux, encenação de Rui Mendes, pelo elenco do Teatro Nac. D. Maria II (até 22 de Out.)

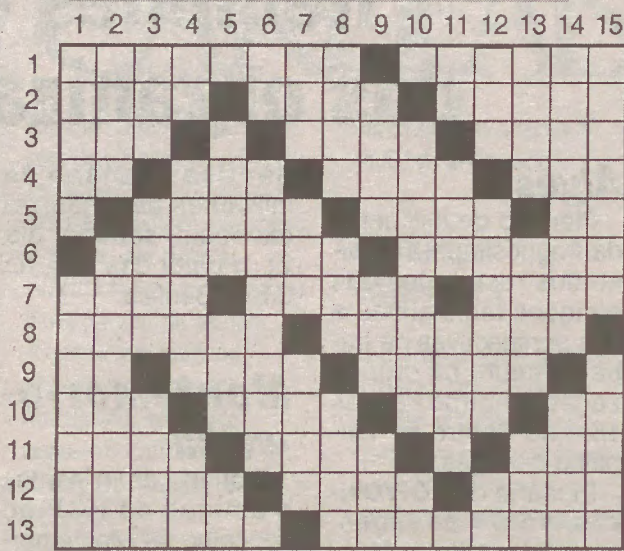
TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. Portas Sto. Antão. Tel. 3431200. DE AFONSO HENRIQUES A MÁRIO SOARES, de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Lg. da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 19.15. O DIA SEGUINTE, de Luís Francisco Rebelo, encenação de João Leite.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 – Antros; doença causada por vírus. 2 – Ligas; antepassados; rebolem. 3 – Pron. pessoal; título dos descendentes de Mafoma; jogo de rapazes. 4 – Ouro (s.q.); cabelos brancos; pron. pess.; malícia. 5 – Bote; capas sem mangas; batráquio. 6 – Físico e astrónomo italiano; sacrificar. 7 – Rabino; enganos; bóia. 8 – Sufocai; gritaria. 9 – Bário (s.q.); ácido; sófrego. 10 – Enguia; letra grega; patrão; agora mesmo. 11 – Numeral; peça de vestuário feminino; tã. 12 – Nome de homem; mulher de Abraão; montão de palha. 13 – Curara; fartares.

VERTICAIS: 1 – Aquele que aparenta austeridade ou virtude; travessos. 2 – Ímpio; basofoiro. 3 – Baixo; saliva viscosa; localidade famosa pelo seu pão de ló. 4 – Estás; soberano entre os muçulmanos; a 1.ª mulher. 5 – Derrotei; actuei; ouro francês. 6 – Sódio (s.q.); fabricantes de selas. 7 – Saudação entre os romanos; decifrar; letra grega (pl.). 8 – Adicione; larva das feridas dos animais; camareiras. 9 – Depósito de cereais; interj. de chamamento; altar de sacrifícios. 10 – Pisava de novo; Actínio (s.q.). 11 – Partir; o tio da América; montão. 12 – Grande quantidade; qualquer rumor; cruel. 13 – Remoinhos de água; flanco; possuir. 14 – Isolado; pedra ornamental esverdeada. 15 – Metera na mala; jogo.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

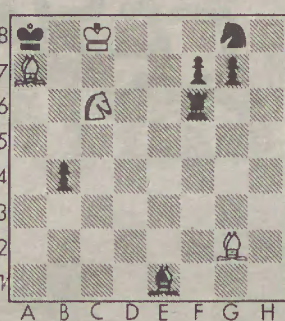
HORIZONTAIS: 1 – Voluntariosos. 2 – Libara; frades. 3 – Alego; Sam. agita. 4 – Só; damos; ao. 5 – Má; ramadão; ut. 6 – Au; Gama; arca; ar. 7 – Carola; argola. 8 – Trato; gás; erros. 9 – Já; arras; oc. 10 – Pá; gladiar; os. 11 – Dó; dei; uma; or. 12 – Embalam; aderira. 13 – Zoa; omissos; nós.

VERTICAIS: 1 – Lai; acta; dez. 2 – Vil; muar; pomo. 3 – Obesa; Rajá; Ba. 4 – Lago; gota; dá. 5 – Uro; ralo; gelo. 6 – Na.; dama; aliam. 7 – Sama; grã; mi. 8 – Acama; pardo. 9 – Moda; sai; as. 10 – If; sara; saúde. 11 – Ora; ocre; Inês. 12 – Saga; agro; ar. 13 – Odiou; Orco; in. 14 – Set; talo; soro. 15 – Sal; raso; rãs.

XADREZ

DXXXIII – 19 DE OUTUBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO N.º 1995X079
Por THEODOR NISSEL
Deutsches Wochenschach, 23.XI.1913

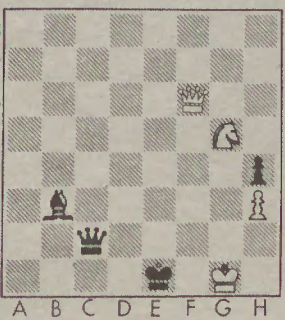
Pr. [7]: Ps. b4, f7, g7 - Cg8 - B6l - Tf6 - Ra8
Br. [4]: Cc6 - Bs. a7, g2 - Rç8



Mate em 7 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1995X080
Por FILIPP SIEMIONOVITCH BONDARIENKO
Shakhmaty v. URSS, 1940

Pr. [4]: Ph4 - Bb3 - Dc2 - R6l
Br. [4]: Ph3 - Cg5 - Df6 - Rg1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXXXIII

N.º 1995X079 [Th. N.]: 1. Bc5!, Tg6; 2. Bf3, Tf6; 3. B6a, Tf4; 4. Bd5, Cf6; 5. Ce7+, Cd5; 6. Cd5; 7. Cc7 e #

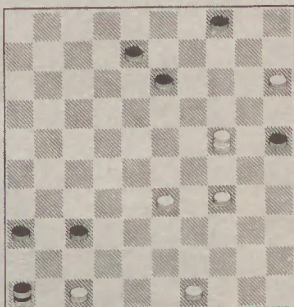
N.º 1995X080 [F.S.B.]: 1. Cf3+, Rd1; 2. Dd4+, Rç1; 3. Da1+, Db1; 4. Cd2!, Dxa1; 5. Cb3+, Rb1; 6. Ca1, Rxa1; 7. Rg2 e g.

A. de M. M.

DAMAS

DXXXIII – 19 DE OUTUBRO DE 1995
PROPOSIÇÃO N.º 1995D079
Por Harm Wiersma
Torneio da Indústria do Açúcar
Amsterdan, 1974
(contra: Vlatislav Tchiegoliev)

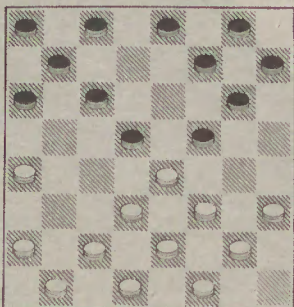
Pr.: [7]: 4-8-13-25-36-37-(46)
Br.: [6]: 15-(24)-33-34-47-49



{Branças jogaram: 29-24?}
Pretas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1995D080
GOLPE N.º 142
In Tratado Completo do
Jogo das Damas Clássicas
HENRIQUE DA CUNHA
1.ª edição, Porto, Liv. Progredior,
21.V.1943

1. 10-14, 22-19; 2. 5-10, 27-22; 3. 1-5, 22-18; 4. 12-16
Diagrama
(Pr. [12]: 18-19-21-23-24-25-26-28-29-30-31-32; Br. [12]: 2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-14-16
Pr.+)



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXXXIII

N.º 1995D079 [H.W.]: 1. (37-42); 2. 47-38, (4-10); 3. 15-4, (46-19); 4. 4-31, (19-26)+
N.º 1995D080 [H. da C.]: 4. 18-13; 5. 9-18, 19-15; 6. 11-27, 31-13; 7. 10-17, 24-20; 8. 16-23, 28-1=+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 19

Rochedos Humanos

«The Spoilers» (EUA/1955). Real.: Jesse Hibbs. Int.: Anne Baxter, Jeff Chandler, Rory Calhoun, Barbara Britton, Raymond Walburn. Cor, 82 min. «Western». (15.00, SIC)

O Pequeno Criminoso

«Le Petit Criminel» (Fr./1990). Real.: Jacques Doillon. Int.: Gérald Thomassin, Richard Anconina, Clotilde Courau, Jocelyne Perhirin. Cor, 100 min. Ver Destaque. (22.50, TV2)

Arco-Íris

«The Rainbow» (Gr.Br./1988). Real.: Ken Russell. Int.: Sammy Davis, Paul McGann, Amanda Donohoe, Christopher Gable, David Hemmings, Glenda Jackson. Cor, 112 min. Ver Destaque. (01.00, Canal 1)

SEXTA, 20

Uma Aventura Louca

«The Brass Bottle» (EUA/1964). Real.: Harry Keller. Int.: Tony Randall, Burl Ives, Barbara Eden, Edward Andrews, Ann Doren. Cor, 86 min. Comédia. (15.00, SIC)

Telefone

«Telefon» (EUA/1977). Real.: Don Siegel. Int.: Charles Bronson, Lee Remick, Donald Pleasence, Patrick Magee, Alan Badel. Cor, 98 min. Ver Destaque. (22.00, TV1)

A Tenda dos Milagres

(Brasil/1977). Real.: Nelson Pereira dos Santos. Int.: Hugo Carvana, Sónia Dias, Anecy Rocha, Wilson Jorge Mello, Geraldo Freire. Cor, 148 min. Ver Destaque. (23.50, TV2)

CIA em Dupla Missão

«Covert Action» (EUA/1978). Real.: Romolo Guerrieri. Int.: David Janssen, Corinne Clery, Arthur Kennedy, Maurizio Merli, Philippe Leroy. Cor, 91 min. Espionagem. (00.35, TV1)

Noites Tropicais

«Tropical Nights» (Índia). Real.: Jag Mundhra. Int.: Lee Anne Beoman, Asha Siewkunar, Ashok Rao. Cor, 83 min. Aventuras. (01.35, Canal 1)

Caça Selvagem

«Cutting Class» (EUA/1989). Real.: Raspo Pallenberg. Int.: Donovan Leitch, Jill Schoelen, Brad Pitt, Roddy McDowall. Cor, 91 min. Comédia / Terror. (03.00, Canal 1)

SÁBADO, 21

Conquista da Justiça

«Child Lost Forever» (EUA/1992). Real.: Claudia Weil. Int.: Beverly D'Angelo, Dana Ivey, Michael McGrady, Max Gail, Hank Stratton. Cor, 90 min. Drama. (17.30, TV1)

O Rebelde Aventureiro

«The Master of Ballantrae» (Gr.Br./1953). Real.: William Keighley. Int.: Errol Flynn, Anthony Steel, Roger Livesey, Beatrice Campbell. Cor, 85 min. Aventuras. (20.30, TV2)

F/X - Efeitos Mortais

«F/X» (EUA/1985). Real.: Robert Mandel. Int.: Bryan Brown, Brian Dennehy, Diane Venora, Cliff de Young, Mason Adams. Cor, 104 min. Ver Destaque. (22.55, Canal 1)

Águia de Ferro

«Iron Eagle II» (Can./1988). Real.: Sidney J. Furie. Int.: Louis Gossett, Jr., Mark Humphrey, Stuart Margolin, Alan Scarfe. Cor, 96 min. Acção / Guerra. (01.10, Canal 1)

Sublime Tentação

«Friendly Persuasion» (EUA/1956). Real.: William Wyler. Int.: Gary Cooper, Dorothy McGuire, Marjorie Main, Anthony Perkins. Cor, 131 min. Ver Destaque. (01.10, TV1)

As Noites Loucas de Jimmy Reardon

«A Night in the Life of Jimmy Reardon» (EUA/1987). Real.: William Richert. Int.: River Phoenix, Ann Magnuson, Meredith Salenger. Cor, 88 min. Comédia. (01.40, TV2)

DOMINGO, 22

Perry Mason e o Caso do Repórter Enfurecido

«Perry Mason: The Case of the Ruthless Reporter» (EUA/1991). Real.: Christian Nyby II. Int.: Raymond Burr, Barbara Hale, William R. Moses. Cor, 100 min. Telefilme Policial. (17.10, SIC)

Os Filhos

«Babies» (EUA/1990). Real.: Michael Rhodes. Int.: Lindsay Wagner, Dinah Manoff, Marcy Walker, Adam Arkin. Cor, 89 min. Comédia Dramática. (17.30, TV1)

Namorado, Precisa-se

«My Boyfriend's Back» (EUA/1993). Real.: Bob Balaban. Int.: Andrew Lowery, Tracy Lind, Danny Zorn, Edward Herrmann. Cor, 82 min. Comédia. (19.45, TV2)

O Padrinho II

«The Godfather, Part II» (EUA/1974). Real.: Francis Ford Coppola. Int.: Al Pacino, Robert De Niro, Robert Duvall, Diana Keaton. Cor, 192 min. Ver Destaque. (23.15, SIC)

Corações de Papel

«Torch Song Trilogy» (EUA/1988). Real.: Paul Bogart. Int.: Harvey Fierstein, Anne Bancroft, Matthew Broderick, Brian Kerwin. Cor, 115 min. Ver Destaque. (00.35, TV2)

SEGUNDA, 23

O Órfão Perdido

«Meet me at the Fair» (EUA/1953). Real.: Douglas Sirk. Int.: Dan Dailey, Diana Lynn, Hugh O'Brien, Carole Mathews, Rhys Williams. Cor, 85 min. Musical. (15.00, SIC)

Tudo Bons Rapazes

«GoodFellas» (EUA/1990). Real.: Martin Scorsese. Int.: Robert De Niro, Ray Liotta, Joe Pesci, Lorraine Bracco, Paul Sorvino. Cor, 140 min. Ver Destaque. (22.50, SIC)

A Cor Negra da Morte

«Paint it Black» (EUA/1989). Real.: Tim Hunter. Int.: Rick Rossovich, Sally Kirkland, Martin Landau, Julie Carmen, Doug Savant. Cor, 101 min. «Thriller». (01.00, Canal 1)

TERÇA, 24

Uma Aventura de Buffalo Bill

«The Plainsman» (EUA/1936). Real.: Cecil B. DeMille. Int.: Gary Cooper, Jean Arthur, James Ellison, Charles Bickford, Porter Hall. P/B, 108 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

Alta Traição

«No Way Out» (EUA/1986). Real.: Roger Donaldson. Int.: Kevin Costner, Gene Hackman, Sean Young, Will Patton, Howard Duff, George Dzundza. Cor, 114 min. Ver Destaque. (21.50, Canal 1)

«Alligator Eyes»

«Alligator Eyes» (EUA/1991). Real.: J. Felkam. Int.: Annabelle Larson, Roger Kabler, Mary McLain, Allen McCullough. Cor, 100 min. Comédia Dramática. (01.35, Canal 1)

QUARTA, 25

Herança de Honra

«Taza, Son of Cochise» (EUA/1954). Real.: Douglas Sirk. Int.: Rock Dudson, Barbara Rush, Gregg Palmer, Bart Roberts, Morris Ankrum. Cor, 76 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

O Guerreiro Sagrado

«The Beastmaster» (EUA/1982). Real.: Don Coscarelli. Int.: Marc Singer, Tanya Roberts, Rip Torn, John Amos, Rod Loomis. Cor, 120 min. Fantasia. (00.50, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

PROGRAMAÇÃO



«A Mãe», teatro com produção britânica e mais uma grande interpretação de Anne Brancoft

Quinta, 19

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.20 Kananga do Japão
17.00 Os Dias Úteis
18.00 Pantanal
19.15 Lotaria Nacional
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 A Idade da Loba
21.35 A Mulher do Sr. Ministro
22.10 Roberto Leal
23.10 Paul McKenna
00.10 24 Horas
00.40 Remate
01.00 Arco-Íris
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.35 NBA
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.15 Musical: «Concerto da Paz» (I)
20.20 D. Quixote
21.15 Dinheiro em Caixa
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 O Pequeno Criminoso
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Viagens na Minha Terra
01.00 Ver Artes
01.25 Prémios da Música Americana 1995 (3)

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Rochedos Humanos
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.55 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.45 Trapalhões em Portugal
21.15 A Próxima Vítima
22.15 Surprise
23.45 A Noite da Má-Língua
00.55 Último Jornal
01.15 No Fim do Mundo

TVI

10.30 Vida Selvagem
11.10 Telhados de Vidro
11.45 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.50 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 Models
24.00 TVI Jornal + Primeira Fila

Sexta, 20

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.20 Kananga do Japão
17.00 Os Dias Úteis
18.00 Pantanal
19.15 Lotaria Nacional
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Isto É Agilido
21.40 A Idade da Loba
22.35 Malta Gira
23.35 Murphy Brown
00.05 24 Horas
00.35 Remate
00.55 Contos Assombrosos
01.30 Noites Tropicais
(ver «Filmes na TV»)
02.25 Caça Selvagem
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.35 Motociclismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Três Dias para Ganhar
19.20 Artes e Letras: «O Século do Cinema» - V
20.15 Irmãs
21.10 Máquinas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Actual Reportagem
23.50 A Tenda dos Milagres
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Uma Aventura Louca
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.50 Os Malucos do Riso
21.30 A Próxima Vítima
22.30 Luna Parque
00.30 Os Donos da Bola
01.45 Último Jornal
02.00 Play Boy

TVI

10.30 Caixa de Perguntas
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 Telefone
(ver «Filmes na TV»)
00.35 CIA, em Dupla Missão
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 21

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.30 Clube Disney
12.30 Praça de Touros
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Automobilismo (Fórmula 1)
14.00 Top +
14.35 Jovens Americanas
15.55 A «Outra» Senhora Greenville
16.40 Pantanal
18.00 Futebol: Leça-Farense
19.45 Totoloto
20.00 Telejornal
21.00 Parabéns
22.55 FX - Efeitos Mortais
(ver «Filmes na TV»)
00.35 24 Horas
01.10 Águia de Ferro - II
(ver «Filmes na TV»)
02.50 Musical - Johnny Griffin
04.15 Automobilismo - Grande Prémio do Pacífico (Fórmula 1)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 A Verdadeira História de Alcatraz
13.50 Euronews
14.45 Marcos da Ciência
15.00 TV2 Desporto
18.00 Circo
19.00 Arsène Lupin
19.50 Para Além do Ano 2000
20.30 O Rebelde Aventureiro
(ver «Filmes na TV»)
22.00 TV2 Jornal
22.30 Cantares de Amigo
23.30 Remate
23.40 Jogo Falado
00.10 Tribunal de Polícia
01.40 As Noites Loucas de Jimmy Reardon
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
12.30 Portugal Radical
13.00 Quatro por Quatro
14.00 Muita Lóco
15.00 Dra. Quinn
16.00 Cosby Show
16.45 Sinhá Moça
18.00 Futebol: Guimarães-Felgueiras
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.45 Big Show Sic
01.20 Último Jornal
01.35 Minas e Armadilhas

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.15 Missa
13.45 Portugal Português
15.15 Jornal do País
15.45 Olhó Popular!
17.30 Os Filhos
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal
20.10 Menina Prodígio
21.15 Jogo do Ganso
23.20 Últimas Notícias
23.45 Modelo e Detective

Domingo, 22

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Made In Portugal
14.10 86-60-86
14.50 Amores Perfeitos
16.00 Heróis de Snowy
16.50 Robocop
17.45 A Festa dos Preços
18.55 Casa Cheia
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Futebol: Chaves-Benfica
22.50 Nico d' Obra
22.10 Estrelas do Hipnotismo
00.25 24 Horas
01.00 Paixões
01.50 No Calor da Noite

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 Agricultura
11.55 Regiões
12.55 Euronews
14.00 TV2 Desporto
18.45 Circo
19.25 O Homem e a Cidade
19.45 Namorado, Precisa-se
(ver «Filmes na TV»)
21.05 O Mundo de Cá
22.00 TV2 Jornal
22.30 Vidas a Meias
23.00 Domingo Desportivo
00.45 Corações de Papel
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
13.00 BBC - Vida Selvagem
14.10 Internacional SIC
14.40 Príncipe de Belair
15.10 Olho de Falcão
16.10 Os Imortais
17.10 Perry Mason e o Caso do Repórter Enfurecido
(ver «Filmes na TV»)
19.10 Cenas de um Casamento
20.00 Jornal da Noite
20.50 História de Amor
22.00 Chuva de Estrelas
23.15 O Padrinho II
(ver «Filmes na TV»)
02.25 Último Jornal

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.15 Missa
13.45 Portugal Português
15.15 Jornal do País
15.45 Olhó Popular!
17.30 Os Filhos
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal
20.10 Menina Prodígio
21.15 Jogo do Ganso
23.20 Últimas Notícias
23.45 Modelo e Detective

Segunda, 23

TV 2

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera
16.25 Kananga do Japão
17.00 Os Dias Úteis
18.05 Pantanal
22.55 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 A Idade da Loba
21.15 Casados de Fresco
23.00 Scarlett & Black
24.00 24 Horas
00.30 Remate
01.00 A Cor Negra da Morte
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Uma Família Feliz
17.30 Rua Sésamo
17.55 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Comandante Migalhas
19.20 O Mundo em Guerra
20.20 Corpo e Alma
21.15 A Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.20 Musical - «In Concert» (VII)

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 O Órfão Perdido
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.45 Alta Costura Paris
20.55 A Próxima Vítima
22.00 Ponto de Encontro
22.50 Tudo Bons Rapazes
(ver «Filmes na TV»)
01.30 Último Jornal
01.45 Flash Back

TVI

10.30 Novos Ventos
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.40 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Último Casamento com a Mafía - I
23.50 TVI Jornal

Terça, 24

Canal 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera
16.25 Kananga do Japão
17.00 Os Dias Úteis
18.00 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.50 A Idade da Loba
21.50 Alta Traição
(ver «Filmes na TV»)
23.50 24 Horas
00.20 Remate
00.35 Os Olhos do Jacaré
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Golo Europa
17.30 Rua Sésamo
17.55 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Star Trek - O Caminho das Estrelas
19.20 Rotações
20.20 O Programa Discovery
21.10 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Teatro - «A Mãe»
00.55 A Par e Passo

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Uma Aventura de Bufalo Bill
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.45 Alta Costura Paris
20.55 Camilo e Filho, Lda.
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Não se Esqueça da Escova de Dentes
23.50 Casos de Polícia
01.10 Último Jornal
01.25 No Fim do Mundo

TVI

10.30 Vida Selvagem
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Último Casamento com a Mafía - II
23.50 TVI Jornal
00.25 Jornal de Negócios

Quarta, 25

Canal 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.25 Kananga do Japão
17.00 Dias Úteis
18.05 Pantanal
19.30 Golo!
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 A Idade da Loba
21.30 Falhas e Fifiás
22.00 O Renegado
23.00 Prova Oral
24.00 24 Horas
00.30 Remate
00.50 O Guerreiro Sagrado
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.05 O Meu Verão Secreto
20.05 Comboios Como Não Há Outros
21.30 Planeta Terra
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Documentário - «África Selvagem»
23.45 Musical: People - 50 Anos da ONU

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Uma Aventura de Bufalo Bill
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.45 Alta Costura Paris
20.55 Barba e Cabelo
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Número Um
00.30 Último Jornal
00.45 No Fim do Mundo

TVI

10.30 Informação Religiosa
11.10 Telhados de Vidro
11.45 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 Models
23.00 Directa
24.00 TVI Jornal
00.30 Jornal do Mundo

«People - A Musical Celebration of Diversity», feito para celebrar os 50 anos da ONU, é considerado uma obra-prima do filme de animação. Como é costume, passa na TV2 e às tantas da noite de quarta-feira



Por isto e por aquilo...

O Pequeno Criminoso

(Quinta, 22.50, TV2)

Adepto de um cinema rude e directo, erguido com poucos meios e recusando os tiques das constantes referências culturais tão caras aos seus conterrâneos colegas, o cineasta francês **Jacques Doillon** opta decididamente, na maioria das suas obras, por um realismo de características novas que alterna entre duas vias: a violência do desespero ou a serenidade da reflexão. Ambas estão mais uma vez presentes neste admirável filme no qual acompanhamos o percurso de um jovem em conflito com o mundo que o rodeia e a amizade e cumplicidade que o ligam, durante vinte e quatro horas de tormenta, a um polícia e à sua irmã. A não perder.

Arco-Íris

(Quinta, 01.00, Canal 1)

Sempre truculento, espalhafatoso e não raras vezes roçando o mau gosto do erotismo fácil, o cineasta britânico **Ken Russell** é entretanto uma figura que, pelo brilhantismo da sua imaginação visual, por vezes não se pode ignorar. Tanto mais que, na irregularidade da sua carreira, tem arrancado alguns merecidos êxitos. É de certo modo o caso deste

filme - adaptado do romance de **D. H. Lawrence** - talvez uma das suas obras mais «recatadas» e espécie de antecipação de um outro que viria a realizar mais tarde, *Women in Love*. O destaque vai, ainda, para os papéis principais desempenhados por **Amanda Donohoe** e **Sammy Davis** e, ainda, por **Glenda Jackson** e **David Hemmings**.

Telefone

(Sexta, 22.00, TVI)

Parece ser uma semana em que os vários canais apostaram em transmitir filmes de espionagem. Será que passa o aniversário de qualquer especial evento? Entre a oferta variada, que tem em geral a rapaziada da CIA como prato forte, prefiro destacar uma fita «à antiga», bem à maneira do «direitinho» **Don Siegel**, em que uns KGBs de segunda, manipulados e hipnotizados por um despeitado dissidente, pretendem espalhar o terror pela terra da Liberdade e são travados e contrariados, de forma «convincente», por um KGB de primeira (nada menos que **Charles Bronson**) vindo expressamente da Rússia dos soviéticos... Um regalo!

A Tenda dos Milagres

(Sexta, 23.50, TV 2)

É um dos filmes mais famosos do ciclo que a TV 2 tem vindo a dedicar ao cineasta brasileiro **Nelson Pereira dos Santos**. Baseado no romance homónimo de **Jorge Amado**, e com argumento escrito por este, esta obra denuncia o racismo e a repressão da cultura e das crenças populares e está dividido em cinco capítulos que retratam com fidelidade a complexa realidade brasileira.

FX - Efeitos Mortais

(Sábado, 22.55, Canal 1)

O argumento deste filme é um achado: dois funcionários do Departamento de Justiça contratam um especialista em «efeitos especiais» para o cinema para dar o seu contributo à encenação do assassinato de um chefe da Máfia - a forma mais eficaz de subtrair este à liquidação por parte dos rivais, o que, a acontecer, o impediria de depor como testemunha de acusação. Mas o nosso «especialista» cedo acaba por pressentir que está a ser usado como peça fundamental de uma qualquer golpada, embora irresistivelmente se deixe cada vez mais envolver. E, tal como ao espectador, as per-

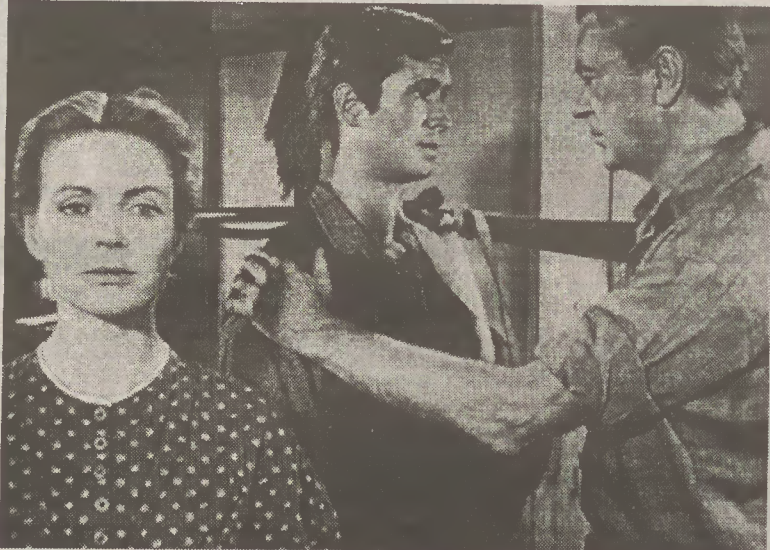
guntas começam a assaltá-lo. O assassinato do gangster foi, de facto, encenado com a ajuda dos seus «efeitos especiais» - ou aconteceu na realidade? E, afinal, quem é que queria eliminá-lo? E fará o nosso «herói» também parte da lista dos homens a abater? Tudo isto contribui para o *suspense* de um filme cuja visão é agradável e que, tendo como permissa os «efeitos especiais», está longe de exclusivamente viver deles. Além disso, há a registar um conjunto de boas interpretações, de que se destaca a desse grande actor que é **Brian Dennehy**...

espectador, do ponto de vista emocional, na atmosfera de uma obra que, embora com algumas irregularidades de percurso, acaba por revelar-se corajosa e frontal.

Tudo Bons Rapazes

(Segunda, 22.50, SIC)

O que mais impressiona neste filme de **Scorcese**, cuja história se desenrola no meio do crime organizado de Brooklyn, não é tanto a verosimilhança (que já nos é familiar) das personagens criadas por **Robert de Niro**, **Joe Pesci** ou **Ray Liotta**



Dorothy McGuire, Anthony Perkins e Gary Cooper, numa cena de «Sublime Tentação», de William Wyler



Matthew Broderick, Harvey Fierstein, Anne Bancroft e Brian Kerwin, intérpretes principais de «Corações de Papel», de Paul Bogart

Sublime Tentação

(Sábado, 01.10, TVI)

Uma família quaker é apanhada «entre os dois fogos» da Guerra da Secessão. O filho alista-se nas fileiras nortistas e o pai, que partira em sua busca, acaba por ser obrigado a entrar na refrega, renegando os seus princípios de não violência. Com a maestria de um grande cineasta, **William Wyler** ultrapassa aqui com sensibilidade os lugares-comuns de um tema tabu, conquistando merecidamente a Palma de Ouro de Cannes no festival desse ano. E **Anthony Perkins**, ombreado com talento com um mestre da arte da representação como **Gary Cooper**, desempenha um dos seus primeiros inquietantes papéis no cinema, ainda afastado dos tiques que acabariam por perdê-lo.

O Padrinho II

(Domingo, 23.15, SIC)

Tudo o que aqui foi avançado a propósito de *O Padrinho I*, transmitido na semana passada, poderia aplicar-se textualmente a *O Padrinho II*, seqüela em que assistimos à consolidação do poder de **Michael Corleone** (o herdeiro de **Brando**, **Al Pacino**). A somar a isto tudo temos (ainda!) a forma habilmente encontrada por **Coppola** para, num filme rodeado de menos óbvia violência (veja-se a exemplar seqüência da execução de **Fredo**, o irmão mais velho de **Michael**), pela primeira vez nos contar em *flash-back* a história da ascensão de seu pai, **Vito Corleone**, desta vez magistralmente personificado por **Robert De Niro** - o que ajuda a estabelecer um curioso contraste entre as personalidades tão diversas dos dois «padrinhos». E atenção ao terceiro vértice do triângulo: o sempre fabuloso **Robert Duvall**!

Corações de Papel

(Domingo, 00.35, TV 2)

Baseado numa famosa peça da Broadway, escrita e interpretada por **Harvey Fierstein**, *Corações de Papel* é um filme que se debruça, com extrema sensibilidade, sobre a assunção, por parte de um homem, da sua condição de homossexual e funciona como uma visita nostálgica ao mundo da comunidade gay nos anos que antecederam a revelação do flagelo da SIDA. O longo plano inicial do filme, em que vemos a personagem central a maquilhar-se para a representação da figura de um *travesti*, insere imediatamente o

mas a impressionante destreza com que o cineasta cria como que uma peça que se diria saída do mais brilhante jornalismo... em meio de um intenso drama ficcional! Com efeito, o filme é como que a consagração triunfal da arte de bem filmar - e, como tal, a par do realismo da caracterização psicológica dos conflitos e dos seus protagonistas, é esse o seu maior trunfo. Sem esquecer a fotografia de **Michael Ballhaus** ou a montagem de **Thelma Schoonmaker**.

Uma Aventura de Buffalo Bill

(Terça, 15.00, SIC)

Após a Guerra Civil, os traficantes de armas, por intermédio de um tal **Latimer**, tentam vender espingardas de repetição aos índios. Estes atacam um forte e **Bill Hickock** avisa o general **Custer** que envia um destacamento em socorro dos cercados, chefiado por **Buffalo Bill**. Ao pretender prestar socorro a **Calamity Jane**, caída em poder dos índios, **Hickock** é capturado e, para salvá-lo, **Jane** presta informações àqueles. Libertados, **Bill** e **Jane** esforçam-se por salvar o forte. **Bill** mata **Latimer** mas é por sua vez morto pelo capanga deste. Considerado um dos cumes do género, esta aventura de **Buffalo Bill** é um *western* magnífico, com um **Gary Cooper** em grande forma e espectaculares ajustes de contas em *saloons*. A gravar sem hesitação, já que (a exemplo de *Taza* - cf. quarta-feira) é mais um filme de primeira despachado pela SIC para um horário de segunda.

Alta Traição

(Terça, 21.50, Canal 1)

Um intenso *triller* girando à volta das paixões desencadeadas por uma mulher nas pessoas do Secretário de Estado da Defesa dos EUA e de um agente da CIA encarregado por aquele de descobrir os meandros de um crime que... ele próprio cometerá! Pelo meio, os antros do poder e da espionagem: o Pentágono, a CIA, a Casa Branca... O profissionalismo e rotina de **Roger Donaldson**, na realização, de **Kevin Costner** e **Gene Hackman**, na interpretação, e de **Sean Young**, no físico, ajudam a entreter...

Herança de Honra

(Quarta, 15.00, SIC)

Chegado o momento da morte, **Cochise** faz prometer a **Taza**, seu filho, que fará a paz com os brancos. Mas um outro filho de **Cochise**, **Naiche**, conspira com **Geromino** para fazer sabotar essas intenções. Mas **Taza** acaba por assegurar a paz. Realizado por **Douglas Sirk**, do qual a SIC tem relegado para esta hora alguns dos seus filmes mais originais - porque fugindo ao género por si mais frequentado, o melodrama - *Herança de Honra* foi filmado originalmente em 3D, e recomenda-se.



Uma cena de matança durante o flashback da vida de Vito Corleone (aqui, Robert de Niro), em «O Padrinho II», de Francis Ford Coppola



Gary Cooper (Bill Hickock) e John Miljan (General Custer), numa cena de «Uma Aventura de Buffalo Bill», de Cecil B. DeMille

Os antepassados

■ Correia da Fonseca

Intitulava-se «Antes da Guerra», era um telefilme britânico de 1977, curiosamente só agora transmitido. Falava-nos dos anos 30, do lento mas seguro crescimento do monstro que haveria de ser a Segunda Guerra Mundial, e contava-nos coisas verdadeiramente instrutivas. Mas poucos ou nenhuns telespectadores terão dado por elas: «Antes da Guerra» esteve na TV2, essa espécie de beco pouco frequentado, enquanto, na RTP 1, Roberto Carlos deslumbrava as suas fãs, na SIC o recém-nascido «Surprise Show» fazia por fascinar pacóvios, na TVI a Procissão das Velas convocava os fiéis de Fátima. Assim tão completa e diversamente cercado, ao documentário da BBC não terá restado mais que a quase completa confidencialidade.

E o que nos trazia «Antes da Guerra» para que justifique aqui especial atenção? Trazia-nos dados desde sempre esquecidos, se não mesmo ignorados, acerca de uma realidade que só adquiriu estatuto público de factor relevante, e até designação própria, muito depois de 45: os chamados meios de comunicação social, *media* para os mais íntimos. Ao contrário do que por vezes se supõe, já existiam antes da Segunda Guerra e eram importantes. Da rádio há notícias: é muitas vezes citada a forma como a dupla Hitler-Goebbels dela se serviu com eficácia nunca vista. Mas também havia a Imprensa, de que nunca se fala. E o Cinema, então com o enorme poder de impacto que decorria da ausência da TV e do facto de ser então o grande espectáculo das massas urbanas. De ambos nos falou «Antes da Guerra», e valeu muito a pena ouvir.

A estratégia da gentileza

Contou-nos como influentes meios de comunicação (designadamente o poderoso «Daily Mail», a Movietone, a 20th Century Fox) se afirmaram por activas simpatias para com a Alemanha nazi e a Itália fascista. Como, menos que por intervenções activas em favor de uma e de outra ou dos seus respectivos líderes, a sua estratégia informativa se caracterizava pela opção em favor do carácter apenas lúdico, de puro divertimento, dos seus produtos, no que se integravam numa filosofia da ligeireza e do mero divertimento que se alargava a todo o universo dos *media*. Segundo nos foi dito (pela boca de George Velvin), alegava-se que o público se

«irritaria com coisas inteligentes». Mesmo quando os filmes de actualidades incluíam notícias de eventos políticos (a política britânica a espancar antifascistas que teriam perturbado a ordem pública ao manifestarem-se contra o nazi inglês Oswald Mosley, as tropas nazis a ocuparem a Ucrânia com ostensiva violação do Tratado de Versalhes), logo se lhes seguiam imagens dos desfiles de moda, tudo assim se nivelando amenamente pela escala do *fait-divers* irrelevante e fútil.

Na Europa Central, o poder nazi alastrava sem obstáculos enquanto os patrões da Grande Imprensa e do Cinema se preocupavam imenso em «não maçar os clientes», para tanto recorrendo, sempre que necessário, a formas discretas e supostamente elegantes de censura sempre justificada pelos interesses empresariais em jogo. Em certos momentos, porém, esse espírito de gestão, suposto de inocência política, deixava resvalar a máscara e passava do farisaísmo à mera hipocrisia. Quando um homem politicamente inócuo, Ivor Montagu, quis fazer um filme sobre Thaelmann, o líder comunista alemão que se encontrava preso já há dois anos sem que sequer tivesse sido formulada acusação contra ele, foi-lhe respondido que as regras vigentes impediam que o documentarismo cinematográfico se interessasse por figuras de «criminosos». Mesmo o silêncio feito, de um modo geral, sobre a terrível repressão nazi que torturava, matava, aterrorizava, era justificado com a alegada função de «proteger o público de coisas desagradáveis». Mais explicitamente ainda: de «preservar o espírito de diversão».

Anos mais tarde, veio a saber-se qual o preço desse simpático cuidado: a cumplicidade por omissão que os *media* dispensaram ao nazifascismo foi uma boa ajuda para que a Segunda Guerra Mundial provocasse cerca de 50 milhões de mortos, a maior parte dos quais civis (ao contrário do que ocorrera com a Primeira Guerra, em que os 13 milhões de soldados mortos constituíram a muito maior parte de sinistro tributo pago). Muitos desses civis terão sido, sem dúvida, elementos do público que os donos dos *media*, gentilmente, não quiseram «maçar» com as medidas de denúncia e prevenção que alguns reclamavam como imperativas. E tamanha gentileza era, um pouco paradoxalmente, acompanhada por uma constante «respiração» anticomunista que circulava pela generalidade da Imprensa, do Cinema, da Rádio.

Sessenta anos depois

Olhava-se «Antes da Guerra» e era difícil não reflectir que aqueles *media* tão isentos, tão cuidadosos com o bem-estar da clientela, tão exclusivamente empenhados em divertir, foram claramente os antepassados dos *media* actuais, sobretudo da Televisão e da generalidade da Rádio, porventura porque a queda do impacto da Imprensa, entretanto verificada, dispensa agora grandes cuidados a haver com ela. Objectar-se-á, porventura, que a TV não parece muito preocupada em não nos incomodar com assuntos desagradáveis, já que nos serve às refeições quantidades substanciais de tragédias, de cadáveres, de sangue. Convém notar, porém, que o desmentido aos seus cuidados é só aparente: na verdade, as TV's actuais encaram as grandes catástrofes mais como petiscos informativos que como sementes de profunda inquietação e, por consequência, de mobilização cívica. E, para diluir algum mal-estar remanescente, lá estão os grandes remédios que nos são ministrados em doses industriais: os estímulos a que entremos no paraíso consumista, a anestesia pela idiotia mascarada de humor, o falso realismo quase sempre asséptico e sentimentalão das telenovelas. Quanto às complacências de carácter político, há entendíveis diferenças: já não estamos na década de 30, já não se passeiam pela Europa hordas de assassinos com a suástica na braçadeira, já não está em curso o extermínio de milhões de judeus, comunistas e afins, na Alemanha que trocou a Nova Ordem uniformizada pela ordem económico-financeira gerida pelo Bundesbank. Mas, apesar de 89 e da queda do Muro, mantém-se a constante saudação anticomunista. E, quanto a massacres, continuam a não nos maçar com o que de facto tem acontecido no Médio Oriente, em certos lugares da América Central e do Sul, noutros pontos do mundo. Mesmo quando a TV portuguesa mostra ter olhos e ouvidos para certos lugares (ex-Jugoslávia, África Central) é altamente duvidoso que nos conte integral e correctamente a estória toda. Para não nos incomodar, naturalmente.

Por tudo isto me pareceu tão importante este «Antes da Guerra», chegado da Grã-Bretanha 18 anos depois de ter sido concluído. Me pareceu tão lamentável, porventura tão suspeito, que o telefilme não tenha sido passado no Canal 1, «o primeiro», onde chega tanta Informação, e tenha sido obrigado à clandestinidade do canal «cultural».



de FOICE

Raízes

Quem tem memória lembra-se. Sabe como as coisas perduram, comandadas pela inércia, essa lei conservadora que não se manifesta apenas nos corpos em movimento mas também ataca os que se não movem, essa propriedade que se manifesta nas marcas deixadas na natureza, rastros e vestígios, raízes prontas a despontar mesmo quando parecem perfeitamente mondadas as plantas. Quanto mais daninhas elas forem, mais vivazes se mostram. Se se não for bem fundo na limpeza - quem diz dos campos diz de qualquer outra matéria, nem que seja a do espírito das coisas - arrisca-se a ver mais adiante, viscosamente, reverdecer o joio na seara.

Isto para lembrar que, derrotado Cavaco nas legislativas, o cavaquismo não morreu. Não deixou apenas marcas, como pesados rastros de dinossauros extintos. Deixou uma arquitectura económica, social, política e... cultural (embora aqui a palavra nos cause embaraço ao escrevê-la a propósito de um reinado que tratou de analfabetizar o país).

O cavaquismo não morreu. Mas não é nossa intenção referir-nos à ressurreição - um tanto vampiresca - da personagem cavacal, saída de um tabu, como de um frasco que se destapa e lança em redor um pivete a formol, com o fito de fazer perdurar a partir de Belém a política que deixou de poder realizar em S. Bento.

Desse tabu, como de outros, estamos fartos. Aliás, é bem curioso como tal palavra se imiscuiu no léxico dos portugueses, que logo lhe deram outro sentido que não o próprio. Tabu quer dizer proibição e não caixa de surpresas que o não foram. Que melhor palavra - proibição - calha que nem luva ao extinto chefe de um governo que reinou com arrogância e autoritarismo? Mas o caso, aqui, não é sequer, hoje, de falar sobre os perigos de que Cavaco se erga da sua aparente morte política para ir assombrar a presidência da República. Nem da necessidade de derrotá-lo nessa tentativa nosferática de se eternizar em algum lugar de poder.

O caso não é Cavaco. O caso é o cavaquismo. Quem tem memória lembra-se. E recorda a sobrevivência do salazarismo sem o ditador, a sobrevivência da arquitectura que deixou - económica, social, política e... cultural (lá volta o embaraço). E recorda o 25 de Abril, o tempo de extirpar raízes dessa arquitectura. Quem tem memória, reconhecerá que a limpeza não foi tão fundo que, como fantasmas de carne e osso, não voltassem os velhos senhores do regime derrubado para restaurar os alicerces dos monopólios e dos latifúndios, do analfabetismo e do obscurantismo, do autoritarismo. Vivemos num Estado democrático, os tempos são outros, dir-se-á, e com verdade se diz.

Dir-se-á também - e com alguma verdade - que hoje existem expectativas de mudança, nascidas mais da derrota de Cavaco do que da vitória de uma alternativa. Mas são fracos os sinais de uma possível mudança. E já são alguns aqueles que apontam para a sobrevivência da mesma política, para a manutenção - e talvez reforço - da mesma arquitectura deixada pelo PSD nos muitos anos que levou de reinado absoluto.

A vontade de diálogo anunciada, por enquanto, manifestou-se pela visita, com aparências de vassalagem, de Guterres ao patronato. A perspectiva de um desenvolvimento para o país, por enquanto, manifestou-se nos conselhos de Catroga - sem recusa - de privatizar rapidamente o que resta do sector público, indo ao encontro do que, aliás, o PS já manifestara como ser sua intenção. Quanto à agricultura, a inclusão de um homem da CAP no elenco de Guterres não promete se não o aprofundamento da mesma política. E a paixão educativa do próximo governo não deu outro sinal se não o de "moderar" a dureza das propinas. Quanto à tão propalada solidariedade, temem aqueles cujas expectativas não querem ver defraudadas que se fique pelas esmolas.

Razão têm aqueles que, mesmo se mantêm expectativas, persistem em continuar a luta para que a mudança vá às raízes dos problemas que o cavaquismo deixou e que perduram.

■ LM

«Pobres não são só os que mendigam nas ruas»

Lembra a CGTP, no Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza

«É preciso que os governantes e a sociedade em geral compreendam que pobres não são só os que mendigam nas ruas», afirma o Departamento de Informação da CGTP-IN. Numa nota divulgada ontem de manhã, a propósito do Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza (assinalado terça-feira), a Intersindical Nacional recorda que «no nosso país, há milhões de pensionistas e reformados que têm que viver com pensões de miséria; há centenas de milhares de trabalhadores desempregados,

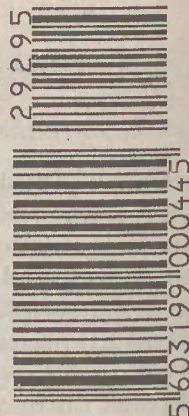
muitos deles há largos anos, sem perspectivas de encontrar trabalho e sem receberem qualquer apoio, por se ter esgotado o tempo de atribuição do subsídio de desemprego; há ainda um número crescente de cidadãos condenados à exclusão social mais absoluta».

«Uma sociedade, para ser saudável, não se pode dar ao luxo de desperdiçar as capacidades, os projectos e a criatividade de que são portadores os excluídos, designadamente os jovens que não conseguem o

primeiro emprego e os desempregados de longa duração» - afirma-se no comunicado de imprensa.

Defendendo que «um combate efectivo à pobreza implica, para começar, uma mudança de perspectiva, uma outra lógica de desenvolvimento», a CGTP realça: «O novo Governo tem que tomar medidas urgentes para combater a pobreza, fazendo da sua erradicação uma preocupação de todos os dias. É preciso que os discursos bem intencionados sejam passados à prática. A

sociedade, por seu lado, tem que se interrogar sobre as causas das profundas desigualdades sociais que se verificam no seu seio e que tendem a acentuar-se. É preciso discutir por que razão os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. É que não se pode desligar o combate à pobreza duma mais justa repartição da riqueza. A erradicação da pobreza passa por uma maior justiça social.»



Torralta retoma a luta

A viabilização da Torralta deverá transitar para o novo Governo, de quem os trabalhadores vão reclamar maior energia e mais responsabilidade na batalha para garantir o futuro daquela importante empresa de turismo, a manutenção dos postos de trabalho e o pagamento regular dos salários.

Em conferência de imprensa que deram anteontem em Lisboa, na sede da empresa, os organismos representativos dos trabalhadores da Torralta anunciaram a sua disposição de solicitar uma audiência a António Guterres, para entre-

gar ao novo primeiro-ministro um dossier sobre a situação da empresa e as propostas da Comissão de Trabalhadores e dos sindicatos da Hotelaria para o seu saneamento e relançamento. Deverão ser feitos contactos também com os novos responsáveis governamentais pela pasta do Turismo e com os grupos parlamentares.

Depois de terem sido suspensas as negociações com a Limar Financeira para aquisição dos créditos do Estado na Torralta, a conclusão do processo de viabilização ficou mais uma vez adiada. Os

representantes dos trabalhadores voltaram a defender que, se o Governo não se entende com os potenciais compradores, deve avançar de uma vez por todas com a transformação dos seus créditos (cerca de 24 milhões de contos) em capital social da Torralta.

Mais uma vez, Joaquim Pires e os restantes membros de ORTs da empresa presentes na conferência de imprensa denunciaram a existência de grupos interessados em que a Torralta vá à falência, apostando nos lucros que poderiam arrecadar com a venda do

património que poderiam adquirir por valores muito baixos numa eventual hasta pública.

A rapidez na tomada de uma decisão, salientaram os membros dos ORTs da Torralta, é ainda mais necessária por se aproximar a época baixa do turismo, período em que, mantendo-se as actuais dificuldades, haverá sérios riscos de atrasos no pagamento de salários.

Na conferência de imprensa foi ainda manifestada completa discordância face à decisão da administração em funções de atribuir prémios anuais de cinco mil contos a meia dúzia de quadros da empresa. Segundo os membros dos ORTs, houve um compromisso de suspensão da política de prémios até que a situação financeira da Torralta estivesse resolvida, que foi assim desrespeitado sem qualquer explicação dos responsáveis da empresa.

50 anos da ONU

Uma sessão comemorativa do 50º aniversário das Nações Unidas tem lugar na próxima terça-feira, dia 24, a partir das 21 horas, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, sob a palavra de ordem «Pela paz, pelo desarmamento e pelo desenvolvimento».

Promovida por uma comissão que integra representantes de mais de duas dezenas de organizações não governamentais (como a Associação 25 de Abril, o Conselho Português para a Paz e Cooperação, a Frente Anti-Racista, a CGTP, a UGT, o Movimento ZLAN, a JOC, a LOC, o MDM, a Sociedade Portuguesa de Autores), a sessão será presidida pelo brigadeiro Pedro Pezarat Correia e nela usarão da palavra Diogo Pinto (presidente do Conselho

Nacional de Juventude), Miguel Urbano Rodrigues (jornalista e deputado), o embaixador Fernando Reino e Carlos Santos (director de Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal).

O Trio Português (José Salgueiro, na percussão, João Paulo Esteves da Silva, ao piano, e Ricardo Rocha, na guitarra portuguesa) proporcionarão um momento cultural.

Mais firmeza contra as escórias - reclamam comunistas do Sado

Exigir do novo Governo e, em particular, da nova titular do Ministério do Ambiente, logo que empossados, uma atitude mais pronta e firme na resolução do problema das escórias da Metalimex foi uma das conclusões da reunião de militantes comunistas realizada neste fim-de-semana na freguesia do Sado.

Na reunião, que contou com a participação de Jerónimo Lopes, eleito da CDU na Assembleia Municipal de Setúbal, foram analisados os resultados eleitorais de 1 de Outubro, na perspectiva da acção imediata das organizações do PCP.

Não devem abrandar as constantes diligências que a Junta de Freguesia do Sado tem mantido junto das entidades governamentais responsáveis pela resolução do problema, tanto mais que, conforme foi recordado, há mais de dois anos foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Setúbal, por iniciativa da CDU, uma resolução exigindo o armazenamento das escórias enquanto não é resolvido o diferendo judicial que opõe o Governo e a Metalimex.

Oriundos da Suíça em 1987, aqueles produtos tóxicos continuam depositados a céu aberto, ameaçando a saúde pública.